

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Leticia Viglietti Manrique

**A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
FORMAÇÃO PRESENTE NOS DOCUMENTOS QUE
ORIENTAM O TRABALHO EDUCATIVO EM ESCOLAS DE
ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Adriana D'Agostini.

Co-Orientadora: Prof^ª. Soraya Franzoni Conde

Florianópolis
Maio, 2016

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.**

Manrique, Leticia Viglietti

A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FORMAÇÃO PRESENTE NOS DOCUMENTOS QUE ORIENTAM O TRABALHO EDUCATIVO EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA / Leticia Viglietti Manrique; orientadora, Adriana D'Agostini; coorientadora, Soraya Franzoni Conde. - Florianópolis, SC, 2016.

176 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Modelo de desenvolvimento econômico. 3. Formação da força de trabalho. 4. Ensino médio. I. D'Agostini, Adriana. II. Conde, Soraya Franzoni. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Educação. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FORMAÇÃO PRESENTE
NOS DOCUMENTOS QUE ORIENTAM O TRABALHO EDUCATIVO EM ESCOLAS DE EN-
SINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA”

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso
de Pós-Graduação em Educação do Centro de
Ciências da Educação em cumprimento parcial
para a obtenção do título de Mestre em Educa-
ção.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 27/07/2016

Dra. Adriana D'Agostini (PPGE UFSC-Orientadora)

Dra. Soraya Franzoni Conde (PPGE UFSC-Co-Orientadora)

Dr. Marival Coan (UFSC-SC-Examinador)

Dr. Mauro Tilton (MEN UFSC-Examinador)

Dra. Vânia Maria Manfroi (PPSS UFSC-Examinadora)

Dr. Marcos Antônio Oliveira (UFPR-PR-Suplente)

Dra. Célia Regina Vendramini (PPGE UFSC-Suplente)

LETICIA VIGLIETTI MANRIQUE

FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/JULHO/2016

Profa. Ione Ribeiro Valle
Coordenadora do PPGE/CED/UFSC
Portaria n. 1746/GR/2014

AGRADECIMENTOS

À professora Adriana D'Agostini, pela compreensão e companheirismo no processo de orientação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, especialmente aos da Linha Trabalho e Educação. Aos professores com quem tive aulas e que, sem dúvidas, foram parte integral do meu processo de formação: Eneida Oto Shiroma, Célia Regina Vendramini, Olinda Evangelista e Paulo Sergio Tumolo.

Aos professores que deram sua colaboração durante a qualificação: Mauro Tilton e Olinda Evangelista. Aos professores Marival Coan, Mauro Tilton e Vania Manfroï, pela contribuição na banca de defesa da presente dissertação. E aos professores Marcos Antônio de Oliveira e Celia Regina Vendramini, pela suplência à banca.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudos, que me permitiu realizar o mestrado com maior estabilidade e tranquilidade.

Aos colegas do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho, TMT/UFSC, pelos aprendizados coletivos.

À minha família e amigos, que sempre me dão suporte para a continuidade nos estudos. À Diana e José, que nos momentos de maior dúvida me têm sugerido leituras muito esclarecedoras.

E, principalmente, aos trabalhadores brasileiros, pois graças a eles tenho estudado e permanecido numa Universidade Pública, não só de forma gratuita, mas também com apoio estrutural e financeiro.

RESUMO

Esta dissertação trata do papel designado ao ensino médio da rede pública estadual de Santa Catarina (SC) na formação dos trabalhadores, tendo em vista o projeto de desenvolvimento econômico oficialmente planejado para o estado. As questões condutoras da pesquisa são: qual o papel oficialmente atribuído ao ensino médio da rede pública estadual de SC no modelo de desenvolvimento econômico atual? Existem relações entre o modelo de desenvolvimento oficializado para o estado e o projeto educativo evidenciado perante os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de suas escolas? Em caso positivo, quais são estas relações? E qual a sua intencionalidade formativa? Há vinculações entre o desenvolvimento do setor da economia característico de cada território em que as escolas se encontram e o projeto de formação defendido nos seus PPPs? Para responder às questões, foi estudada a conformação socioeconômica da Santa Catarina no atual estágio do capital, e realizadas análises do Plano Catarinense de Desenvolvimento (2015), do documento de Avaliações de Políticas Nacionais de Educação realizada para o Estado de Santa Catarina, feito pela OCDE, e dos PPPs de três escolas públicas de ensino médio da rede estadual de Santa Catarina localizadas em diferentes territórios do estado, cujas características produtivas contemplem os setores da economia. Mediante o estudo, evidenciou-se que, sob a ideia de estabelecer uma educação de qualidade que permita a inserção dos jovens no mundo do século XXI, se pretende efetivar a educação da nova geração da força de trabalho de acordo com as necessidades do projeto de desenvolvimento econômico do capital. Em definitiva, aqueles sujeitos que tenham concluído o ensino médio da rede estadual de SC deveriam estar capacitados tanto para sua inserção no mundo do trabalho como para assumir uma “resignação pacífica” se ficarem fora deste.

Palavras-chave: Ensino médio. Modelo de desenvolvimento econômico. Formação da força de trabalho.

ABSTRACT

This dissertation is about the assigned role of secondary school in the network of Santa Catarina state school system at training future skilled manpower, having into account the economic development project officially planned by the government. This research is based on the following questions: Which is the officially assigned role of Secondary school in Santa Catarina state schools network system for the current economic development model? Are there any kind of links between the proposed official model of development for the state and the “Projetos Politicos Pedagógicos” (PPP’s) of their schools? If responded affirmatively, which are their links and their formative purpose? Are there any connections between the sector in the economic development typical of every school area and the formative project proposed in the PPP’s? In order to answer this questions was researched the Santa Catarina socio-economic configuration at the current stage and were studied the documents: “Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015” “Avaliações de Políticas Nacionais de Educação realizada para o Estado de Santa Catarina” made for Santa Catarina State by the Organisation for Economic Co-Operation and Development (OECD) and the PPP’s of three secondary state schools located in different areas of the state and whose characteristics represent different fields of the economic sector. As a result, the findings of the study demonstrate that the plan of strengthening the quality of the state school system education is facilitate youth insertion into the XXI world what really wants is to build a new generation of skilled and productive workforce. To sum up, those individuals who have finished secondary school at the SC State system should by prepared not only to the insertion into the labour world but to assume a “resignação pacífica” (pacific acceptance) in case there are locked out of workforce.

Keywords: Secondary school, Economic Development project, Workforce education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das Mesorregiões e Microrregiões de Santa Catarina.....	34
Figura 2 – Principais concentrações industriais nas regiões de Santa Catarina .	36
Figura 3 – Municípios mais populosos de SC por mil habitantes no período 2012/2013	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Aportes das mesorregiões para os setores da economia em Santa Catarina - 2012.	35
Tabela 2 – Participação dos diferentes setores produtivos no PIB de Santa Catarina, 2004-2011	37
Tabela 3 – Aportes das mesorregiões para os setores da economia em Santa Catarina - 2012.	42
Tabela 4 – Nível de instrução e área de atividade dos trabalhadores – Santa Catarina - 2013	43
Tabela 5 – IDHM e seus componentes - Joinville - 2000 e 2010.....	101
Tabela 6 – IDEB escola A, rede estadual SC - SC e Brasil - 2007, 2009 e 2011	105
Tabela 7 – IDHM e seus componentes - Florianópolis - 2000 - 2010	115
Tabela 8 – IDEB escola B, rede estadual SC, SC e Brasil anos 2007, 2009 e 2011	119
Tabela 9 – IDHM e seus componentes - Florianópolis - 2000 - 2010	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos estudantes da rede pública e particular no Ensino Médio segundo os quintos de rendimento mensal	39
Gráfico 2 - Distribuição de trabalhadores por setor de atividade em SC no ano 2013	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados formais, fontes e referências do PCD 2015	56
Quadro 2 - Relação dos indivíduos que participaram em cargos de definição política na elaboração do PCD 2015 e sua vinculação atual	59
Quadro 3 - Infraestrutura no PCD 2015	62
Quadro 4 - Iniciativas empreendedoras no PCD 2015	63
Quadro 5 - Agricultura e meio ambiente no PCD 2015	64
Quadro 6 - Saúde no PCD 2015	65
Quadro 7 - Assistência social, trabalho e renda no PCD 2015	67
Quadro 8 - Educação e cultura no PCD 2015	68
Quadro 9 - Segurança no PCD 2015	70
Quadro 10 - Tecnologia no PCD 2015	70
Quadro 11 - Política pública no PCD 2015	71
Quadro 12 - Dados formais do documento Avaliações de Políticas Nacionais de Educação. Estado de Santa Catarina, Brasil (OCDE, 2010)	86
Quadro 13 - Relação dos participantes na elaboração do documento e suas vinculações recentes	87
Quadro 14 - Principais elementos de convergência nos documentos analisados	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais
BESC - Banco Estadual de Santa Catarina
BM - Banco Mundial
CDR - Conselhos de Desenvolvimento Regional
CNEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DEM - Democratas
EF - Ensino Fundamental
EM - Ensino Médio
ES – Ensino Superior
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MIN - Ministério da Integração Nacional
OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos
ODM - Objetivos do Milênio
ODS - Objetivos de Desenvolvimento sustentável
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCD - Plano Catarinense de Desenvolvimento
PCSC - Proposta Curricular de Santa Catarina
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PEST - *Political Economic Social Technology and Environment*
PIA - População em Idade Ativa
PIB - Produto Interno Bruto
PISA - *Programme for International Student Assessment*
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PPP - Projeto Político-Pedagógico
SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica
SC - Santa Catarina
SDR - Secretarias de Desenvolvimento Regional
SED - Secretaria de Estado da Educação
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SMN - Salário Mínimo Nacional
SST - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville
VAB - Valor Agregado Bruto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	23
2 CARACTERIZAÇÃO DA BASE SOCIOECONÔMICA DE SANTA CATARINA NOS DOCUMENTOS	31
2.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE SANTA CATARINA NO ATUAL MOVIMENTO HISTÓRICO	31
2.1.1 Dados gerais e econômicos	33
2.1.2 Indicadores e dados da população	38
2.2 PROJEÇÃO OFICIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA SC ATRAVÉS DO PLANO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO 2015	45
2.2.1 Apresentação e contextualização histórica do PCD 2015	48
2.2.2 Dados formais, fontes e referências do PCD 2015	55
2.3 ESTRUTURA DO DOCUMENTO	60
2.4 ANÁLISE DA VISÃO DO PLANO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO 2015	72
3 PROJETO DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES ATRAVÉS DO ENSINO MÉDIO NOS DOCUMENTOS	81
3.1 DOCUMENTO AVALIAÇÕES DE POLÍTICAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO. SANTA CATARINA (OCDE, 2010)	82
3.1.1 Apresentação e contextualização do documento: Avaliações de Políticas Nacionais de Educação. Estado de Santa Catarina, Brasil (OCDE, 2010)	83
3.1.2 Dados formais, fontes e referências do documento	85
3.1.3 Elementos estruturantes do documento	89
3.1.4 Elementos de destaque	99
3.2 ESCOLA A, JOINVILLE	100
3.2.1 Localização e contextualização da escola	100
3.2.2 O Projeto Político Pedagógico da escola	102
3.2.3 Elementos de destaque no documento	112
3.3 ESCOLA B, FLORIANOPOLIS	114
3.3.1 Localização e contextualização da escola	114

3.3.2 O Projeto Político Pedagógico da escola	116
3.3.3 Elementos de destaque no documento	125
3.4 ESCOLA C, PASSOS MAIA	125
3.4.1 Localização e contextualização da escola	126
3.4.2 O Projeto Político Pedagógico da escola	127
3.4.3 Elementos de destaque no documento	131
3.5 PRINCIPAIS CATEGORIAS DE ANÁLISES SURGIDAS DOS DOCUMENTOS	132
3.5.1 Análises dos principais elementos surgidos nos documentos	133
4 MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SC E O PROJETO EDUCATIVO PRESENTE NOS DOCUMENTOS NO CONTEXTO DO CAPITAL IMPERIALISMO	137
4.1 CONCEITUALIZAÇÃO TEÓRICA DO CAPITAL IMPERIALISMO	137
4.2 BRASIL E SANTA CATARINA NO CONTEXTO DO CAPITAL IMPERIALISMO	143
4.3 CAPITAL IMPERIALISMO E A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	146
4.4 CATEGORIAS DE ANÁLISE PRESENTES NOS DOCUMENTOS ESTUDADOS	150
4.4.1 Teoria do Capital Humano	151
4.4.2 Qualidade da Educação	153
4.4.3 Aspectos comportamentais e operacionais	158
5 CONSIDERAÇÕES	163
REFERÊNCIAS	169

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo estudar o papel designado ao ensino médio da rede pública estadual de Santa Catarina (SC) na formação dos trabalhadores, tendo em vista o projeto de desenvolvimento oficialmente planejado para o Estado.

O tema surgiu no decorrer dos estudos realizados pela autora no curso de Licenciatura de Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)¹. Durante os estágios de docência obrigatórios, desenvolvidos numa escola pública de ensino médio (EM) da rede estadual, localizada em um município cuja base produtiva é predominantemente agrícola, evidenciaram-se relações entre o projeto de desenvolvimento econômico defendido oficialmente pelo Estado mediante o Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015 (PCD 2015), e o projeto educativo planejado através do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola. Tal fato despertou a reflexão sobre a existência de possíveis relações entre o processo de avanço do capital no campo brasileiro e a conformação de um projeto de formação (na escola de estágio) que visasse atender às demandas impostas para referido avanço. A partir dessa reflexão, passou-se a questionar se as relações percebidas naquela escola correspondem a uma particularidade ou se existem elementos formativos que perpassam outras escolas da rede estadual. Tendo isso em vista, buscou-se realizar um estudo que colocasse em evidência as principais relações micro e macro territoriais.

Dessa forma, fez-se necessário considerar escolas localizadas em diferentes territórios, cada qual com aportes representativos dos diferentes setores da economia catarinense (indústria, comércio e serviços, agricultura), buscando-se levantar elementos que permitam compreender como se apresentam as relações entre desenvolvimento econômico e educação nas escolas públicas de EM da rede estadual de SC.

Entende-se que a realidade em que se encontram as escolas em estudo caracteriza-se tanto pela forma de produção social da existência quanto pela divisão social do trabalho e da riqueza por este produzida, sendo, portanto, o modo de produção capitalista na sua fase imperialista o elemento essencial para compreender o binômio desenvolvimento econômico/educação. Isto porque um dos movimentos que o capital gera

¹ O curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFSC visa formar professores para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática.

na sua fase imperialista é o estreitamento nas relações, que atravessa as esferas singular, particular e universal. Deste modo, o Brasil e o Estado de Santa Catarina não se encontram fora do movimento do capital, uma vez que, dada a divisão internacional do trabalho, mantém-se a sua condição enquanto país periférico. É no bojo dessas determinações que existe o movimento promovido pela classe dominante, que busca estabelecer aspectos formativos para a classe trabalhadora, sendo a educação escolar um ponto estratégico para concretizar as tendências que mantém o atual curso das coisas.

Destarte, estabelecer as relações existentes entre a escola e o projeto de desenvolvimento econômico oficializado para SC, tanto no seu aspecto micro quanto no macro, constitui um caminho para compreender qual projeto formativo que a classe dominante pretende consolidar dentro das escolas, contribuindo também para que se pense a escola a partir da sua realidade concreta e com evidência nas suas principais determinações.

No intuito de compreender quais as relações entre os diferentes setores da economia de SC com o modelo de desenvolvimento econômico oficializado para o Estado e o(s) projeto(s) de formação planejados, contidos em documentos como o Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015 (SANTA CATARINA, 2006), as Avaliações de Políticas Nacionais de Educação no Estado de Santa Catarina (OCDE², 2010) e os Projetos Político-Pedagógicos das escolas, foram desenvolvidas uma série de questões que serviram de guia para o processo de pesquisa. As perguntas-chave foram: Qual o papel oficialmente atribuído ao ensino médio da rede pública estadual de SC no modelo de desenvolvimento econômico atual? Existem relações entre o modelo de desenvolvimento oficializado para o Estado e o projeto educativo evidenciado perante os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de suas escolas? Em caso positivo, quais são essas relações? E qual a sua intencionalidade formativa? Há vinculações entre o desenvolvimento do setor da economia característico de cada território em que as escolas se encontram e o projeto de formação defendido nos seus PPPs?

Entretanto, ao se tratar de uma pesquisa de mestrado, existem algumas limitações temporais e de capacidade de abrangência neste estudo. Sendo assim, foram dois os fatores que convergiram para a delimitação do problema.

O primeiro fator diz respeito à quantidade e à definição de quais escolas seriam contempladas pelo estudo. Definiu-se que o estudo abrangeria três escolas públicas de ensino médio da rede estadual de Santa

² Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

Catarina localizadas em diferentes territórios do Estado, cujas características produtivas contemplassem os diversos setores da economia. Considerando um universo de 725 escolas de ensino médio da rede pública estadual de Santa Catarina, entende-se que no processo de delimitação de três escolas corre-se o risco de cair no simplismo e determinismo, mas, por outro lado, acredita-se que existem elementos que, perpassam todas as escolas públicas de EM da rede estadual de SC, o que permite que se estude as suas principais relações universais, assim como as suas particularidades e singularidades. Para a seleção dos territórios das escolas utilizou-se como critério principal o aporte destes territórios nos setores que compõem o Produto Interno Bruto (PIB) catarinense (agropecuária, indústria, comércio e serviços), seguindo assim a distinção realizada na elaboração dos indicadores municipais, estaduais e nacionais utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sinaliza-se que ao se analisar os aportes dos diferentes setores da economia no PIB, todas as regiões apresentam um destaque no setor de comércio e serviços³ mesmo que a caracterização do território se dê pelo diferencial na produção econômica. É precisamente este diferencial na produção econômica o fator chave considerado para a seleção dos territórios das escolas de estudo.

Ainda sobre a questão territorial das escolas, sinaliza-se que o Estado de Santa Catarina apresenta diferentes divisões geográficas: seis mesorregiões (Grande Florianópolis, Vale do Itajaí, Sul Catarinense, Norte Catarinense, Região Serrana e Oeste Catarinense), vinte microrregiões⁴ e duzentos e noventa e cinco municípios. Sendo assim, primeiramente foram estudados os dados provenientes do aporte que as diferentes mesorregiões de SC realizam para o PIB estadual, segundo os setores da economia, para logo em seguida identificar, dentro das microrregiões, quais municípios apresentam maior aporte em cada setor

³ Conforme Amin (1976) a hipertrofia do setor de comércio e serviços nos países denominados pelo autor como da periferia é uma característica resultante dos limites e das contradições próprias do desenvolvimento, a industrialização insuficiente, o desemprego crescente e o reforço da posição da renda fundiária, constituindo um freio para a acumulação nestes países.

⁴ De acordo com o IBGE, se as microrregiões se encontram em articulação com espaços maiores, apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam homogeneidade, nem lhe conferem autossuficiência, uma vez que estão relacionadas à estrutura de produção: agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca, resultado da presença de elementos do quadro natural e/ou de relações sociais e econômicas particulares são critérios para definição das microrregiões.

(indústria, agropecuária, comércio e serviços), sendo este o critério para a escolha dos territórios e municípios estudados. Os dados utilizados tomam como fontes o IBGE e o DATASUS⁵, mesmo sabendo que estes índices não demonstram de fato os problemas sociais e as desigualdades internas, foram utilizados porque assim mesmo revelam a existência do problema e a aparência da realidade a qual pretende-se explicitar. Outro critério de seleção dos territórios corresponde ao acesso efetivo que se teve a eles perante a empiria selecionada. Assim, os municípios escolhidos para a realização da pesquisa foram Florianópolis, Joinville e Passos Maia.

Uma vez definidos os territórios, passou-se a selecionar as escolas. Os critérios de seleção foram: número de matrículas de cada escola, a fim de contemplar o maior número de estudantes de cada território; segmento de classe dos estudantes que frequentam as escolas, buscando que todas tivessem um perfil similar. Sinaliza-se que, para a realização desse recorte, utilizou-se como critério as condições do bairro em que a escola se encontra e quais habitantes residem nele, assim como o ingresso familiar (cuja população se encontrasse, majoritariamente, na faixa de até três salários mínimos), sendo as fontes para tais dados os PPPs das escolas, as descrições das prefeituras municipais e o IBGE. E, finalmente, a disponibilidade e o acesso ao campo empírico.

O segundo fator para a delimitação do problema concerne aos elementos da empiria que são efetivamente considerados para o estudo, optando-se, como campo empírico, pela busca, seleção e análises de documentos que permitam compreender a relação entre desenvolvimento econômico e educação nas escolas de EM da rede pública estadual selecionadas. O corpus documental foi composto pelo Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015 (SANTA CATARINA, 2006), Avaliações de Políticas Nacionais de Educação. Santa Catarina (OCDE, 2010) e os Projetos Político-Pedagógico das três escolas escolhidas para o estudo. Compreendidas as limitações da pesquisa, optou-se como metodologia para a realização do estudo a pesquisa bibliográfica e a análise documental.

Cumpra salientar que o estudo se projetou desta forma, pois considera-se que é dentro desta mesma realidade que se planeja e põe-se em curso o(s) projeto(s) de formação para as escolas públicas de EM pertencentes à rede estadual de Santa Catarina. Ou seja, o projeto formativo pretendido para as escolas de EM da rede estadual não se encontra deslocado da sua realidade concreta, e sim age desde e para esta,

⁵ Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde.

seja para reproduzi-la, seja para tentar transformá-la. A partir da pesquisa bibliográfica e dos dados do empírico, percebe-se que o ensino médio conforma a última etapa da educação básica da grande massa da força de trabalho do estado, ao constituir-se em um grande ponto de corte no tempo de escolarização contribui para o controle do valor de referida força, assim como para a formação dos conhecimentos operacionais e comportamentais necessários para manter o processo de produção e reprodução do capital. Sendo assim, a questão da formação da grande massa de trabalhadores do estado representa uma questão estratégica da burguesia local e internacional.

Entende-se que, a realidade em que as escolas de estudo se encontram se caracteriza tanto pela forma de produção social da existência como pela divisão social do trabalho e da riqueza por este produzida, sendo por tanto o modo de produção capitalista na sua fase Imperialista o elemento essencial para compreender o binômio desenvolvimento/educação. Isto por que um dos movimentos que o Capital na sua fase Imperialista gera é o estreitamento nas relações que atravessam as esferas singular, particular e universal. Desta forma, o Brasil e o Estado de Santa Catarina não se encontram fora do movimento do capital, senão que, dada a divisão internacional do trabalho, mantém sua condição enquanto país periférico. É no bojo destas determinações que há um movimento promovido pela classe dominante (burguesia) que busca estabelecer aspectos formativos para a classe trabalhadora, sendo a educação escolar um ponto estratégico para concretizar as tendências que mantém o atual curso das coisas.

Destarte, estabelecer as relações existentes entre a escola e o projeto de desenvolvimento oficializado para SC, tanto no seu aspecto micro como macro, se constituiu num caminho para compreender qual projeto formativo se pretende consolidar dentro das escolas pela classe dominante, contribuindo-se assim para pensar a mesma desde sua realidade concreta e com evidência nas suas principais determinações.

A partir dos elementos anteriormente colocados, foi estabelecido como objetivo geral desta pesquisa: analisar as principais relações existentes entre o modelo de desenvolvimento oficializado para Santa Catarina, o(s) projeto(s) de formação presente(s) em três escolas públicas de ensino médio da sua rede estadual, situadas em três territórios que se destacam no Estado por sua atividade econômica. E como objetivos específicos: caracterizar o movimento da atual organização socioeconômica do Estado de Santa Catarina e seus desdobramentos no Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015. Identificar e abordar elementos da relação desenvolvimento/educação presentes em

documentos de ordem internacional, nacional, estadual e escolar. Explicitar, através da relação entre desenvolvimento e educação no território de Santa Catarina, quais projetos de formação dos jovens para o mercado de trabalho estão em curso.

No que diz respeito a metodologia utilizada para o estudo, se toma como ponto de partida o entendimento que a realização de uma pesquisa que compreenda a abordagem de questões educacionais, sem deixar de compreender o que Kosik (1995) denomina de múltiplas determinações do fenômeno/objeto de estudo, são demandas surgidas desde o próprio problema. Por isto, a pesquisa se enquadra dentro da pesquisa social, entendendo por esta, “um processo que utiliza metodologia científica, por meio da qual se podem obter novos conhecimentos no campo da realidade social”, Marconi e Lakatos (2012, p.4). Mas também, se ajusta no entendimento de Minayo (2013), que compreende a pesquisa denominada qualitativa, como aquela que se constitui em atividade básica da ciência na sua indagação da realidade, tomando como princípio a vinculação entre pensamento e ação. Ou seja, não é possível compreender intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática e concreta, sem ter emergido da realidade social. Assim, a pesquisa está constituída por um particular processo de trabalho que começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto. Movimento que por sua vez dá origem a novas interrogações, se conformando no que Lênin (1946), denominou como movimento do conhecimento que se assemelha a uma espiral.

Durante o planejamento dos instrumentos a ser utilizados na pesquisa de mestrado, se tomou como base a concepção de Minayo (2013), que considera a pesquisa qualitativa como o movimento que alberga tanto o Método, as técnicas e a criatividade do pesquisador. Para isto, se considera necessária a utilização de técnicas como pesquisa bibliográfica e análise documental.

Marconi e Lakatos (2012), consideram que para a realização de uma pesquisa é necessário fazer um levantamento prévio de dados na finalidade de recolher as informações existentes sobre o objeto/fenômeno de estudo. As autoras distinguem duas grandes fontes de dados: primárias, composta pela pesquisa documental e secundárias, circunscrita à pesquisa bibliográfica. As mesmas autoras consideram que a pesquisa bibliográfica se corresponde a busca de toda aquela bibliografia já publicada que tem relação com o tema de estudo. Desta forma, durante a pesquisa bibliográfica, o pesquisador se depara com o que já se têm produzido sobre o objeto/fenômeno de estudo, permitindo-lhe assim se “situar” no debate acadêmico, e a partir do já produzido fazer o seu aporte original.

As autoras distinguem diferentes tipos de fontes bibliográficas, sendo que cada tipo de fonte exige do pesquisador uma manipulação e procedimento diferente. Dentre os tipos de fonte bibliográficas distinguidos pelas autoras, as publicações em livros, teses, monografias e publicações avulsas serão as utilizadas para a realização da pesquisa de mestrado. Esta escolha pressupõe a realização de um procedimento padronizado que vai desde a identificação, localização, compilação e fichamento das publicações escolhidas.

Um documento também pertence ao campo empírico, pois o texto do documento é síntese e representação de diferentes forças, atores, fatos e elementos. O documento se conforma num momento histórico determinado, sendo assim, portador do movimento acontecido para sua realização. Pelo fato do documento apresentar e/ou ocultar aos diferentes atores, forças e interesses em disputa, a sua análise requer de cuidado por parte do pesquisador. Evangelista (2012), fornece princípios metodológicos para a análise de documentos. Trazendo sob a figura de “posicionamentos”, três grandes observações que o pesquisador há de ter presente na hora de realizar a análise documental.

(1) A posição do pesquisador é um elemento considerado pela autora como fundamental perante a análise documental. A atitude que o pesquisador há de assumir frente ao documento, é a de atividade, estranhamento e humildade. Atividade porque o movimento da produção de conhecimento requer de esforço, de leitura e releitura detalhada, porém com o entendimento que o documento é alheio aos desejos, anseios e críticas do leitor. Por isto é necessário que o pesquisador realize um estranhamento do documento, a fim de não “encarnar” o mesmo e confundir as leituras deste com o embasamento teórico do pesquisador. Com respeito a isto, a autora chama a atenção sobre a linguagem utilizada principalmente nos documentos de políticas públicas, alertando que a finalidade de um documento deste tipo é a de construir consenso. Fato que pode por vezes cativar e fazer com que o pesquisador seja “seduzido” pela linguagem e o discurso utilizado no documento, tirando assim toda possibilidade de análise objetiva. Dentro deste mesmo ponto, a autora também alerta ao pesquisador sobre os silêncios presentes nos documentos, sobre aquilo não expresso no documento, omissões que devido a sua finalidade fazem com que o pesquisador seja “induzido” a preencher ou não o dito com os seus próprios pressupostos teóricos, distorcendo a sua análise. Por último se faz necessário com que o pesquisador compreenda minimamente o “contexto” histórico espacial em que o documento foi produzido, reconhecendo seus próprios limites e procurando sempre se aperfeiçoar e atualizar com respeito aos

conhecimentos que giram em torno do tempo e espaço em que o documento fora produzido. Em resumo, o pesquisador há de ter claro qual o seu interesse com o documento de estudo. O processo que envolve a análise documental requer de uma atitude de consciência por parte do pesquisador, seja tanto durante a coleta, seleção como na análise do documento.

(2) A posição do documento, também se constitui num elemento importante na análise. Conforme Evangelista (2012), o documento assume sua condição de evidência histórica, pois é produto desta. Desta forma, o pesquisador “desconstrói” o documento chegando com ajuda do corpus documental (seleção de diferentes documentos que abordam o problema) e junto com o movimento intelectual que o pesquisador realiza alavancado pelo seu Método à essência do documento, ou seja, a aquilo que o determina estruturalmente. A autora compreende que todo documento tem uma intencionalidade, seja está explícita ou não. Chamando a atenção sobre os documentos referentes a Política Pública. “Assim, ao se tratar de política é preciso ter clareza de que eles não expõem as “verdadeiras” intenções de seus autores e nem a “realidade” (EVANGELISTA, 2012, p.63). Sendo a forma em que o pesquisador interroga ao documento que pode desconstruí-lo e atingir a sua essência. Para isto é necessário compreender qual a natureza do documento, quem o escreveu, em que contexto, que é o que propõe, por quê nesse momento histórico, para quem foi escrito, quem é atingido por este, que e como propõe resolver ou superar, o que muda e o que continua, qual visão de mundo, homem e sociedade expressa.

(3) A teoria é o terceiro posicionamento considerado pela autora. É a teoria que fecha o triângulo na relação sujeito/objeto, pois perante a mediação desta se interfere no modo em como se concebe tanto o sujeito, o objeto e a relação entre estes. Desta forma, a teoria do conhecimento apropriada pelo pesquisador permite se referir a uma ou outra visão de homem, mundo e sociedade, diferenciando-se desta forma para a autora a forma em que se trata, analisa, contrapõe, desconstrói ou constrói a análise documental.

2 CARACTERIZAÇÃO DA BASE SOCIOECONÔMICA DE SANTA CATARINA NOS DOCUMENTOS

No presente capítulo, pretende-se estudar a formação socioeconômica do Estado de Santa Catarina no atual movimento histórico, objetivando-se, desta forma, abranger tanto as dinâmicas internas do Estado como as suas relações com a realidade brasileira e mundial. Para que se possa apreender o movimento supracitado, toma-se como ponto de partida a realidade socioeconômica catarinense atual e, a partir dela, busca-se abordar qual a projeção defendida para SC pela oficialidade do Estado, ou seja na perspectiva do capital. Para tanto, tomamos como base referencial autores como Lênin (2010), Prado Júnior (1986) e Amin (1976), que sustentam que, no atual estágio do capitalismo (Imperialismo), não é possível compreender uma sociedade e sua economia em si e por si. Conforme esses autores, o estudo das sociedades e de suas economias (especialmente quando se trata de economias periféricas como a brasileira) deve ser elaborado em estreita relação com as dinâmicas do centro do capital, pois as relações das sociedades da periferia com o centro são essenciais.

Destarte, o capítulo foi organizado conforme os seguintes pontos:

1. Realização da caracterização socioeconômica do Estado.
2. Abordagem do fenômeno do desenvolvimento no Estado, através do estudo do documento Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015, como projeção oficial do modelo de desenvolvimento econômico a seguir.
3. Análise de ambos os pontos anteriores, em que, tomando como base os aportes teóricos de autores como Lênin (2010), Amin (1976), Prado Júnior (1986), Furtado (2009), dentre outros, busca-se estabelecer quais os principais vínculos entre a atual conformação socioeconômica catarinense, o modelo de desenvolvimento defendido através do PCD 2015 e o adensamento da fase Imperialista do Capital.

2.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE SANTA CATARINA NO ATUAL MOVIMENTO HISTÓRICO

Durante a caracterização socioeconômica do Estado apresentada pelos documentos oficiais, procurou-se estabelecer quais são os setores da sua economia e em que proporção eles aportam ao PIB estadual. Quais os produtos e empresas que apresentam maior relevância para este aporte. E também qual o destino da produção estadual (mercado interno/externo), bem como a origem do capital que compõe essas empresas. Para além disso, buscou-se identificar a concentração desses setores no espaço

geográfico estadual, traçando possíveis relações com a distribuição da renda e da população no Estado. Para tanto, seguimos dois dos critérios utilizados pelos organismos e instituições nacionais e internacionais: os aportes dos setores da economia que constituem o Produto Interno Bruto e os fatores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁶.

As principais fontes de dados utilizadas para a caracterização foram os órgãos e institutos oficiais nacionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), o Ministério da Integração Nacional (MIN), a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) e a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST). Também foram utilizados os dados obtidos em entidades como a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Considera-se que estas últimas entidades constroem através de seus informes, relatórios e dados um discurso ideológico que sustenta a defesa da burguesia e que encobrem as contradições existentes no capital, mas por sua vez, oferecem um recorte da realidade.

Devido à diferença entre a periodicidade das publicações dos dados oficiais de cada um desses organismos, optou-se pela realização de um recorte temporal com foco entre os anos de 2012 (publicações do IBGE) e 2014 (publicações de outros organismos e instituições), trabalhando os dados obtidos conforme esses organismos os tenham publicado.

⁶ O IDH é um indicador de desenvolvimento humano criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, que contou com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. Esse indicador vem sendo adotado e difundido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde o ano 1990 e figura como um indicador-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. Conforme o próprio PNUD, o conceito de desenvolvimento humano surge como um processo de ampliação das escolhas das pessoas, para que elas tenham as capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. O indicador é calculado anualmente desde 1990. Atualmente, o IDH é mensurado sobre três eixos, saúde (uma vida longa e saudável, medida pela expectativa de vida), educação (acesso ao conhecimento, medido pelo número médio de anos de educação recebidos durante a vida da pessoa, a partir dos 25 anos, e expectativa de anos de escolaridades para crianças em idade de iniciar a sua escolaridade) e renda (padrão de vida medida pela Renda Nacional Bruta *per capita*).

2.1.1 Dados gerais e econômicos

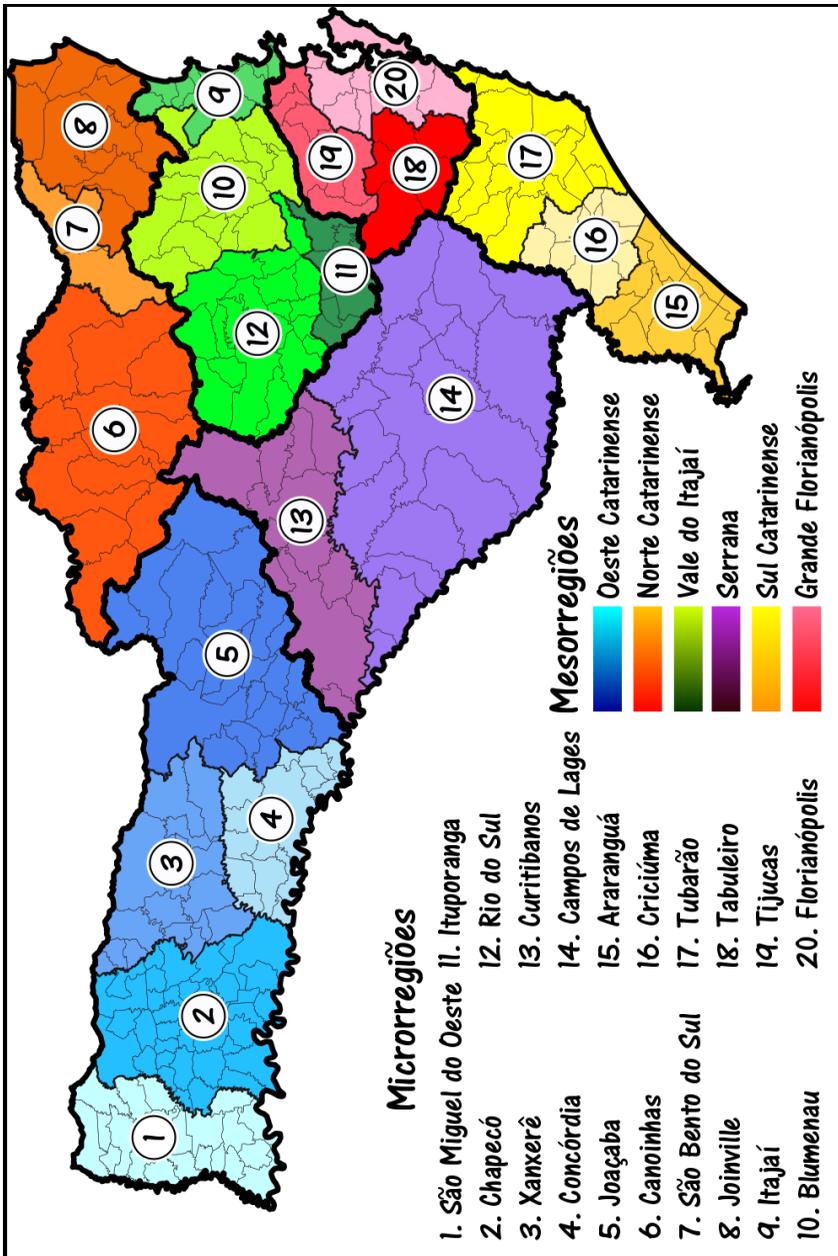
O Estado de Santa Catarina fica localizado na região Sul do Brasil, da qual fazem parte também os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Possui um território de 95.346 km², com clima subtropical e uma superfície composta por algumas regiões com grandes ondulações e outras formadas por planícies. O Estado tem uma população estimada em 6.2 milhões de habitantes e uma densidade populacional de 62,5 hab/km², porém a distribuição da população em SC apresenta regiões com maior concentração que outras. Conforme o último censo demográfico do IBGE (2012), 82% da população vive em zonas urbanas e 18% em áreas rurais. O Estado ocupa, no âmbito nacional, o quarto lugar em desenvolvimento econômico e renda per capita, apresentando um IDH de 0.84, o segundo melhor do país (abaixo somente do Distrito Federal).

Com relação ao ponto de vista geográfico, o IBGE realiza uma série de divisões territoriais internas do Estado de Santa Catarina; tais distinções estão conformadas por mesorregiões, microrregiões e municípios. Dessa forma, o território catarinense é composto por seis mesorregiões (Grande Florianópolis, Vale do Itajaí, Sul Catarinense, Norte Catarinense, Região Serrana e Oeste Catarinense), vinte microrregiões e duzentos e noventa e cinco municípios. A divisão do Estado em mesorregiões e microrregiões está ilustrada na figura 1.

Ao se abordar a configuração econômica do Estado, cruzando as variáveis “setores da economia” e “localização espacial”, é possível distinguir, por meio dos dados, a existência de uma polarização territorial elemento que dá base para que se pense na existência de uma “especialização localizada” de diferentes bases produtivas, conforme diferentes pontos do território do Estado catarinense. A relação entre a divisão geográfica do Estado de SC e o aporte que as diferentes mesorregiões fizeram no ano 2012 ao PIB de SC⁷ está expressa na tabela 1.

⁷ Os dados institucionais mais atuais publicados pelo IBGE, por processos de controle internos do próprio Instituto, datam do ano 2012.

Figura 1 – Mapa das Mesorregiões e Microrregiões de Santa Catarina



Fonte: Elaboração própria da autora (2015).

Tabela 1 – Aportes das mesorregiões para os setores da economia em Santa Catarina - 2012.

MESORREGIÃO	INDÚSTRIA (VAB ⁽¹⁾ , R\$)	AGROPEGUÁRIA (VAB, R\$)	COMÉRCIO E SERVIÇOS (VAB, R\$)
Vale do Itajaí	13.499.320,09	873.208,42	28.821.722,20
Norte Catarinense	14.832.020,41	978.676,52	18.858.854,73
Grande Florianópolis	4.968.099,24	317.456,54	17.023.645,74
Oeste Catarinense	8.148.430,45	2.575.131,03	14.223.147,20
Sul Catarinense	6.897.662,92	809.082,69	10.040.257,48

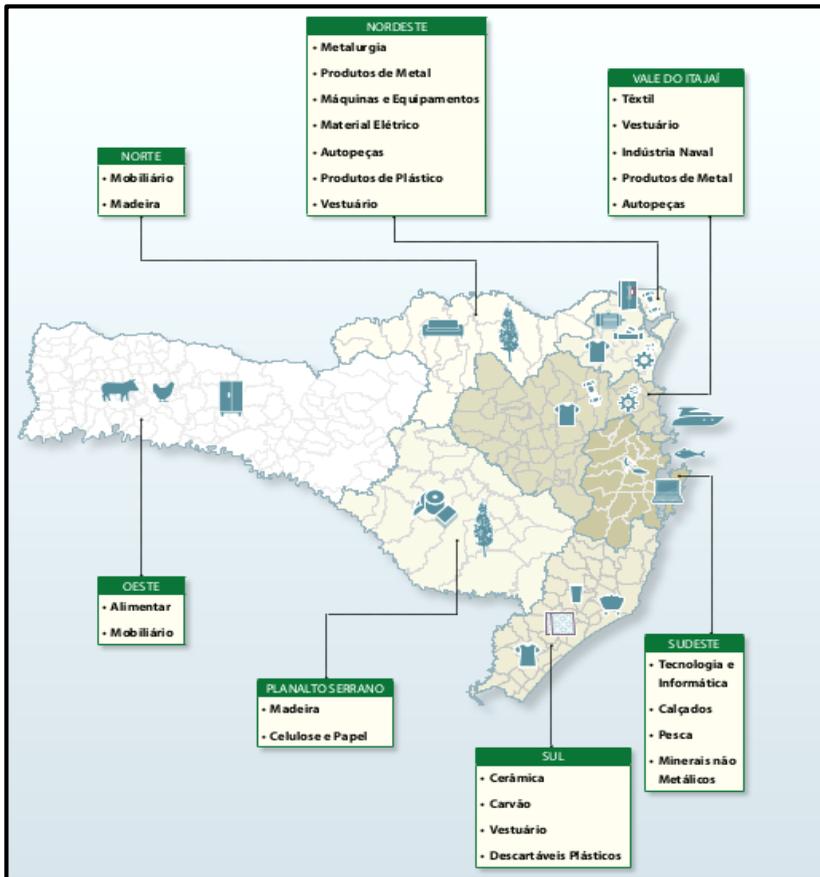
Notas: (1) Valor Agregado Bruto.

Fonte: <<http://www.deepask.com/goes?page=santa-catarina-Confira-a-participacao-dos-setores-da-economia-no-PIB---Produto-Interno-Bruto---do-seu-estado>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

Mesmo o setor de comércio e serviços se apresentando como o de maior aporte em todas as mesorregiões, é visível a presença de algumas características distintivas. As mesorregiões Norte, Vale do Itajaí e Sul Catarinense apresentam um forte aporte da indústria. A mesorregião Oeste comporta o maior aporte estadual do setor agropecuário, ao passo que a mesorregião Serrana é a que menor aporte faz ao PIB estadual em todos os setores da economia.

De acordo com informe da FIESC, apresentado no ano 2014, a economia industrial do Estado apresenta concentração em diversos polos (Sul, Oeste, Norte, Serrana, Grande Florianópolis, Vale do Itajaí). Entretanto, a mesma FIESC, com respeito aos setores ou ramos da indústria, destaca o aporte no ano 2013, principalmente o do setor alimentar, como o mais representativo da economia industrial do Estado. Santa Catarina é o maior produtor nacional de suínos e o terceiro de frangos. Em seguida, a indústria têxtil e do vestuário constituem o segundo polo de maior destaque no país. Ainda de acordo com o informe, os produtos de maior valor agregado, como os produzidos pelo setor metalmeccânico, a indústria de telecomunicações, aeronáutica e automotiva se desenvolvem atualmente no Estado. Na figura 2, é possível observar a concentração desses polos industriais e sua localização espacial no território catarinense.

Figura 2 – Principais concentrações industriais nas regiões de Santa Catarina



Entretanto, ao nos questionarmos sobre a existência de padrões nos diferentes setores da economia, e a sua participação no PIB estadual, foi realizada uma periodização que permitisse visualizar a participação dos diferentes setores no PIB estadual. Estes se mostram na tabela 2.

Tabela 2 – Participação dos diferentes setores produtivos no PIB de Santa Catarina, 2004-2011

SETORES	PARTICIPAÇÃO % DOS SETORES NO PIB										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011			
AGROPECUÁRIA	9,7	8,3	6,9	7,2	8,0	8,2	6,7	6,0			
Indústria Extrativa Mineral	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4	0,3	0,5	0,6			
Indústria de Transformação	26,0	24,5	24,4	24,2	23,3	22,3	22,5	22,9			
Construção Civil	5,0	4,7	4,8	5,2	5,1	5,2	5,7	5,7			
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto, limpeza urbana.	4,5	4,4	4,9	6,0	5,7	4,9	5,3	5,9			
INDÚSTRIA	35,9	33,9	34,5	35,7	34,4	32,8	34,1	35,1			
Comércio	12,2	13,6	14,4	13,6	15,2	15,2	15,7	15,5			
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,5	4,2	4,5	4,7	4,1	4,5	4,7	4,9			
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	9,9	10,6	10,9	11,1	11,1	11,4	11,5	11,9			
Outros serviços	28,8	29,3	28,9	27,7	27,1	27,9	27,3	26,7			
COMÉRCIO E SERVIÇOS	54,4	57,7	58,6	57,1	57,5	59,0	59,2	59,0			
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			

Nota: conforme dados de IBGE e SPG/DEGE/Gerência de Estatística.
Fonte: FIESC (2014).

Considerando os dados fornecidos na tabela 2, é possível inferir a existência de polos territoriais caracterizados por especializações produtivas no Estado de Santa Catarina, no qual a produção estadual se encontra especializada e polarizada em diferentes territórios. Ao se analisar a dinâmica econômica do Estado, percebem-se algumas características que apontam qual o modelo de desenvolvimento vem sendo assumido para SC, e como isso compõe um movimento maior no que concerne à divisão internacional do trabalho:

a) Existem diferenciações e especializações nas bases produtivas das mesorregiões catarinenses, fato que leva à descompassos no dinamismo econômico estadual, sendo as mesorregiões Norte e Vale do Itajaí aquelas que apresentam maior dinâmica no Estado;

b) A balança comercial do Estado apresenta maior peso nas exportações de produtos com escasso ou nenhum valor agregado, ou seja, produtos de origem majoritariamente agrícola, ligados à agroindústria e/ou com pouco processo de industrialização. Por sua vez, as importações se caracterizam por produtos que requerem maior valor agregado, percebendo-se assim que o Estado, ainda que conte com polos industriais, não produz bens de capital, e sim produtos de base, intermediários e de consumo.

c) Com relação ao estudo referente à origem do capital das empresas que mais movimentação apresentaram na balança comercial, é possível observar a forte presença de capital multinacional, principalmente quanto às empresas que maior movimentação apresentaram nas exportações do Estado.

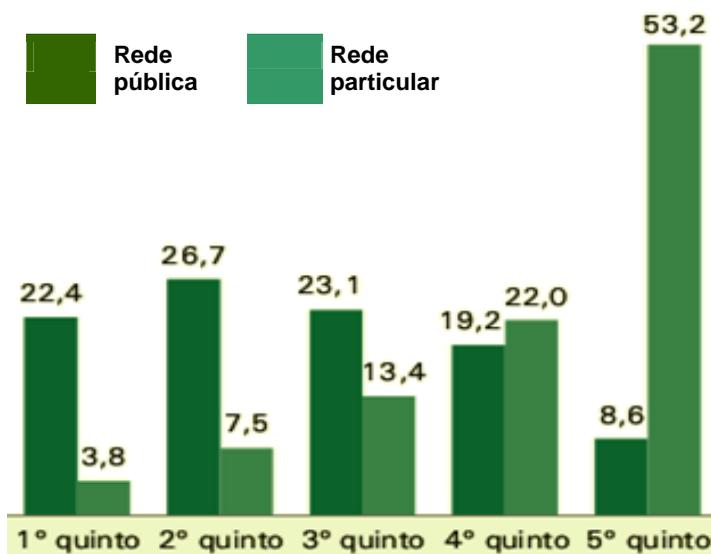
2.1.2 Indicadores e dados da população

Para a análise da população de SC, utilizou-se como eixo a busca de delineamentos que permitissem a caracterização da população trabalhadora⁸ e de suas famílias, buscando compreender a distribuição da população no território, qual a percentagem de população que trabalha, onde o faz (ramos da produção econômica), recebendo quanto, e qual o grau de escolaridade que a população possui. Essa priorização tem seu fundamento em duas razões: a primeira, porque os estudantes de ensino médio que frequentam a rede pública estadual se encontram dentro da população em idade ativa do estado, muitos dos quais são estudantes e trabalhadores; em segundo lugar, porque os estudantes da rede pública de

⁸ Por uma questão de acesso aos dados, somente se consideram os trabalhadores formais, pois estes são os que integram a maioria das estatísticas oficiais.

ensino pertencem às famílias das faixas mais empobrecidas de trabalhadores. Dado importante para se pensar as políticas desenvolvidas para a rede pública (para quem estão dirigidas), assim como para contrapor projetos educativos. No gráfico 1, observa-se quem são os estudantes que frequentam a rede pública. Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mais de 80% do total de estudantes de EM de SC se matricularam na rede pública estadual.

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos estudantes da rede pública e particular no Ensino Médio segundo os quintos de rendimento mensal



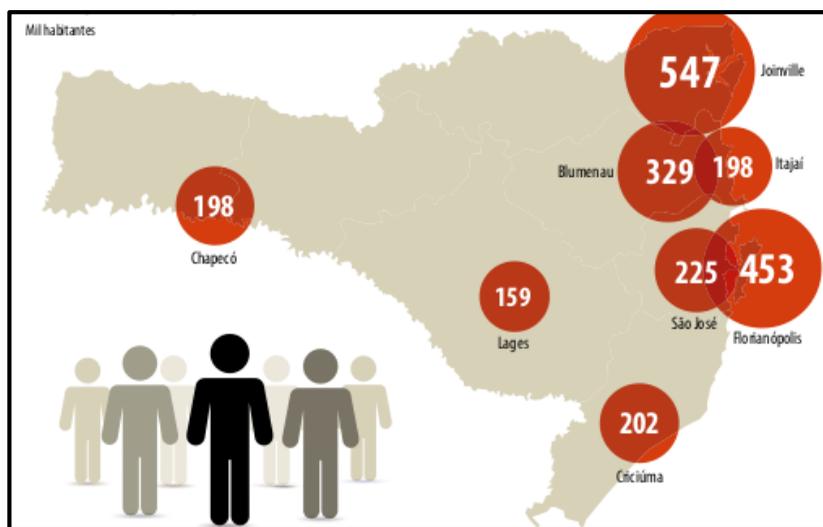
Fonte: IBGE (2012).

No ano de 2013, o IDH de SC alcançou a segunda posição nacional (0,84). O resultado dos indicadores sociais que compõem a base de cálculo para este indicador são, conforme Boletim Informativo da Secretaria do Estado da Fazenda (2013): a população residente no Estado atingindo a maior expectativa de vida do país (77,7 anos em média); a menor taxa de mortalidade infantil (10,5 por mil nascidos); apresentar os melhores indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - 4,9 e 4,3 - para os últimos anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente; o primeiro em frequência escolar na população compreendida entre 6 e 14 anos; o Estado cuja população possui o maior tempo de estudo entre pessoas maiores de 25 anos (8 anos); ter a menor

taxa de analfabetismo de todo o país, figurar entre os três estados com menor índice de reprovação no Ensino Fundamental; apresentar o menor percentual de domicílios com pobreza extrema e a melhor taxa de ocupação da população entre 18 e 24 anos; ser um dos três estados com maior número de trabalhadores com carteira assinada do país e o que menor taxa de homicídios apresenta.

Quanto à distribuição da população no Estado, percebe-se logo que ela não é homogênea, uma vez que existe concentração da população conforme as diferentes regiões, havendo uma maior concentração de população naqueles territórios com maior dinâmica econômica, tal como se mostra na figura 3 e no gráfico 2.

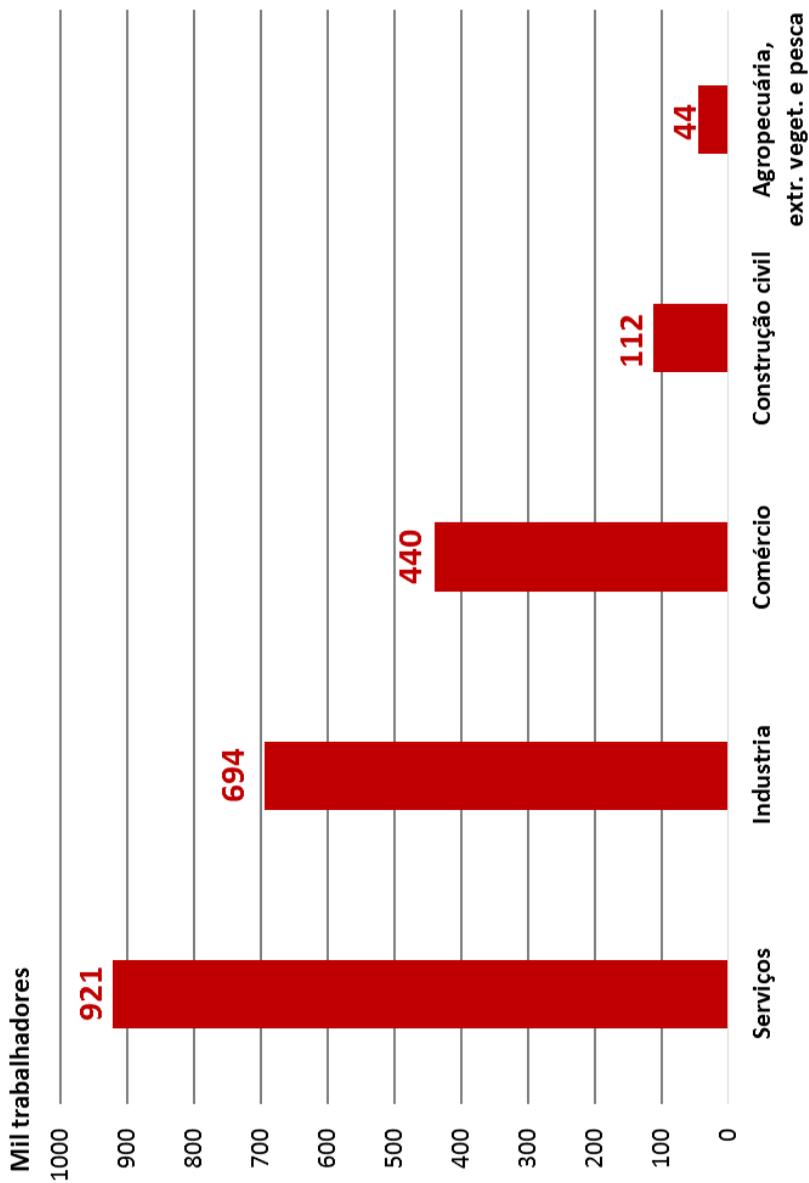
Figura 3 – Municípios mais populosos de SC por mil habitantes no período 2012/2013



Fonte: IBGE (2012).

Na figura 3, observam-se dois elementos que ajudam a caracterizar a distribuição da população em SC: concentração da população no litoral do Estado e naqueles territórios cuja economia é mais dinâmica (serviços, indústria, comércio).

Gráfico 2 - Distribuição de trabalhadores por setor de atividade em SC no ano 2013



Fonte: FIESC (2014).

Ao se observar o gráfico 2 e a tabela 1 em conjunto, compreende-se o fenômeno de concentração da população, pois são estes os territórios que mais força de trabalho requerem, dadas as suas características produtivas.

Buscando averiguar se há diferenças de remuneração na força de trabalho de SC conforme o setor em que os trabalhadores se encontram e também qual a distribuição da remuneração em relação ao grau de instrução e setor de produção, as tabelas 3 e 4 contêm dados que permitem pensar nesta relação.

Tabela 3 – Aportes das mesorregiões para os setores da economia em Santa Catarina - 2012.

Faixa Salarial (SMN) (1)	População (%)	
	Santa Catarina	Brasil
Até ½	2,3	7,3
De ½ a 1	12,8	16,8
De 1 a 2	27,1	23,5
De 2 a 3	14,8	9,6
De 3 a 5	8,5	5,6
De 5 a 10	5,3	3,8
De 10 a 20	1,8	1,4
Mais de 20	0,3	0,5
Sem rendimento	23,7	29,1
Sem declaração	3,4	2,4
Total	100,0	100,0

Notas: baseado em dados do IBGE. (1) Salário Mínimo Nacional.

Fonte: FIESC, 2014

Observando os dados da tabela 3, constata-se que 54,7% da população catarinense recebe uma média mensal compreendida entre ½ e 3 Salários Mínimos Nacionais (SMN), contra uma média nacional de 49,9%, nesta mesma faixa. Diferença que se compensa em favor do

Estado ao se considerar os dados referentes à população que recebe até ½ SMN, na qual 23,7% dos catarinenses declararam não ter rendimentos, contra 29,1% em âmbito nacional.

Tabela 4 – Nível de instrução e área de atividade dos trabalhadores – Santa Catarina - 2013

Escolaridade	Agropecuária	Indústria		Comércio	Serviços	Total
		Extrativa	Construção Civil			
Analfabeto	596	3.013	862	538	1.851	6.860
Até o 5º ano incompleto do EF	3.397	17.367	5.438	4.251	16.738	47.191
5º ano completo do EF	6.363	33.793	6.843	7.752	33.348	88.099
Do 6º ao 9º ano incompleto do EF	7.753	65.200	12.950	21.441	45.250	152.594
Ensino Fundamental completo	9.900	123.920	24.379	55.044	101.621	314.864
Ensino Médio Incompleto	3.294	75.272	7.913	51.153	48.439	186.671
Ensino Médio completo	11.426	302.043	45.736	253.057	337.387	949.649
Educação Superior incompleta	505	24.032	2.210	21.229	53.104	101.080
Educação Superior completa	1.213	48.029	5.267	25.259	271.050	350.818
Mestrado completo	9	423	17	126	8.996	9.571
Doutorado completo	3	96	12	48	3.371	3.530
Total SC	44.459	693.788	111.627	439.898	921.155	2.210.927

Nota: EF é Ensino Fundamental

Fonte: FIESC (2014).

Conforme os dados expostos, é possível distinguir alguns elementos que caracterizam a dinâmica socioeconômica do Estado:

a) Do total de trabalhadores do Estado declarados nas estatísticas (população de 2.210.927), 3,1% é analfabeto, 27,26% se encontra dentro da faixa de escolarização do EF (incompleto e completo), 51,39% se encontra na faixa de EM (incompleto e completo), 20,44% dentro da faixa de ES (incompleto e completo) e 0,59% possui pós-graduação (Mestrado e Doutorado completo).

b) Analisando a relação percentual da escolarização dos trabalhadores dentro de cada setor, é possível observar uma distinção referente ao setor da economia e o nível de escolarização de seus trabalhadores. Segundo o maior percentual: o setor agrícola apresenta 63% da faixa da sua população com um nível de escolarização que vai desde analfabeto até o ensino fundamental completo. O setor industrial é o que percentualmente apresenta maior população no nível de escolarização compreendida no ensino médio (incompleto e completo), com 53,6%. O setor de comércio e serviços é o que demonstra a maior concentração de população com ensino superior e pós-graduação, 27,23% e 0,92%, respectivamente.

c) Os setores da economia catarinense de agropecuária e indústria são os que concentram a população com os menores índices de escolarização (analfabeto até EM incompleto). Por outro lado, mesmo sendo os setores mais dinâmicos da economia estadual, o salário médio dos trabalhadores relacionados, ou se encontram entre os rendimentos mais baixos, ou se encontram na média.

d) Cruzando as informações sobre a distribuição territorial da população, o arranjo desta por setor de atividade, por região e nível de instrução predominante em cada setor, constata-se uma concentração da população com maior nível de escolarização no setor de comércio e serviços da região da grande Florianópolis, lembrando que o índice de escolarização é um dado que interfere no cálculo do IDH de cada região e município.

No movimento atual, Santa Catarina apresenta uma base produtiva configurada na sua história mais recente. Conforme estudos de Goularti Filho (2012), desde a década de 1970, a estrutura produtiva diversificada é afiançada graças à presença e participação planejada do Estado, ator principal deste processo. Entretanto, foram os setores de produção dos bens de base e de consumo aqueles que maior desenvolvimento apresentaram, em detrimento do setor de produção de bens de capital, movimento que demarca um posicionamento político quanto ao modelo de desenvolvimento implementado.

Vista a realidade socioeconômica catarinense, pergunta-se: qual a projeção evidenciada para e pelo Estado? Quais as tendências que impelem a conformação desse movimento? Na perspectiva de compreender essas tendências, abordaremos, na próxima seção, o estudo do Plano Catarinense de Desenvolvimento.

2.2 PROJEÇÃO OFICIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA SC ATRAVÉS DO PLANO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO 2015

Neste item, realizamos um estudo do Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015, pois considera-se que o plano forma parte do movimento anteriormente estudado. De acordo com Evangelista (2012), durante o estudo de documentos, produz-se uma tripla relação (documento-teoria-pesquisador), sendo necessário que se determine quais os posicionamentos de cada um deles dentro dessa relação. Durante a análise do documento, alguns entendimentos teóricos foram utilizados como referência, os quais é necessário esclarecer a fim de posicionar tanto o pesquisador quanto a teoria que serve de arcabouço para a análise do referido documento. Dessa forma, os conceitos de Estado, política e política educacional são de singular importância para o desenvolvimento do estudo.

Ao se falar de estado, compreende-se como um produto histórico constituído como resultado de relações sociais de um determinado tipo. Seguindo o entendimento de Marx (2009) e Engels (2012), o estado surge com a divisão da sociedade em classes, com a qual uma das classes se encontra em situação de apropriar-se do trabalho da outra; dessa forma, instaura-se a necessidade de garantir que essa dominação seja realizada e perpetuada. Engels (2012) concebe o Estado como um poder nascido da sociedade, mas que se coloca acima desta, cuja origem se encontra na necessidade de conter os antagonismos irreconciliáveis entre as classes, de modo a impedir que essas classes destruam uma a outra. Mesmo tendo o estado nascido da necessidade de amortecer os antagonismos de classes, ao mesmo tempo, ele surge em meio ao conflito destas classes e responde aos interesses da classe economicamente dominante, que, com a sua ajuda, passa também a ser a classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para a exploração da classe oprimida. Assume o estado uma dupla função: técnico-administrativa, dada a divisão social do trabalho, e de dominação política, sendo a última quem “orienta” a primeira.

Da concepção anterior se desprende uma distinção entre o tipo de estado e a forma de governo. O tipo de estado está intimamente ligado à classe que se serve do estado para manter e reproduzir a sua posição de classe dominante (escravista, feudal, burguês). Não obstante, dentro de cada tipo de estado, produzem-se diferentes formas de a classe dominante exercer seu domínio sobre a dominada, que compreendem desde arranjos democráticos até os ditatoriais. Dessa maneira, o caráter de classe do estado não muda enquanto as relações antagônicas e de domínio de uma classe sobre outra se mantêm; o que muda são suas manifestações superficiais, ou o que Lênin (2012) chamou de formas de governo.

Seguindo os entendimentos dos autores acima mencionados, a política, concebida dentro deste contexto, é entendida como o poder de organização desenvolvido por uma classe para dominar a outra. Assim, a classe econômica e politicamente dominante desenvolve formas de opressão contra a classe subordinada utilizando-se da mediação do estado, que se apresenta como uma entidade externa à sociedade da qual é produto e produtora. Desse modo, as políticas públicas concebidas no seio do estado assumem também um “ar” de neutralidade e distanciamento, que oculta as relações fundantes que lhe dão origem.

Quanto à educação, o trecho do texto de Engels ajuda na compreensão do seu papel fundamental no processo de humanização do homem na sua relação com a Natureza e com outros homens:

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. (ENGELS, p. 10).

A educação é uma mediação necessária para garantir que as formas já desenvolvidas para a transformação da natureza tenham continuidade no tempo, permitindo ao ser humano prover a sua sobrevivência enquanto espécie. Mas, por meio desse processo, não só se reproduzem as técnicas já desenvolvidas, mas também são aperfeiçoadas e produzidas novas formas de transformação da natureza, assim como se ensina e aprende a “conviver” de acordo com a forma em que a sociedade se organiza para a produção/reprodução. Desse modo, a educação numa sociedade assentada sob a propriedade privada tende a implementar processos formativos que garantam a produção e reprodução da existência sob esta mesma forma.

Ou seja, a educação no capitalismo se estrutura de modo a formar as duas classes fundamentais que sustentam as relações de produção dominantes.

Nas sociedades capitalistas modernas a escola assume centralidade nesse processo. Assim, a função social da escola se dá conforme a sua base material, buscando, por intermédio dela, que os sujeitos respondam operativa e comportamentalmente às demandas que o atual estágio de organização dos meios de produção requer. A educação, tal como a percebemos em nossos dias, ou seja, institucionalizada e realizada através de sistemas de ensino fragmentados, hierarquizados e com acesso a diferentes “níveis” de conhecimento, nasce junto com a fábrica (MANACORDA, 2010 b).

A divisão social do trabalho e o avanço das forças produtivas alcançadas com o movimento do capitalismo são fatores que permitem que a questão da educação das novas gerações se realize de acordo com os processos diretamente vinculados à produção da vida, surgindo, deste modo, pessoas e instituições específicas para a formação das futuras gerações. Não obstante, a educação não se produz fora do conjunto das relações sociais estabelecidas na produção e reprodução da existência do modo capitalista; há um processo de intermediação em que se produz uma internalização (MÉZSÁROS, 2010) nos sujeitos daqueles elementos culturais necessários para a produção e reprodução do atual estado das coisas. A educação escolar como processo mediador e facilitador da internalização dos valores e do desenvolvimento dos conhecimentos necessários para o modo de produção dominante se encontra administrada pelo Estado, que, cumprindo sua função técnico-administrativa e política, busca favorecer o processo de dominação da classe burguesa sobre a trabalhadora. O anteriormente descrito não pretende negar a existência da contradição dentro dos processos e relações mencionados, mas sim estabelecer as principais forças e tendências presentes, a fim de objetivá-las.

O PCD 2015, enquanto documento oficial, condensa os interesses que projetam o estado de Santa Catarina para dentro de um modelo de desenvolvimento específico. Nessa projeção de SC, manifestada através desse documento, a educação, especificamente a educação pública em seu nível médio, é considerada como um dos pontos nevrálgicos para a concretização do modelo de desenvolvimento a que aludimos, de tal sorte que a educação nesse nível é proposta para responder a interesses visceralmente vinculados a um projeto histórico. Trata-se do projeto da burguesia que utiliza a educação da classe trabalhadora como uma das formas de manter o movimento de produção e reprodução do capital.

Para a realização da análise do documento, buscou-se seguir os aportes teórico-metodológicos feitos por Shiroma e Campos (2005) e Evangelista (2012). Assim, tomou-se como ponto de partida as seguintes perguntas: o que se entende por desenvolvimento? Qual o projeto de desenvolvimento oficializado para SC? Qual a relação deste projeto com o movimento que acontece no Brasil e no mundo? Como se pensa a educação dentro desse projeto? Visando responder a tais perguntas, o texto foi organizado da seguinte forma: i) Apresentação e contextualização histórica do PCD 2105. ii) Apresentação dos dados formais, fontes e referências do documento. iii) Estudo do documento, objetivando a compreensão da sua estrutura. iv) Análise da visão desprendida no documento.

2.2.1 Apresentação e contextualização histórica do PCD 2015

A análise deste documento pretende trazer a tona o discurso e a intencionalidade do estado frente ao desenvolvimento econômico e social de SC diante do capitalismo internacional. Portanto, reconhece-se o carácter ideológico do documento que será revelado a partir da sistematização presente neste item. Quando for colocado num capítulo junto com documentos restantes tem que colocar que todos tem esse carácter ideológico.

Considerando a pergunta “qual conceito de desenvolvimento oferecido através do documento?”, não encontramos referência direta a essa questão, salvo no prefácio assinado pelo então governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, que coloca a palavra desenvolver como contraposição a envolver.

[...] A palavra envolver tem, entre outros, o significado de cobrir, encapsular, no sentido de impedir, obstaculizar. Já a palavra desenvolver - conotando retirar aquilo que envolve, impede, obstaculiza ou tranca -, significa romper com estruturas arcaicas, eliminar óbices, como os que impedem a sociedade de crescer e distribuir justamente os frutos do trabalho. (SANTA CATARINA, 2006, p. 4).

Acredita-se, pois, que a identificação de quais os obstáculos e trancas se quer retirar, a fim de crescer e de realizar uma “distribuição justa” dos frutos do trabalho na sociedade, bem como compreendendo com quais estruturas arcaicas se quer romper, permitirá que se alcance o conceito de desenvolvimento utilizado no documento. De igual modo,

essa identificação fornecerá os subsídios necessários para que se possa responder as perguntas restantes.

O PCD 2015 foi desenvolvido durante o primeiro mandato de Luiz Henrique da Silveira (2003-2006), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Sua aprovação e publicação ficou sob responsabilidade de Eduardo Pinho Moreira (2006-2007),⁹ também do PMDB, Vice-governador de Luiz Henrique da Silveira, que assumiu o Governo após a renúncia do governador, para articulação da sua campanha de reeleição. O principal slogan desse governo foi o da democratização através da descentralização administrativa. De acordo com Vargas e Theis (2009), as ações do governo basearam-se no planejamento do desenvolvimento estadual a médio e longo prazo, conforme as particularidades de cada uma das regiões catarinenses. Elemento pontuado no próprio texto do documento: “[...] a formulação de estratégias aprofunda o movimento para efetivação da descentralização, dinamizando o processo de transformação das diversas regiões de Santa Catarina em territórios de desenvolvimento [...]” (SANTA CATARINA, 2006, p. 13).

O documento foi produzido e aprovado no decurso o primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio da Silva (Lula), do Partido dos Trabalhadores (2003-2007). O governo Lula caracterizou-se pela busca do controle da inflação através do manejo das taxas de juros, pela abertura comercial e financeira, pelo impulso às parcerias público-privadas e pela continuação das políticas formuladas no governo do Fernando Henrique Cardoso¹⁰, como a contenção dos gastos públicos, a ampliação do superavit primário, a implementação de políticas sociais, dentre outras. Na conjuntura internacional, o PCD 2015 foi produzido num momento em que o mundo se encontrava debruçado no denominado processo de globalização ou mundialização do capital, quando começava-se a perceber que as promessas de abertura de oportunidades para todos não eram bem assim.

O plano está conformado por um conjunto de diretrizes e estratégias guias da ação governamental para o período de 2007 a 2015 e faz parte do Sistema Estadual de Planejamento. O documento foi elaborado sob a coordenação e controle da Secretaria de Estado do

⁹ Foi também Vice-governador durante o mandato de Raimundo Colombo (2011-2015), pelo Democratas (DEM).

¹⁰ Fernando Henrique Cardoso, conhecido popularmente como FHC, foi o presidente do Brasil durante o período entre 1995 e 2003, pelo Partido da social Democracia Brasileira (PSDB).

Planejamento, que trabalhou em conjunto com outras Secretarias de Governo e com os Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDR). Para sua formulação, utilizou-se como base metodológica a análise de cenários¹¹, nutrida pelos dados recavados através de três fontes principais: a própria Secretaria do Planejamento, os Planos de Desenvolvimento Regionais e o Master Plan. Na análise de cenários de SC, utilizou-se o método PESTE¹² (*Political, Economic, Social, Technology and Environment*), a partir do qual se estabeleceram quatro categorias de atuação, que se desdobram em nove áreas estratégicas (que serão vistas com mais detalhes na seção 2.3). Dessa forma, foram analisados o cenário tendencial (estudo das tendências históricas e atuais catarinenses) e o normativo (futuro desejado ou necessário para SC), buscando definir quais os elos necessários para transitar entre um e outro cenário. Conforme o próprio documento, os cenários normativos sustentam-se em três pilares: os Objetivos do Milênio (ODMs),¹³ definidos pela

¹¹ A análise de cenários consiste num estudo prospectivo das diferentes possibilidades de futuro de um sistema, em que, a partir de informações sobre o passado e presente, elaboram-se sequências coerentes, sistemáticas, compreensíveis e viáveis para a concretização da projeção desejada.

¹² Traduzido para o português como PESTA.

¹³ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio têm sua base na Declaração do Milênio, realizada pelas Nações Unidas e adotada pelos seus Estados-membros (Brasil incluso). Não obstante, conforme a PNUD, os ODMs foram realizados considerando-se também a participação e o compromisso da sociedade civil. Os ODMs são: a erradicação da pobreza extrema, alcance da educação básica universal, promoção da igualdade de gênero, redução da mortalidade infantil, ampliação das condições de saúde materna, combate às doenças endêmicas (malária e AIDS), garantia de sustentabilidade ambiental e criação de parcerias globais para o desenvolvimento. Hoje, propõe-se, através das Nações Unidas, uma agenda pós-2015, que acrescenta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na busca do desenvolvimento global. Os ODS são compostos de 17 objetivos e 169 metas. Como objetivos propõe-se: 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. 4. Garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos. 5. Alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. 6. Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos. 7. Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e moderna para todos. 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. 9. Construir infraestrutura resiliente,

Organização das Nações Unidas (ONU); os dados comparativos entre IDH e os indicadores dos municípios melhor posicionados de SC e os de outros estados e países (SANTA CATARINA, 2006, p. 102).

Os Planos de Desenvolvimento Regionais foram produzidos nas diferentes Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) através do Projeto Meu Lugar. Esse projeto data do ano 2003 e consistiu-se num acordo de Cooperação Técnica Internacional entre o Estado de SC e o PNUD, contando com um orçamento inicial de U\$S 1.046.008,00. Conforme o documento:

“Esse acordo tinha como objetivo inicial a elaboração de uma estratégia de construção de planos de desenvolvimento locais e microrregionais centrados na participação e gestão social e na consolidação de identidades territoriais.” (SANTA CATARINA, 2006, p. 105). O nome fantasia “Projeto Meu Lugar” resultou do entendimento da necessidade de o projeto apresentar um “apelo de marketing favorável” (SANTA CATARINA, 2006, p. 105), na finalidade de lograr uma identificação dos “atores locais” com seu território, favorecendo tanto a criação de condições para a melhoria da qualidade de vida nas diferentes regiões (30 SDRs, no primeiro governo de Luiz Henrique da Silveira; no segundo, mais 6) como o sentimento de pertença e compromisso de cada “cidadão(ã) com o território onde vive” (SANTA CATARINA, 2006, p. 105). O resultado esperado para esse projeto tratava, principalmente, de reverter o processo de litoralização do Estado, através de um reequilíbrio geográfico da população. Contabilizavam-se dez “produtos” do projeto, segundo o próprio PCD 2015, entre os anos de 2005 e 2006. Estes resultados foram: elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regionais; elaboração do diagnóstico dos ODMs para as (então) 30 regiões do

promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação. 10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles. 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. 12. Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis. 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. 14. Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, bem como deter e reverter a degradação do solo e a perda de biodiversidade. 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas, em todos os níveis. 17. Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

estado; implantação de estratégias de comunicação com a finalidade de criar uma identidade regional; realização de diagnósticos do capital social em 12 regiões de SC; criação de programas de capacitação de recursos humanos e aprimoramento do capital social das regiões, objetivando a criação de competências regionais para promover o desenvolvimento; elaboração de um sistema de monitoramento do progresso das ações do projeto; diagnóstico das pequenas e micro empresas catarinenses; implementação da Ação Mulher Cidadã, que buscava estimular, em cada região, o empreendedorismo feminino, ação Minha Escola Meu Lugar, realizando a capacitação dos docentes e buscando a inserção dos aspectos históricos, geográficos, econômicos e ambientais da região nas disciplinas da educação básica.

O Master Plan, constituiu outro elemento base para a elaboração do PCD 2015. O plano age aos moldes de um plano diretor, estabelecendo os pontos estratégicos nos quais o Estado há de investir. O plano compreendeu quatro áreas entendidas como fundamentais: i) Logística de transportes. ii) Desenvolvimento com base na inovação, a fim de aumentar a competitividade e visando a exportação. iii) Energia iv) Finanças, tomado o Banco Estadual de Santa Catarina (BESC) como instrumento de desenvolvimento local. As ações sugeridas pelo Master Plan foram: estabelecer um vínculo maior entre as instituições de ensino e a indústria, através da “criação de novos cursos demandados pelos ramos industriais e para os quais o estado tem vocação”. (SANTA CATARINA, 2006, p. 109). Consolidar um *cluster*¹⁴ do ramo da tecnologia da informação e comunicações, visando gerar maior valor agregado aos produtos catarinenses¹⁵. Informatização das atividades do governo, para aumentar a eficiência da gestão e gerar demanda para os produtos das empresas locais. Criação de um sistema de financiamento à inovação com fundos estaduais, no objetivo de dar suporte aos investimentos em tecnologia dos Arranjos Produtivos Locais.

Entretanto, o fenômeno da elaboração de planejamentos para o desenvolvimento estadual não é novo em Santa Catarina. Conforme demonstram Vargas e Theis (2009), existem antecedentes de

¹⁴ Denominam-se clusters as aglomerações industriais localizadas em regiões próximas territorialmente, possuidoras de grande poder de inovação (tecnológico ou organizacional). Michael Porter, economista que cunhou o conceito, define que cluster é semelhante a uma rede de empresas, normalmente especializadas no mesmo setor de atividade, interconectadas, altamente competitivas, com uma base geográfica de proximidade territorial.

¹⁵ O qual foi efetivado na região da Grande Florianópolis.

planejamentos governamentais para o desenvolvimento estadual desde a década de 1960.

Com respeito à contextualização histórica do PCD 2015, a versão oficial oferecida durante seminário realizado na UFSC¹⁶ estabelece que as raízes para a elaboração do plano se encontram na década de 1990, momento em que se produz uma intensificação da articulação e cooperação entre os atores locais, no interior catarinense, para discutir o desenvolvimento. Esse processo teve sua institucionalização por meio da criação dos Fóruns de Desenvolvimento Regional, em 1996, que tinham a função de agir como agências de desenvolvimento regional; dos Comitês de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas, em 1997; e das regiões Metropolitanas, em 1998. Consolidou-se, na visão oficial, uma série de argumentos que demonstravam a necessidade de se realizar uma reforma administrativa no estado catarinense. Foi assim que, no ano de 2003, foram criadas as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR). As Secretarias tinham o propósito de influir em quatro pontos considerados centrais: diminuição do ritmo de crescimento da economia catarinense; enfrentar as dificuldades da inserção da indústria de SC frente à globalização; reverter o processo de litoralização da população estadual; e aproximar o governo da sociedade. Tomando como base referencial o cenário atual de SC, como um estado que possui uma conformação socioeconômica heterogênea e com diferentes dinâmicas no seu desenvolvimento (comparável, segundo os relatores do plano, à 3a Itália), foi desenvolvido o PCD 2015. Conforme exposto durante o seminário, foram tomados como desafios para o desenvolvimento regional: o aprimoramento do foco de atuação das secretarias de desenvolvimento regional, procurando fazer com que elas atuassem como agências de desenvolvimento local; construir novos consensos com atores e instituições locais acerca das grandes questões que condicionam/conformam/limitam o desenvolvimento regional equitativo; identificar e promover trajetórias virtuosas de desenvolvimento a partir das regiões (tomando como base de análise as perguntas sobre quais vocações regionais, quais visões de futuro, quais potencialidades/oportunidades/entraves existiam).

¹⁶ VII Seminário NECAT – organizado pelo Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, da UFSC, realizado no dia 29 de abril de 2015, às 18h30min, com duração de 4 horas, no Auditório do Centro Socioeconômico da UFSC, intitulado: Desenvolvimento Regional em Santa Catarina: Cenários e Desafios, ministrado pelo professor Alcides Goularti Filho (UNESC), professor Lauro Mattei (CSE-UFSC) e Luiz Carlos Mior (Secretaria de Estado do Planejamento de SC).

Por outro lado, o fenômeno de planejamento do desenvolvimento não se restringiu somente à SC. Existe uma política regional brasileira, a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Regional, que é parte do Ministério da Integração Nacional (MIN). Trata-se da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que também conta com um legado de planos que atuam nesse sentido. Entretanto, conforme a Secretaria de Desenvolvimento Regional do MIN, é a partir de 2003 que as ações para o desenvolvimento regional se adensam e dão corpo a uma política mais consistente. A PNDR foi alicerçada em dois objetivos principais:

- I. Sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais, valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais.
- II. Criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia. (I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, 2012, p. 13).

Para atingir os objetivos propostos, uma série de medidas foram tomadas, na esfera Federal, no sentido de fortalecer à PNDR nas diferentes regiões brasileiras. Algumas dessas medidas foram: a redução de juros, a expansão do crédito e os investimentos em infraestrutura, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Com respeito ao Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015, é possível vislumbrar pontos de congruência com a PNDR. Estes se produzem através de elementos em comum em ambos os planos, convergindo numa mesma visão de desenvolvimento. Assim, os princípios 3, 5, 7 e 8 do PNDR¹⁷ se entrelaçam com a visão de futuro projetada no PCD 2015.

¹⁷ Quais sejam: 3) Competitividade-equidade: a PNDR estimulará e procurará perseguir resultados que estejam em consonância com o binômio competitividade e equidade, em nível de pessoas, empresas, regiões e governos. Significa dizer que as políticas devem ir além dos aspectos compensatórios e subsidiários, procurando também valorizar as capacidades substantivas das pessoas e a eficiência das empresas, economias das regiões e governos, meios possíveis para alcançar modelos de desenvolvimento competitivos, mas com distribuição de renda, inclusão social e sustentabilidade ambiental. 5) Respeito e valorização da diversidade territorial e do meio ambiente: o cumprimento das diretrizes contidas na PNDR deverá ser feito dentro do campo do respeito às diferenças históricas e estruturais dos territórios, estados e regiões, em sintonia com os objetivos das

2.2.2 Dados formais, fontes e referências do PCD 2015

Nesta seção são apresentados os dados formais do documento, no intuito de fornecer uma dupla visão (focada e ampla) dos seus elementos constitutivos. Focada, pois pretende desentranhar quais os atores presentes na elaboração do PCD 2015, sob as perguntas “quem são os principais responsáveis da elaboração do documento?”, “onde eles estão hoje?”, em que período e de que forma o documento foi elaborado? Ampla, porque os dados formais colhidos através da investigação focada permitem que se saia do cerco do documento em si, como um elemento isolado da realidade na qual foi produzido. Com a compreensão de que o documento, como elemento da empiria, traz em si a realidade da qual faz parte, visa-se compreender as relações existentes no documento, ou seja, quais as forças preponderantes na sua elaboração e quais as abafadas.

A apresentação dos dados foi organizada através da confecção de dois quadros, onde se sintetizam as informações.

O quadro 1 contém dados de instituições envolvidas, data de publicação do programa e governo no qual o PCD 2015 foi produzido, bem como as fontes e referências utilizadas no documento.

Para a elaboração do quadro 2, buscou-se estabelecer qual a relação dos sujeitos que durante a elaboração do documento se mantiveram em cargos decisivos com os diferentes organismos e entidades. Isto, visando compreender as relações estabelecidas durante sua elaboração com os interesses de uma ou outra classe fundamental e seus desdobramentos na atualidade mais recente. Estes quadros são apresentados a continuação.

políticas nacionais de desenvolvimento e sempre incorporando os princípios da sustentabilidade ambiental e da economia verde. 7) Parceria público-privada: considerando a existência de um sistema econômico misto e sabendo que o estado apresenta restrições institucionais e orçamentárias, há que se recorrer às parcerias público-privadas (iniciativa privada e governo; mercado e estado), garantidas, inclusive, por lei específica, para o cumprimento dos objetivos e metas da PNDR. (I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, 2012, pp. 15-16).

Quadro 1 - Dados formais, fontes e referências do PCD 2015

Instituição Elaboradora	Secretaria de Estado do Planejamento (coordenação)
Data da publicação	17 de maio de 2006, através do DECRETO Nº 4.316
Governo	Luiz Henrique Da Silveira (PMDB, 2003/2006), Eduardo Pinho Moreira (PMDB, 2006/2007)
	<i>Organismos de carácter público estadual</i>
	* <i>SECRETARIAS ESTADUAIS</i>
	Administração. Agricultura e Desenvolvimento Rural. Comunicação. Coordenação e Articulação. Cultura Turismo e Esporte. Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda. Desenvolvimento Sustentável. Educação, Ciência e Tecnologia. Fazenda. Infraestrutura. Saúde. Segurança Pública e Defesa do Cidadão.
	* <i>SECRETARIAS EXECUTIVAS ESTADUAIS</i>
	Articulação Nacional. Articulação Estadual. Articulação Internacional. Casa Militar
	* <i>SECRETARIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO</i>
Organismos e Entidades envolvidas	Araranguá. Blumenau, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitiba, Dinísio Cerqueira, Grande Florianópolis, Ibirama, Itajaí, Ituporanga, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Mafra, Maravilha, Palmitos, Rio do Sul, São Joaquim, São Lourenço D'Oeste, Tubarão, Videira, Xanxerê.
	* Departamento Estadual de Infraestrutura
	* Junta Comercial do Estado de SC
	* Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
	* Empresa de Pesquisa Agrária e Extensão Rural de Santa Catarina
	* Casa Militar
	<i>Organismos de carácter público (autarquia)</i>
	* Administração do Porto de São Francisco do Sul
	* Departamento de Transportes e Terminais
	* Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina

Continuação do Quadro 1

Organismos e Entidades envolvidas	<p>Organismos de carácter público misto (estadual/privado)</p> <ul style="list-style-type: none"> * Centrais Elétricas de Santa Catarina * Companhia Catarinense de Água e Saneamento * Companhia de Gás de Santa Catarina * Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina * Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A * Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina <p>Organismos de carácter privado</p> <ul style="list-style-type: none"> *Serviço de Apoio às micro e pequenas Empresas Santa Catarina <p>Organismos multilaterais</p> <ul style="list-style-type: none"> *PNUD
Fontes Utilizadas	<p>Centrais Elétricas de Santa Catarina, Departamento Nacional de Trânsito, Departamento de Trânsito de SC, IBGE, PNUD, Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado do Planejamento, Tribunal de Contas do Estado.</p>
Referências do documento	<p>ABRUCIO, F. L. Diagnóstico geral das administrações públicas estaduais. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2004. Relatório Técnico.</p> <p>BARZELAY, M. Instituições centrais de auditoria e auditoria de desempenho: uma análise comparativa das estratégias organizacionais na OCDE. Revista do Serviço Público, ano 53, n.2, abr.-jun. 2002.</p> <p>BERGER, G. L'attitude prospective. Disponível em: <http://www.prospective.fr/Bibliotheque/Attitude_prospective.htm>. Acesso em: 02 maio 2006.</p> <p>BITTENCOURT, P.F. Dinâmica da inovação e arranjos produtivos locais: uma análise da distribuição da atividade industrial em Santa Catarina. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal de Santa Catarina.</p> <p>EUROPEAN TRANSPORT SAFETY COUNCIL. Transport safety performance in the EU: a statistical overview, 2003. Disponível em: <http://www.etsc.be/oldsite/statoverv.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2006.</p> <p>PORTO, Cláudio. O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte. Brasília, 2003. Relatório Técnico.</p>

Continuação do Quadro 1

Referências do documento	STOCKHOLM ENVIRONMENT INSTITUTE. Great Transition: The Promise and Lure of the Times Ahead. Relatório técnico. Disponível em: < http://www.p2pays.org/ref/39/38803.pdf >. Acesso em: 3 mar. 2006.
--------------------------	---

Fonte: Autora (2015, com base no Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015).

Com relação aos sujeitos que participaram da elaboração do PCD 2015, quadro 2, podem ser vistos que, aqueles que agiram dentro da instituição elaboradora pertenciam à órbita da coordenação. Ou seja, aqueles que ocupavam cargos políticos de definição na elaboração do PCD 2015.

Entretanto, houveram outros sujeitos envolvidos na elaboração do PCD 2015; dentre estes, trinta formavam parte da SPG e setenta e nove eram assessores compreendidos na lista de autoria do documento como técnicos especialistas envolvidos.

Analisando os quadros 1 e 2, duas são as reflexões que vêm à tona: a primeira trata sobre qual a correlação de forças existentes na definição do PCD 2015; a segunda reflexão versa sobre qual é o projeto histórico que se encontra compreendido no PCD 2015 e qual fora relegado. No quadro 2 se mostram as relações existentes entre os sujeitos que se encontravam no âmbito de definição na elaboração do plano. Ao se perceber os vínculos existentes, fica descoberta sua relação orgânica com interesses empresariais e com instituições formadoras de conhecimento. Por outro lado, mesmo se tratando de equipes de planejamento e de técnicos, na composição desses quadros não se constatou a presença de outras entidades representantes de outros setores da sociedade civil, tais como sindicatos, movimentos sociais e organizações populares, o que denota uma correlação de forças com um corte de classe específico na elaboração do documento, que é o da burguesia. Mesmo no próprio documento, quando se menciona a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional perante o Projeto Meu Lugar, no qual houve participação de outros setores da sociedade civil, estes planos regionais serviram de referência. Segundo o próprio documento: “Esse amplo processo de consultas, que envolveu administração pública estadual e sociedade organizada, permitiu-nos definir as macro diretrizes que representam as opções estratégicas e as prioridades para as áreas de atuação do Governo”. (SANTA CATARINA, 2006, p. 4); portanto, mantendo-se fechado o grupo que teve poder de definição.

Quadro 2 - Relação dos indivíduos que participaram em cargos de definição política na elaboração do PCD 2015 e sua vinculação atual

Vínculo institucional	Intelectual	Formação/ atividade	Cargo/Função 2003-2006	Cargo/Função recentes
		<i>Coordenação do processo de elaboração – secretaria de Estado do Planejamento</i>		
Coordenação geral	Olvacir José Bez Fontana	Engenharia incompleta. Presidente da Construtora Fontana Ltda.	Secretário	Presidente da Associação Empresarial de Cricúma (2010-2013). Diretor da FIESC (2014-2017)
Diretora de Planejamento	Anita Pires	Educadora e assistente social, com especialização em Políticas Sociais na França. 2004 - Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Eventos, SC. 2006 – Presidente da ONG Floripa Amanhã	Coordenadora Geral	2015 - Diretora da Pires e Associados (representante comercial do Cosão do Saninho). Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Eventos, Brasil.
Coordenação executiva	Reginete Panceri	Graduação em Ciências Econômicas (UFSC, 1984). Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC, 2007).	Diretora de Planejamento	Diretora de Planejamento SSP. Professora substituta da Universidade Federal de Santa Catarina e analista da receita estadual iv - Secretaria de Estado da Fazenda – SC
Coordenação técnica	Márcio Bittencourt	Engenharia de Produção elétrica (UFSC, 1994). Mestrado em Engenharia de Produção (UFSC, 2006).	Gerente de Planejamento	Professor da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Tecnologias de Gestão da UNIVALI. Coordenador do MBA Executivo da Universidade Gama Filho em Santa Catarina (2009-2012). Assessor Técnico da Secretaria de Estado da Defesa Civil (2011-2012). Consultor Técnico da Secretaria de Estado da Segurança Pública (2012). Diretor Geral do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (2013)
Coordenador do ICR	Cristiano José Castro de Almeida Cunha		Sem dados achados na busca	

Fonte: Autora (2015).

2.3 ESTRUTURA DO DOCUMENTO

A estrutura definida para a apresentação desta seção foi a de primeiramente trazer a análise que o documento faz sobre o contexto internacional, nacional e estadual, para em seguida apresentar as macrodiretrizes, dimensões e áreas estratégicas de atuação, considerando os cenários normativos estipulados. Pretende-se, assim, levantar elementos que permitam compreender qual a projeção desejada para Santa Catarina através do Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015.

No PCD 2015 se apresenta uma análise do contexto internacional, nacional e estadual que é tomado como base para elaboração das macrodiretrizes e dos cenários nas diferentes áreas de atuação. Sobre o contexto internacional, destaca-se o crescimento das economias dos países em desenvolvimento, baseadas no aumento do preço do petróleo e de outras *commodities*, nas condições estáveis do mercado financeiro internacional e/ou no rápido crescimento do comércio de produtos manufaturados (China e Índia). Entretanto, há tendência ao aprofundamento das diferenças entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, assim como ao incremento da competência entre os países para a atração de capitais estrangeiros. A globalização e a produção intensiva em conhecimento levam ao aumento da competitividade, cenário em que os atores com baixa competitividade e baixa capacidade de adaptação são desqualificados. Assim, o nível de competitividade de uma economia passa a ser definido de acordo com as suas competências para gerar e operar novas tecnologias, fato que provoca mudanças nos sistemas de produção, redução nos postos de trabalho e nos preços dos produtos. Com relação ao contexto nacional, compreende-se que as políticas implementadas na década de 1990 provocaram uma degradação na infraestrutura, uma taxa de juros elevada, assim como uma elevada carga tributária e o aprofundamento das desigualdades sociais, gerando gargalos para o desenvolvimento da economia brasileira. A indústria foi o setor que mais se viu afetado, perdendo competitividade no mercado. Entretanto, o documento destaca que o modelo assumido nos últimos anos tem reduzido o Risco País¹⁸ através do impulso ao mercado interno via

¹⁸ O risco país é um índice no qual se mede o grau de “perigo” que um país representa para os investidores estrangeiros. Esse indicador é utilizado principalmente para os países denominados emergentes e corresponde à sobretaxa que se paga em relação à rentabilidade garantida pelo bônus do Tesouro dos Estados Unidos. O Risco país é calculado por agências de classificação de risco e bancos de investimento.

redução das desigualdades sociais e regionais (ampliação de mercados de produtos dirigidos para consumidores de baixa renda), redução de taxa de juros, modernização tecnológica e aumento das exportações. Fatos que têm colocado o Brasil novamente nos patamares de competição, principalmente frente aos seus principais concorrentes, China, Índia, México e Coreia. No contexto estadual, destaca-se o potencial catarinense de adaptação às mudanças, em razão da sua diversificação produtiva e da organização em arranjos e cadeias produtivas, em que o processo de atualização tecnológica de várias destas cadeias possibilita uma maior inserção no mercado internacional. Considera-se que os fatores geradores do processo de ampliação das exportações acima referidos fizeram com que as exportações do estado continuassem crescendo, elevando a sua participação no PIB catarinense.

O Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015 estabelece quatro macrodiretrizes, cada qual englobando uma dimensão específica. Estas últimas, por sua vez, desdobram-se em nove áreas de atuação. Em resumo, o plano teve a seguinte forma: Macrodiretriz 1: aumentar, de forma sustentável, a competitividade sistêmica do Estado. Dimensão Economia e Meio ambiente. Áreas de atuação: Infraestrutura. Iniciativas empreendedoras. Agricultura e Meio ambiente. Macrodiretriz 2: promover a equidade entre as regiões do Estado e a inclusão social de todas as pessoas no processo de desenvolvimento. Dimensão Social. Áreas de atuação: Saúde. Assistência social, trabalho e renda. Educação e cultura. Segurança. Macrodiretriz 3: apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico como forma de promover o desenvolvimento sustentável de SC. Dimensão Tecnologia. Áreas de atuação: Ciência, tecnologia e inovação. Macrodiretriz 4: consolidar a gestão pública ética baseada em resultados e comprometida com a qualidade dos serviços e com o bem público. Dimensão Política Pública. Áreas de atuação: Gestão pública.

A seguir são apresentados, sequencialmente, diferentes quadros contendo as áreas de atuação de cada dimensão do Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015 e seus respectivos cenários normativos.

O cenário normativo estabelecido para a infraestrutura no documento, quadro 3, toma como pontos principais, a infraestrutura logística, energia e comunicações. Com respeito à logística, visa-se a transformação da atividade portuária em importante setor da economia estadual, dando vazão à crescente exportação da indústria local e de

estados e países vizinhos. Para isto, prevê-se uma melhoria na infraestrutura portuária e nos principais eixos viários do Estado. Sobre energia (elétrica) e comunicações (telefonia e internet), destaca-se que SC tem indicadores cada vez mais próximos dos padrões internacionais, buscando a universalização do acesso tanto da rede elétrica quanto das comunicações.

Quadro 3 - Infraestrutura no PCD 2015

INFRAESTRUTURA	
DIRETRIZES	OBSERVAÇÕES (no documento)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Potencializar os sistemas logísticos de Santa Catarina de modo a aumentar a capacidade de movimentação de cargas e consolidar o estado como centro integrador da plataforma logística do Sul do país para os mercados nacional e internacional. 2. Fortalecer o processo de ampliação e manutenção da rede de rodovias pavimentadas no estado. 3. Manter a universalização do acesso e melhorar a qualidade do serviço de energia elétrica. 4. Ampliar a oferta de gás natural no estado, buscando atender novas regiões e segmentos. 5. Ampliar e melhorar a infraestrutura de saneamento básico visando a universalização do abastecimento de água e a ampliação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos. 6. Criar mecanismos e programas de captação de recursos de agências e fundos para investimentos na área de infraestrutura. 7. Criar programas e ações integradas para garantir a segurança nas rodovias catarinenses. 8. Universalizar o acesso aos serviços de telefonia e comunicação. 	<p>* Dar continuidade ao processo de ampliação e manutenção da rede de rodovias pavimentadas no Estado. Elaborar planos diretores e outros estudos técnicos para orientar os novos investimentos, captar recursos e realizar parcerias que viabilizem a execução das obras.</p>

Fonte: Autora (2015, com base no Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015).

No que diz respeito às redes de água e esgoto, objetiva-se alcançar pelo menos a média nacional (50%) de acesso dos domicílios à rede geral de esgoto. Para tanto, consta um programa de obras envolvendo os governos estadual e municipais, com recursos oriundos de organismos nacionais e internacionais. Essa projeção também compreendia o

tratamento adequado dos resíduos sólidos, “[...] de forma condizente com a qualidade ambiental e a vocação turística de Santa Catarina”. (SANTA CATARINA, 2006, p. 41).

Sobre o cenário normativo para as iniciativas empreendedoras, quadro 4, aponta-se a vocação do povo catarinense para o empreendedorismo e o trabalho, no qual a retomada da perspectiva do desenvolvimento significa estabelecer novas bases para o percurso histórico de SC.

Quadro 4 - Iniciativas empreendedoras no PCD 2015

INICIATIVAS EMPREENDEDORAS	
DIRETRIZES	OBSERVAÇÕES (no documento)
1. Promover a inovação e a agregação de valor nas cadeias produtivas de SC. 2. Promover e apoiar a participação das empresas catarinenses nos mercados internos e externo. 3. Implementar políticas de apoio aos micro e pequenos empreendimentos. 4. Estimular o ensino técnico profissionalizante em parceria com a iniciativa privada, entidades de classe e municípios.	* Formulação e execução de projetos estruturantes voltados para o adensamento e fortalecimento das aglomerações produtivas nas diversas microrregiões. * Criação de mecanismos financeiros e de garantia de atuação junto ao governo federal. * Estímulo ao investimento privado, principalmente por parte das médias e grandes empresas.

Fonte: Autora (2015, com base no Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015).

Dessa forma, buscou-se revitalizar as micro e pequena empresas, que, conforme dados do documento, ocupam cerca de um terço do total de pessoas empregadas no Estado, através da formação de arranjos produtivos e inovativos locais, que conformassem conglomerados industriais, nos quais se reúnem empresas, fornecedores, força de trabalho especializada, instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento gerencial, incubadoras de empresas de base tecnológica, instituições públicas e privadas de coordenação empresarial e instituições de financiamento. Para tanto, projetou-se um aumento nos investimentos públicos e privados no Estado através de iniciativas e instrumentos de atração de empresas e de apoio a novos investimentos. Por outro lado, estabelece-se a educação como eixo transversal para esta área de atuação, tendo o cenário normativo a projeção da “constante elevação das

matrículas em educação profissional como proporção das matrículas no Ensino Médio, um esforço conjunto entre Secretaria da Educação, Secretarias de Desenvolvimento Regional e entidades privadas, de maneira a revitalizar os mercados de trabalho regionais nas diferentes especialidades”. (SANTA CATARINA, 2006, p. 48).

Quadro 5 - Agricultura e meio ambiente no PCD 2015

AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
DIRETRIZES	OBSERVAÇÕES (no documento)
<p>1. Melhorar a atratividade e a qualidade de vida no interior para reduzir o êxodo rural e o processo de litoralização da população e da atividade econômica.</p> <p>2. Aumentar a competitividade do agronegócio catarinense.</p> <p>3. Desenvolver, de forma sustentável, a multifuncionalidade dos espaços rurais.</p> <p>4. Fortalecer a gestão dos recursos naturais por meio da articulação institucional das entidades relacionadas com a área ambiental no estado.</p> <p>5. Implementar sistema de gestão ambiental com processos unificados de licenciamento, monitoramento, controle e fiscalização.</p> <p>6. Consolidar a gestão dos recursos hídricos, continentais e costeiros.</p>	<p>* A primeira diretriz está relacionada à diminuição da pobreza no meio rural e à redução das desigualdades, em termos de oportunidades e acesso. Para isto, os programas de qualificação de trabalhadores dos meios rural e pesqueiro e a oferta de serviços de saúde, educação e lazer incentivam a permanência das pessoas na atividade rural e nas cidades de pequeno e meio portes.</p> <p>* As principais estratégias para a segunda diretriz são a ampliação dos serviços de pesquisa e de assistência técnica em atividades que sejam inovadoras e que possuam alta densidade econômica, além do apoio à organização dos produtores e a ações que agreguem valor à produção primária.</p> <p>* Necessidade de reconhecimento da multifuncionalidade dos ecossistemas do espaço rural está inserida num contexto em que o meio rural deixa de ser apenas produtor de matérias-primas e alimentos e passa a ser visto como um espaço de múltiplas funções.</p>

Fonte: Autora (2015, com base no Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015).

No cenário normativo para a área de atuação agricultura e meio ambiente, quadro 5, começa-se fazendo apelo à necessidade de reforço do modelo de desenvolvimento catarinense que, diferentemente do modelo nacional, não levou a uma concentração urbana e econômica. Entretanto,

o documento também sinaliza que existe uma tendência recente para o aumento do êxodo rural e litoralização da população, para os quais são necessárias medidas que busquem a sustentabilidade social, econômica e ambiental do meio rural. Dessa forma, propõe-se como objetivo a redução da pobreza no meio rural e entre as regiões. Nesse sentido, o setor é visto com grande capacidade de expansão e de geração de renda e emprego, portanto é considerado como ponto estratégico no desenvolvimento do Estado. Tendo como objetivo a competitividade do setor, determinam-se diferentes variáveis condicionantes para alcançar os níveis de competitividade desejados; estas variáveis são: infraestrutura, formação do capital humano, crédito e inserção dos produtos de base e seus derivados industriais (alimentos da agroindústria, papel e celulose da indústria madeireira) no mercado externo. O documento enfatiza a necessidade de aplicar medidas que assegurem a qualidade dos produtos, e, para tanto, questões sanitárias e de segurança alimentar serão contempladas como forma de ampliar o horizonte de exportações de produtos da agroindústria estadual.

As principais referências que estabelecem o cenário normativo para a área da saúde são os Objetivos do Milênio e o IDH. Quadro 6.

Quadro 6 - Saúde no PCD 2015

SAUDE	
DIRETRIZES	OBSERVAÇÕES (no documento)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Reduzir a mortalidade infantil. 2. Reduzir Anos Potenciais de Vida Perdidos. 3. Apoiar a ampliação da cobertura do Programa Saúde Familiar. 4. Intensificar a descentralização da prestação de serviços de alta e média complexidades. 5. Fortalecer o controle social por meio de Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde. 	<p>* As diretrizes estabelecidas são resultado da análise em base a os indicadores de países desenvolvidos ou aqueles indicados pela Organização Mundial da Saúde.</p>

Fonte: Autora (2015, com base no Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015).

As ações na área da saúde tomam como guia a redução da mortalidade infantil segundo o índice acordado pela ONU para 2015, que foi de 16 mortes por mil nascidos vivos, e, ainda, atingir uma média estadual conforme os índices das regiões mais desenvolvidas (abaixo de

10 mortes por mil nascidos vivos). O outro foco de ação visava reduzir o índice de Anos Potenciais de Vida Perdidos¹⁹ a um valor equiparável aos países do sul da Europa (abaixo de 50 por mil), bem como reduzir as disparidades existentes sobre este valor dentro das diferentes regiões do estado. Por outro lado, tomou-se como cenário normativo a ampliação dos serviços de atendimento mediante a desconcentração regional, reforçando a adesão ao Programa de Saúde da Família, com a finalidade de atingir, para o 2015, uma cobertura de pelo menos 90% das famílias catarinenses.

No quadro 7 é apresentado o cenário normativo da área assistência social, trabalho e renda. Para o estabelecimento de este cenário tomou-se como base o conceito de desenvolvimento humano propagado pela ONU, segundo o qual, pensar em desenvolvimento humano significa mais do que pensar no aumento de renda, relacionando-se com “[...] a criação de um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver o próprio potencial e empreender vidas criativas de acordo com suas necessidades e interesses”. (SANTA CATARINA, 2006, p. 63). Desse modo, o IDH, os ODMs, a geração de emprego, o índice Sistema Único de Assistência Social (SUAS)²⁰ e o déficit habitacional (necessidade de construção de novas moradias e problemas na qualidade de vida dos moradores) se constituem nos parâmetros de referência para as ações dessa área. Com respeito ao IDH, Santa Catarina encontra um lugar de destaque no cenário nacional, mas internamente existem muitas diferenças. Assim, há municípios, como o de Florianópolis, com um IDH de 0,881 (4a. lugar no ranking nacional), ao passo que outros municípios possuem uma média inferior à brasileira (0,776). Evidencia-se assim uma tendência de concentração territorial dos melhores índices na região litorânea, e os piores, na região Serrana e Meio Oeste.

¹⁹ O índice de Anos Potenciais de Vida Perdidos mede o impacto que exercem determinadas doenças e forças letais sobre uma sociedade. Marcam-se, assim, as perdas sofridas numa sociedade como consequência da morte de pessoas jovens ou de mortes prematuras. O cálculo se obtém através da soma, em todas as pessoas que morrem por uma mesma causa determinada, dos anos que poderiam ter vivido se houvessem cumprido sua expectativa de vida.

²⁰ Sistema Único de Assistência Social é calculado em nível municipal para todo o Brasil, demarcando aquelas regiões prioritárias para alocação de recursos para a assistência social. O índice SUAS é composto pela taxa de pobreza, pela capacidade de investimento do município e pelos repasses do governo federal na Proteção Social Básica.

Quadro 7 - Assistência social, trabalho e renda no PCD 2015

ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E RENDA	
DIRETRIZES	OBSERVAÇÕES (no documento)
1. Aumentar o IDH e superar os índices dos ODMs em todas as regionais do Estado. 2. Consolidar e fortalecer os serviços de assistência social buscando a equidade entre os grupos sociais e as regiões do estado. 3. Ampliar a geração de empregos, oportunidades de trabalho e geração de renda.	<ul style="list-style-type: none"> * A participação do poder público na assistência social é importante para restaurar a dignidade dos cidadãos com dificuldade de inclusão social. * Focalização em políticas relacionadas aos índices que compõem o IDH (renda, escolaridade, longevidade). * Ações estratégicas para alcançar os ODMs como combate à AIDS, universalização da educação e a igualdade de gênero. * Implantação do Sistema Único de Assistência Social em todos os municípios catarinenses. * Apoio a programas de capacitação profissional relacionados às vocações regionais. * Apoio às pequenas e médias empresas e cooperativas e a implantação de projetos de economia solidária.

Fonte: Autora (2015, com base no Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015).

Dessa forma, o planejamento para a área de atuação de assistência social, trabalho e renda buscava atingir um IDH comparável ao dos países do sul da Europa (IDH de 0,90). Para tanto, fez-se necessário um aceleração do desenvolvimento humano naquelas regiões com menor IDH, a fim de diminuir as diferenças internas. Esse aceleração e diminuição das disparidades internas do estado também repercutiu no resultado dos ODMs. Sobre a geração de emprego: “o cenário é a expansão da geração de oportunidades de trabalho. O crescimento do emprego é rápido na medida em que a economia estadual cresce acima da média nacional e aumentam as exportações de Santa Catarina, especialmente em setores que são relativamente intensivos em mão-de-obra, como os produtos do agronegócio” (SANTA CATARINA, 2006, p. 67). Finalmente, sobre o índice SUAS, a perspectiva é de melhoria, através da redução da pobreza nas diferentes regiões, bem como pela melhor capacitação do planejamento, financiamento e da gestão das políticas sociais nas esferas municipal e regional.

Para elaboração do cenário normativo na área educação e cultura, quadro 8, estabeleceu-se no documento que o estado de Santa Catarina se valeria dos preceitos constitucionais como norteadores das suas ações,

“buscando a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica”. (SANTA CATARINA, 2006, p. 69).

Quadro 8 - Educação e cultura no PCD 2015

EDUCAÇÃO E CULTURA	
DIRETRIZES	OBSERVAÇÕES (no documento)
1. Promover a universalização e a melhoria da qualidade do ensino médio no Estado.	*Comprometimento do estado com o acesso do indivíduo ao conhecimento e com a valorização do seu enraizamento social na comunidade local, solidificando a identidade cultural da população. * Para cumprimento da primeira diretriz é proposta a melhoria da infraestrutura das escola, garantia de acesso e permanência dos alunos no EM e programas especiais para corrigir as distorções idade-série.
2. Aumentar, gradativamente, o tempo médio de estudo da população catarinense.	* Contribuir para a formação integral do jovem no ensino médio, estimulando-o a prosseguir os estudos e, assim, reduzir o índice de abandono da escola em favor do mercado de trabalho.
3. Manter programa de formação continuada dos profissionais da educação, visando garantir o padrão de ensino de qualidade.	*Uma formação integral de qualidade melhora as oportunidades de mobilidade social ao mesmo tempo em que aumenta o nível geral de educação e conhecimento da sociedade. Segundo estudo do Banco Mundial (BM), tais medidas terão reflexo positivo no futuro, pois aumentam as oportunidades no mercado de trabalho e criam condições para elevar a renda mensal das famílias.
4. Estimular atividades culturais no estado, valorizando o patrimônio cultural e histórico das comunidades.	* Valorização do patrimônio cultural e histórico e à ampliação de infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades culturais e esportivas. Apontando para a democratização da cultura local, o resgate das especificidades regionais, o mapeamento do patrimônio histórico-cultural material e imaterial e a promoção da integração cultural entre as diversas regiões do estado.
5. Ampliar a infraestrutura para desenvolvimento de atividades culturais e esportivas.	

Fonte: Autora (2015, com base no Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015).

Com respeito ao EM, última etapa da Educação Básica, identificam-se problemas quanto à percentagem da população que acede

e culmina essa fase. Desse modo, o cenário normativo tomou como um dos pontos centrais a universalização do ensino médio para 2015: a elevação do nível de escolaridade da população catarinense (tomando como meta 10 anos de estudo para a faixa etária compreendida entre os 15 e 17 anos, até 2015). Atingir os níveis de escolarização planejados no tempo “ideal”. Esse cenário planejado tomou como sustento a ideia proferida no documento, afirmando que “o maior tempo de estudo contribui para a maior mobilidade social e inserção das pessoas na sociedade”. (SANTA CATARINA, 2006, p. 75). Com respeito aos professores, visou-se o aumento do número de profissionais com curso superior e pós-graduação, assim como a ampliação do processo de formação continuada, no entendimento de que esta é “uma condição que se impõe face aos avanços científicos e tecnológicos e é uma exigência da sociedade que reclama por melhor qualidade do ensino público”. (SANTA CATARINA, 2006, p. 75). Já a cultura é entendida no PCD 2015 como um instrumento de crescimento e valorização das pessoas. Nesse particular, toma-se como cenário normativo duas direções: ampliação das atividades culturais nos municípios e a ampliação da infraestrutura para a realização das atividades culturais com a recuperação de equipamentos e investimentos em parcerias com a iniciativa privada, governos municipais e federal.

O cenário normativo para a área de segurança, quadro 9, focou-se fundamentalmente na busca pela redução da taxa de homicídios através do combate aos fatores de agressão, ao uso de armas de fogo e ao tráfico de drogas. Dessa forma, projetou-se a ampliação dos serviços de Inteligência na Segurança Pública, a fim de dar maior ênfase nas ações preventivas e no combate à criminalidade através de uma rede de inteligência consolidada e com fluxo de informações precisas e rápidas. O respaldo nas organizações do terceiro setor que contribuem para a segurança pública foi tomado como outro ponto essencial, pois, conforme o documento, são essas organizações quem contribuem na inclusão social das pessoas de baixa renda, tendo um impacto positivo na diminuição da criminalidade.

Quadro 9 - Segurança no PCD 2015

SEGURANÇA	
DIRETRIZES	OBSERVAÇÕES (no documento)
1. Ampliar os serviços de inteligência de segurança pública.	* Melhorar as condições gerais de segurança e tranquilidade da população através do conhecimento profundo de cada comunidade, num processo de prevenção e de participação da sociedade, até um moderno e eficiente sistema de combate aos infratores e às organizações criminosas. * Conscientização do jovem e adolescente para o perigo e os efeitos negativos das drogas. * Aproximação com as organizações do Terceiro Setor inseridas nas comunidades e comprometidas com a realidade local.
2. Implementar ações efetivas de prevenção e combate às drogas.	
3. Incentivar e apoiar ações das organizações do Terceiro Setor que contribuam para a melhoria da segurança pública e da cidadania.	
4. Reduzir as taxas de homicídio.	
5. Capacitar o pessoal efetivo da segurança pública para melhor exercício de suas funções.	
6. Otimizar o uso do efetivo de segurança pública.	
7. Ampliar o número de vagas no sistema prisional.	

Fonte: Autora (2015, com base no Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015).

Quadro 10 - Tecnologia no PCD 2015

TECNOLOGIA	
DIRETRIZES	OBSERVAÇÕES (no documento)
1. Ampliar os serviços de inteligência de segurança pública.	* Melhorar as condições gerais de segurança e tranquilidade da população através do conhecimento profundo de cada comunidade, num processo de prevenção e de participação da sociedade, até um moderno e eficiente sistema de combate aos infratores e às organizações criminosas. * Conscientização do jovem e adolescente para o perigo e os efeitos negativos das drogas. * Aproximação com as organizações do Terceiro Setor inseridas nas comunidades e comprometidas com a realidade local.
2. Implementar ações efetivas de prevenção e combate às drogas.	
3. Incentivar e apoiar ações das organizações do Terceiro Setor que contribuam para a melhoria da segurança pública e da cidadania.	
4. Reduzir as taxas de homicídio.	
5. Capacitar o pessoal efetivo da segurança pública para melhor exercício de suas funções.	
6. Otimizar o uso do efetivo de segurança pública.	
7. Ampliar o número de vagas no sistema prisional.	

Fonte: Autora (2015, com base no Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015).

Dentro da análise retrospectiva utilizada para desenvolver o cenário normativo, destaca-se o papel central que a FAPESC tem realizado ao repassar recursos financeiros para projetos e programas em diferentes áreas, dos quais se destacam o mapeamento dos sítios eólicos, mitigação do dióxido de carbono emitidos por usinas termoeletricas à carvão, projetos na área de saúde, criação e consolidação de incubadoras e parques tecnológicos, construção de índices de sustentabilidade em microbacias, indicadores socioambientais e propriedade intelectual industrial. A projeção para essa área foi a tornar Santa Catarina “referência nacional, referendada por uma estrutura produtiva moderna e em linha com as condições de desenvolvimento do novo paradigma, espera-se que ao longo dos anos as relações universidade-empresa aumentem e melhorem de qualidade, a partir de ações públicas efetivas”. (SANTA CATARINA, 2006, p. 87). Dessa forma, procedeu-se ao aumento de formandos em cursos referentes ao novo paradigma tecnológico (baseado na economia do conhecimento e na tecnologia da informação) através do estímulo para que a juventude ingressasse nestes cursos. A ampliação do número de incubadoras, inseridas de acordo com a especialização produtiva local e em parcerias com as universidades e centros de inovação, constituiu outro elemento base para que se atingisse o objetivo estipulado.

Quadro 11 - Política pública no PCD 2015

POLÍTICA PÚBLICA	
DIRETRIZES	OBSERVAÇÕES (no documento)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer o processo de descentralização. 2. Dar prioridade à busca de solução para o problema previdenciário do funcionalismo público estadual. 3. Implementar o governo eletrônico para melhorar a prestação de serviços à população e ampliar a infraestrutura de tecnologias da informação da administração pública estadual. 4. Consolidar o processo de modernização da gestão de estado. 5. Profissionalizar a administração pública estadual. 6. Elevar, de forma significativa, os investimentos públicos em SC. 	<p>* Modernização da administração pública estadual através da descentralização, o governo eletrônico, a gestão fiscal, a gestão por projetos e a profissionalização dos recursos humanos de maneira a dar maior eficiência e eficácia às ações do estado e garantir a qualidade dos serviços prestado</p>

Fonte: Autora (2015, com base no Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015).

Sobre o aspecto da gestão pública, três eixos de ação foram assumidos dentro do documento: descentralização da administração pública e regionalização do desenvolvimento. Melhoria da eficiência e eficácia dos serviços públicos. Administração por projetos, com foco nos resultados. Como cenário normativo, tomou-se a implementação de práticas de austeridade no gasto público, o equacionamento da situação previdenciária estadual, o aprofundamento dos processos de descentralização administrativa e de modernização da gestão pública, a fim de dinamizar o desenvolvimento econômico catarinense.

A partir do discurso e da ideologia apresentada no documento é que desenvolve-se a análise crítica no item que segue.

2.4 ANÁLISE DA VISÃO DO PLANO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO 2015

Para a realização da análise do PCD 2015, tomou-se como ponto de partida o conceito de desenvolvimento estabelecido no documento: “[...] a palavra desenvolver – conotando aquilo que envolve, impede, obstaculiza ou tranca, significa romper com estruturas arcaicas, eliminar óbices, como os que impedem a sociedade de crescer e distribuir justamente os frutos do trabalho”. (SANTA CATARINA, 2006, p. 4), pois considera-se que a identificação daquilo que se quer romper, eliminar e o que se quer colocar no lugar oferecerá elementos de subsídio para a compreensão de qual projeto de desenvolvimento oficializou-se para Santa Catarina, qual sua relação com o movimento que acontece em âmbito nacional e mundial, e como se articula a educação desse projeto.

Nesse sentido, entende-se que aquilo que se quer “romper” e “eliminar” tem relação com questões objetivas e subjetivas. As objetivas compreendem a abordagem dos seguintes processos: fazer frente ao processo de diminuição do ritmo de crescimento da economia catarinense. Enfrentar as dificuldades da inserção da indústria de SC frente à globalização. Reverter o processo de litoralização da população no Estado. Fazer uma administração mais eficiente e eficaz. Sobre as questões subjetivas, o texto de abertura do documento assinado pelo governador em exercício coloca em exposição a questão principal:

Durante anos o Brasil ficou dividido entre os que aceitavam a ditadura e os que contra ela lutavam. Toda uma geração foi condicionada a negar tudo o que viesse dos militares, que, por seu turno, reagiam truculentamente contra toda e qualquer oposição. Como cada tema tinha apenas dois

ângulos, contra ou a favor, ficamos reduzidos a um raciocínio bipolar, a escolhas estreitas entre preto e branco, mocinho e bandido, neoliberal e estatizante. Assim, a discussão dos temas públicos sempre foi extremamente pobre, jamais avançando além da retórica. [...] Aquela maneira bipolar, fácil de pensar, que marcou a história da democracia ocidental (graças, também, à Guerra Fria), foi implodida pela complexidade das modernas economias de mercado e pelo advento de novos grupos de interesse, acabando com o pensamento político homogêneo. A discussão ficou muito mais rica...e bem mais difícil. (SANTA CATARINA, 2006, p. 4)

No texto introdutório, estabelece-se a existência de um mundo no qual as “modernas economias de mercado” e o advento de “novos grupos de interesse” “implodiram” com a visão bipolar existente durante a época da Guerra Fria. Destarte, haveria uma realidade imposta através da caída do denominado bloco de países socialistas, que faz com que o mundo não se divida mais em formas de agir e pensar polarizadas. Acredita-se, assim que o que se está querendo “romper” e “eliminar” é a ideia da luta de classes. Essa negação se faz por meio de um discurso (unilateralizante do movimento da história) que coloca a luta de classes como algo próprio de um passado arcaico, que teria sido representado durante os anos da Guerra Fria, demonstrando-se, com o fim da guerra, a esterilidade dessa concepção. Dando-se o antagonismo por superado com o final da guerra, os problemas atuais giram entorno da “técnica”, ou seja, da administração deste “mundo unipolar” sem classes antagônicas.

Para além do discurso ideológico, o conceito de desenvolvimento no contexto do capitalismo representa a busca pelo aumento da taxa de mais-valia, principalmente através da mais valia relativa (MARX, 2012), a diminuição do valor da força de trabalho, a competência intercapitalista marcada pelo avanço das forças produtivas e os modos de gestão de trabalho, a centralização e acumulação de capital em cada vez mais concentrada através das grandes fusões de capital, assim como do desaparecimento da concorrência “menos preparada”.

O conceito de desenvolvimento apresentado no documento, corresponde a readequação dos processos produtivos do Estado conforme a divisão internacional do trabalho, porém difundido sob uma concepção ideológica em que se considera SC como um estado em desenvolvimento. Para isto, no discurso do documento se toma como modelo a seguir países considerados como mais “desenvolvidos” que o Brasil, como os do Sul

da Europa (Espanha, Itália, Portugal), se falando assim de um “modelo de desenvolvimento catarinense” (PCD 2015, 2006).

O movimento de aproximação/afastamento do modelo almejado pode ser “medido”, conforme o entendimento do documento, através dos indicadores internacionais, equiparáveis aos citados países. Entretanto, a partir do documento analisado é possível sistematizar três vieses inter-relacionados para o desenvolvimento econômico de SC: i) o conceito de desenvolvimento humano difundido através da ONU, em que pensar em desenvolvimento humano significaria ir além do aumento de renda da população, relacionando-se com “[...] a criação de um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver o próprio potencial e empreender vidas criativas, de acordo com suas necessidades e interesses” (SANTA CATARINA, 2006, p. 63). ii) Lograr o aumento da competitividade da economia catarinense através da sua organização entorno dos produtos de exportação, fundamentalmente naqueles de origem agrícola e seus derivados industriais. iii) Implementação da inovação, ou seja, de tecnologias e conhecimentos de gestão poupadores de força de trabalho.

Enquanto a forma planejada para romper com os obstáculos que impedem o desenvolvimento, no Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015, tomam as diferentes áreas de atuação nele definidas como eixos interrelacionados, em que uns se sustentam e articulam com os restantes, é importante considerar que, para o desenvolvimento dessa “forma”, estabeleceu-se um acordo de Cooperação Técnica Internacional entre o Estado de SC e o PNUD, com apoio do Governo Federal, através do MIN. Em linhas gerais, as áreas de atuação buscam atingir dois pontos principais: o primeiro trata sobre a ampliação dos arranjos produtivos locais e das cadeias produtivas regionais, mediante diversificação produtiva, em que as pequenas e micro empresas atuam como células de produção que alimentam as cadeias produtivas regionais. Ou seja, através do empreendedorismo individual e/ou familiar procura-se afiançar a criação de clusters, concebendo-se esses clusters no PCD 2015 como espaços socioeconômicos em que se reúnem empresas, fornecedores, força de trabalho especializada, instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento gerencial, incubadoras de empresas de base tecnológica, instituições públicas e privadas de coordenação empresarial e instituições de financiamento. O segundo ponto a alcançar é o aumento dos indicadores internacionais como IDH e o atingimento dos ODM. Isso se esperava alcançar através da implementação de políticas de assistência social naquelas regiões onde os índices apresentam menor desempenho. Dentro de tudo isso, a função das Secretarias de Desenvolvimento Regionais é a de agir enquanto agências de desenvolvimento local,

objetivando a “criação de competências regionais para promover o desenvolvimento local”, mediante a criação de uma “identidade regional” e a realização de diagnósticos do “capital social” local.

Nesse passo, à área de infraestrutura competiria a criação das condições materiais que permitem a vazão da crescente exportação catarinense, assim como dos estados e países vizinhos, nos quais se aposta na busca de novos investimentos e parcerias público-privadas. A atividade portuária (Porto do Itajaí, fundamentalmente), assim como a melhoria e a ampliação de rodovias e ferrovias, a fim de facilitar o escoamento da produção, assumem posição estratégica.

Por sua vez, o povo catarinense, afirma o documento, possui a “vocação para o empreendedorismo e o trabalho”. Sendo assim, a área de iniciativas empreendedoras vem para “colocar novas bases” no desenvolvimento histórico de SC, buscando revitalizar as micro e pequena empresas mediante a consolidação de arranjos produtivos e inovativos locais.

A área de agricultura e meio ambiente é colocada dentro do plano, como um setor econômico de grande capacidade de expansão e de geração de renda e emprego. Nessa área de atuação, assumiram-se dois focos paralelos. Um dos focos buscava reforçar a produção agrícola e agroindustrial, com vista à exportação (via produção de commodities); o segundo foco tratava de conciliar os efeitos da contradição trabalho/capital provocada pelo primeiro, buscando a diminuição da pobreza e do êxodo da população do meio rural. Conforme o documento, existe a necessidade de reconhecer o mundo rural como um espaço que permite a multifuncionalidade dos ecossistemas. Assim, o meio rural deixa de ser apenas produtor de matérias-primas e alimentos e passa a ser visto como um espaço de “múltiplas funções”.

A área de emprego, assistência social e renda parte do suposto que, para se atingir um IDH similar ao dos países do Sul da Europa (0,90), seria necessário acelerar o desenvolvimento nas regiões que apresentam menor índice. A intervenção do poder público assume um papel estratégico através do apoio a programas de capacitação profissional relacionados às “vocações regionais” e às pequenas e médias empresas, cooperativas e projetos de economia solidária. Essa intervenção é parte de um pacote de ações que trabalham no sentido de “restaurar a dignidade dos cidadãos”. (SANTA CATARINA, 2006, p. 25).

Com relação à área de tecnologia, o PCD 2015, pretende transformar SC em referência nacional. Busca-se que Santa Catarina seja referenciada por possuir uma estrutura produtiva moderna e em linha com as condições do denominado “novo paradigma tecnológico” (baseado na

economia do conhecimento, tecnologia e informação). Entretanto, para consolidar essa projeção, faz-se necessária a formação de sujeitos capacitados para lidar com este novo paradigma, bem como a implementação de condomínios e parques tecnológicos nas diferentes regiões do estado, a fim de que estas atuem de acordo com as especializações produtivas locais. A implementação de parques e condomínios tecnológicos apela ao aprofundamento das parcerias universidades-empresas-governo. Já sobre a capacitação da massa de trabalhadores necessários para operar nestes parques, pretende-se que o número de formandos em cursos “chave” aumente através do estímulo dos jovens, ainda no Ensino Médio a ingressarem nestes cursos (eletrônica, engenharia, biotecnologia, física, química e computação).

Finalmente, a área de educação e cultura tem articulação com várias das áreas estratégicas (iniciativas empreendedoras, agricultura e meio ambiente, tecnologia, assistência social, trabalho e renda), servindo ao plano como o armador do time. A finalidade da área é definida no documento sob o pretexto de se tratar de uma ferramenta para inclusão, mobilidade social e aumento do nível geral de educação e conhecimento da sociedade catarinense. Entretanto, considera-se que a educação adquire relevância estratégica no PCD 2015, pois cumpre com as seguintes finalidades: contribui para elevar os indicadores internacionais utilizados como medida “padrão” do desenvolvimento; produzir uma formação dupla do sujeito através do sistema educativo formal, o que Neves e Pronko (2008, p. 24) denominam de

(...) Formação técnica e de conformação técnico-política para o trabalho/vida em sociedade -, que vai se metamorfoseando de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e com as mudanças das relações de produção, nas relações de poder e nas relações sociais em geral, para que possa garantir ao mesmo tempo a reprodução material da existência e a coesão social.

Assim como também mantém uma massa da população localizada na População em Idade Ativa (PIA), à margem da busca de trabalho, fato que repercute tanto dentro dos indicadores socioeconômicos do estado, e também atua como uma “válvula de escape” para a pressão social surgida como fruto da redução da força de trabalho necessária para operar as novas bases técnico-administrativas da produção. Daí um dos propósitos ser o de reduzir a evasão escolar em favor do mercado de trabalho colocado na área de educação.

Com relação à pergunta: qual modelo de desenvolvimento oficializado para Santa Catarina? No estudo do PCD 2015 e na análise dos dados da caracterização socioeconômica do Estado, ficam expostos elementos que permitem pensar numa resposta. Estes elementos se relacionam basicamente a dois processos interligados: i) Aprofundamento das tendências que estruturaram a conformação socioeconômica catarinense, porém com a novidade de se apostar na implementação da gestão racional e inovação nas cadeias produtivas regionais, com a busca pela instauração e conformação de clusters em todas as cadeias produtivas, e com a continuidade de se focalizar numa economia com base na exportação de produtos de origem agrícola com nenhum ou pouco valor agregado²¹. ii) Implementação de políticas compensatórias que buscam amenizar a contradição capital/trabalho gerada pelo aprofundamento do modelo econômico. Esse processo de racionalidade e implementação de inovação poupadora de força de trabalho cria desemprego e precarização das condições de trabalho, para os quais se produzem políticas compensatórias. Assim, toca ao trabalhador catarinense recorrer a sua “vocação” empreendedora e, através da multifuncionalidade e da criatividade, conformar o elo mais fraco dos arranjos produtivos locais que seguem o modelo da denominada 3a. Itália²², com a consequente sobrecarga e sobre-exploração do trabalho.

De acordo com os estudos de Oliveira (2014), a economia catarinense apresenta hoje movimentos díspares nas dinâmicas regionais. A mesorregião Oeste tem se consolidado enquanto produtora de grãos, de carnes (suínos e aves) e seus derivados, com uma grande presença do capital internacional através da integração e fusões de empresas, como a Sadia e Perdigão, que hoje pertencem ao grupo BRF-Brazil Foods, e a Seara (hoje JBS-Friboi). Essas empresas vêm implementando técnicas e

²¹ Segundo nota jornalística, está previsto a injeção de 1,7 bilhão de reais no setor da agroindústria no período de 2015 a 2017, representando um terço do total previsto nos investimentos do setor industrial catarinense. Fato que demonstra qual a relevância da exportação dos produtos de origem agrícola para o Estado. <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2015/06/agroindustria-e-o-setor-que-mais-vai-investir-em-sc-ate-2017-4786027.html>> Acesso no 30/09/2015.

²² O modelo de desenvolvimento denominado como 3a. Itália, foi implementado a partir da década de 1970 e 1980 principalmente nas províncias de Bolonha, Florença, Ancona, Veneza. Milão, Turim e Gênova. O modelo, baseado na pequena e média indústria representa uma combinação de distritos industriais, sistemas locais de produção e clusters. Este modelo industrial concentra principalmente atividades de fabricação de calçados, cerâmica, têxtil, autopeças, máquinas, ferramentas, implementos agrícolas, e produtos agroindustriais.

instrumental de vanguarda, levando os produtores rurais a assumir a mesma lógica. Entretanto, não são todos os produtores que têm a capitalização necessária para seguir essas exigências e inovações.

A mesorregião Sul tem sua base produtiva seriamente afetada, tanto pelas privatizações acontecidas na década de 1990 quanto pela abertura do mercado para a entrada de produtos cerâmicos, fundamentalmente os de origem chinesa. Tais fatos têm levado as empresas locais a uma corrida em busca de competitividade, adotando tecnologia e modelos de gestão poupadores de força de trabalho e potencializadores da produtividade.

A mesorregião Norte, especializada no setor metalmecânico, também vem sofrendo importantes mudanças desde a década de 1990. O capital internacional vem comprando ativos das empresas nacionais, como no caso da Whirlpool que, adquirindo a Cònsul, a Brastemp e a Embraco, instalou-se em Joinville e hoje domina o mercado brasileiro de bens de consumo como refrigeradores, lava-roupas e de bens intermediários como a produção de compressores.

Por sua vez, empresas como a Tupy perdem espaço com o ingresso de produtos importados, cujos valores estão abaixo do praticado por ela, perdendo assim presença no mercado nacional.

A mesorregião do Vale do Itajaí, especializada no setor têxtil e de vestuário também tem sido afetada frente à entrada de produtos cujo valor se situa muito abaixo do valor da produção local, levando as empresas a diversificar sua produção e a adquirir tecnologia que aumente a produtividade e reduza a força de trabalho necessária. Assim as empresas mantêm algumas atividades produtivas centralizadas, deslocando as restantes para uma rede de pequenas empresas dependentes (muitas vezes de base familiar), com a conseqüente tercerização, precarização e sobre-exploração do trabalho.

Ao se analisar a caracterização socioeconômica catarinense, mesmo que num primeiro momento o movimento dos diferentes setores que caracterizam a produção possa se apresentar como independente, existem uma série de elementos em comum que respondem a um movimento maior. Ou seja, a situação de Santa Catarina vai além de se acreditar na existência de um “modelo catarinense de desenvolvimento”, pois o Estado não se encontra distante da realidade nacional e mundial.

Destarte, é possível levantar uma série de elementos que traçam uma unidade entre os diferentes polos e mesorregiões do Estado, no decorrer do seu desenvolvimento. Um deles é a forte articulação de interesses político-econômicos ocorrida tanto em âmbito local quanto nacional e que tem seu apogeu no período compreendido entre 1940 e

1980, momento em que se apostou num projeto de desenvolvimento nacional por substituição de importações. No cenário estadual, há uma clara relação entre os empresários dos setores da economia mais representativos e os governantes de turno²³. Assim como destes últimos com os círculos de poder econômicos e políticos nacionais. Logo, na década de 1990, com a assunção no Brasil de políticas econômicas de cunho neoliberal, a produção industrial catarinense, e também a nacional foram diretamente afetadas. A produção local, frente a abertura de mercados sem regulamentação nem controle estadual, ficou desprotegida perante uma aluvião de produtos importados com valores abaixo dos produzidos nos planos nacional e estadual. Essa abertura, junto com a postura do Estado Federal de incentivar privatizações, fusões e aquisições de empresas locais para o capital multinacional provocaram, em âmbito estadual, a internacionalização do capital nos setores mais produtivos (agrícola, agroindústria, plásticos e produção de bens de consumo). Por outro lado, as indústrias em SC, tanto as que permaneceram com capital local quanto as de capital misto e/ou de capital multinacional, para que pudessem se manter no mercado e em concorrência com as outras empresas, têm adquirido cada vez mais tecnologia e aplicado racionalidade na gestão com a finalidade de aumentar a produtividade, diminuir custos e força de trabalho para assim incrementar os lucros. Elementos que vêm afetando diretamente a estabilidade, a renda e os direitos trabalhistas. Finalmente, a polarização regional da produção permanece; são as mesorregiões especializadas na produção de bens de base e seus derivados e de bens de consumo as que se consolidam como as molas propulsoras da produção catarinense. E precisamente nestes setores é onde o capital multinacional vem se concentrando.

Perante a difusão da concepção chave de desenvolvimento com seus complementares territorial, sustentável e humano, se transmite a ideia que o problema das diferenças no desenvolvimento entre nações e pessoas corresponde a uma diferença no desenvolvimento das técnicas e na preparação destes. Motta (2009), analisa as políticas que os Estados dos países correspondentes à periferia do capital (denominados como “emergentes” ou “em desenvolvimento”) assumem nos anos 2000. Momento no qual a configuração imperialista do capital se encontra no auge de seu processo de mundialização, a ideia de desenvolvimento humano ou territorial cobra vigor e passa a ser difundido através de entidades nacionais e internacionais. Conforme a autora, mecanismos de

²³ Conforme Vargas e Theis (2009), a relação ocorria principalmente através da FIESC, que era presidida pelo então governador Celso Ramos (1961-1966).

intervenção extra-econômicos desenvolvidos pelos intelectuais orgânicos do capital, fizeram eco em organismos como o Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, Organização das Nações Unidas, assim como nas políticas públicas locais dos países em desenvolvimento. Propagando-se, por intermédio destes organismos, a concepção de que o capitalismo pode ser “humanizado”. Segundo Motta (2009), nesta concepção a dimensão cultural e social agrega-se às dimensões econômicas mantendo-se assim o processo de desenvolvimento do capital. Desta forma, compete aos governos e a sociedade civil se comprometer e assumir a responsabilidade de “integração” dos mais desfavorecidos ao sistema. Atribuindo-se ao Estado, perante esta visão, a função de gerir o desenvolvimento através da busca por fortalecer o mercado. Entretanto, começa a se conceber a formação de um sujeito adequado para esta nova fase. “A pobreza não é uma questão de renda, mas de liberdade de escolha e de oportunidade para deslanchar seus talentos e habilidades. Ela possui uma característica multidimensional” (AMARTYA, 2001, apud MOTTA, 2009, p. 558). Assim, a questão da inclusão/exclusão de países e sujeitos é atribuída às características técnicas, morais e cívicas.

3 PROJETO DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES ATRAVÉS DO ENSINO MÉDIO NOS DOCUMENTOS

No presente capítulo busca-se identificar e analisar quais apropriações das caracterizações socioeconômicas em documentos do âmbito educativo. Compreende-se que as relações existentes entre desenvolvimento econômico e educação não se produzem de forma linear nem são facilmente identificáveis, senão tal como Kosik (1995) sinaliza se produzem dentro do mundo da pseudoconcreticidade com claros e escuros de verdade e enganos, existindo uma série de mediações e atores envolvidos que compõem o movimento do real. Ao se buscar o entendimento do fenômeno marcado pela relação desenvolvimento/educação anunciado num documento de índole econômica como o PCD2015, foi considerado o estudo de documentos de carácter educativo que fossem dirigidos à educação pública da rede estadual de SC no EM. Desta forma, objetivou-se evidenciar as relações existentes entre documentos de diferente tipo, mas que no seu âmago respondem a uma visão de ser humano, mundo e educação comum. Os documentos selecionados para o estudo neste capítulo são Avaliações de Políticas Nacionais de Educação. Santa Catarina (OCDE, 2010) e os Projeto Político Pedagógicos das três escolas de estudo denominadas como A, B e C. Entende-se que estes documentos permitem visualizar elementos próprios de uma intencionalidade educativa, que é a da formação da força de trabalho catarinense. Entretanto, esta intencionalidade formativa pode se dar de forma proposital ou por apropriação de conceitos que envolvem valores e ideologia contrários aos defendidos. Esta luta e sobreposição de concepções fica esclarecida nos PPPs das escolas, onde se observam uma mistura eclética de percepções de ser humano, mundo e educação mas que ao não conseguir se esclarecer acabam muitas vezes assumindo a visão que defende os interesses do capital.

O movimento realizado neste capítulo foi: análise de cada um dos documentos mencionados anteriormente, sistematização da visão de ser humano, mundo e educação presentes nestes documentos e no PCD 2015, sínteses e análise das principais categorias em comum identificadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), no Artigo 15, concede à escola progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira; fato que permitiu às escolas adquirir certa independência para a elaboração do seu próprio plano de trabalho escolar. Através da Lei, as escolas passam a ter a incumbência na elaboração e execução da proposta pedagógica escolar.

No caderno número sete do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (BRASIL, 2006) é colocado que um Projeto Político Pedagógico se estrutura entorno de um grande marco: a gestão escolar, havendo, dentre deste, as questões pedagógicas, administrativas e financeiras. Concebe-se assim que para a elaboração de um PPP se tomem como base as discussões realizadas pelos diferentes integrantes da comunidade escolar, mas também hão de se considerar aquelas questões relacionadas à hierarquia estabelecida na jurisprudência, ou seja, aquelas referidas a um marco legal regulatório maior que determina o cumprimento de coordenadas gerais. Desta forma, “(...) o PPP constitui-se como caminho/busca de uma nova direção e sentido, mediado por forças internas e externas, visando atingir os objetivos esperados, englobando ações explícitas e intencionais para a compreensão da escola que temos e a construção da escola que queremos (BRASIL, 2006, p.77). Desta forma, no PPP de uma escola são definidos seus objetivos educativos, imprimindo-lhe um sentido enquanto “(...) o tipo de educação que se quer e de cidadão que se deseja formar” (BRASIL, 2006, p.77). Sendo assim, o Projeto Político Pedagógico assume a função de direcionar o agir pedagógico e portanto a formação que será proporcionada na escola.

Entretanto, o documento da OCDE (2010) é um relatório encomendado pelo Estado de SC para avaliar seu sistema educacional, no mesmo são apontados quais os “ajustes” requeridos para atingir o que compreendem como uma educação de qualidade necessária para a formação da nova geração de força de trabalho do Estado.

3.1 DOCUMENTO AVALIAÇÕES DE POLÍTICAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO. SANTA CATARINA (OCDE, 2010)

Para o estudo do documento Avaliações de Políticas Nacionais de Educação. Santa Catarina, Brasil publicado no 2010 com autoria da OCDE²⁴, segue-se a mesma metodologia utilizada para a análise do Plano Catarinense de Desenvolvimento 2015. Desta forma, o estudo está configurado por uma breve apresentação e contextualização do documento para logo se abordar os elementos considerados como estruturantes do texto.

²⁴ Originalmente o documento foi publicado em Inglês com o título: Santa Catarina State, Brazil, 2010.

3.1.1 Apresentação e contextualização do documento: Avaliações de Políticas Nacionais de Educação. Estado de Santa Catarina, Brasil (OCDE, 2010)

O documento Avaliações de Políticas Nacionais de Educação. Estado de Santa Catarina, Brasil (OCDE, 2010) foi elaborado no segundo mandato de Luiz Henrique da Silveira (PMDB – 2007/2010), onde “(...) o Governo Estadual solicitou à OCDE que empreendesse uma análise independente sobre o sistema educacional e que formulasse opções com vista à elaboração de políticas, a curto e médio prazo, com o objetivo de desenvolver o seu capital humano”. (OCDE, 2010, p. 4). Buscando-se através do relatório, “(...) examinar todos os principais aspectos do sistema educacional com vistas a mostrar às autoridades catarinenses como o sistema poderia contribuir para a realização das metas de desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado” (OCDE, 2010, p.353). Ainda conforme o documento (apresentado sob a forma de relatório), isto se deve a que desde o governo do Estado de Santa Catarina há o entendimento que o sucesso econômico e social do mesmo se encontra ligado à educação e as competências da sua população. O discurso presente é perceptivelmente ideológico, não se correspondendo com a realidade em que cada o desemprego e as perdas de direitos trabalhistas são o cotidiano.

Na informação apresentada no texto do documento, o processo de elaboração foi marcado por uma primeira reunião plenária com o então Secretário de Estado da Educação (Paulo Roberto Bauer, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) e seus assessores, onde foi entregue um relatório preliminar assim como definido a realização de visitas “in loco” distribuídas pelo Estado a fim que

(...) A equipe de avaliação se baseasse em informações coletadas a partir do contato direto sob as várias circunstâncias das diferentes regiões. Para tanto, a equipe de avaliação se dividiu em três subgrupos, que realizaram várias viagens. No total, foram visitados 69 locais, dentre escritórios regionais, centros e institutos universitários, toda sorte de escolas – de educação infantil e ensinos fundamental, médio e profissionalizantes – tanto da rede estadual como da municipal. Durante esses encontros, a equipe dialogou com diretores, funcionários, alunos, pais e representantes das autoridades locais, assim como representantes de uma série de agências da área de educação, como a

ACAFE, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Câmaras de Comércio, e do sindicato dos professores. (OCDE, 2010, p. 40).

Logo, segundo o documento, se seguiram uma série de reuniões com o Conselho Estadual de Educação e autoridades da SED para finalmente se realizar uma “sessão de consolidação” juntamente com o Secretário e seu gabinete em que foram apresentadas uma série de medidas e reformas estratégicas no qual o Estado de Santa Catarina pudesse intervir no sistema educativo.

O documento, o mesmo está organizado em onze capítulos, destes, do primeiro ao terceiro se apresenta um panorama geral da educação em Santa Catarina mediante uma introdução ao contexto geral da educação no Estado, seu processo de avaliação, financiamento e gestão. Nos capítulos quarto a oitavo se centraliza o estudo à Educação Básica presente no Estado. Os capítulos nove e dez fazem referência à educação superior e as principais tendências para a pesquisa, desenvolvimento e inovação. Finalmente no capítulo onze, são colocadas as avaliações e recomendações elaboradas em cada capítulo.

Em linhas gerais, o texto do documento estabelece que Santa Catarina é um estado com um dos padrões de vida mais altos no Brasil, destacando-se como centro industrial e agrícola e como um estado que pode se beneficiar do investimento externo (OCDE, 2010, p. 24). Porém, no texto do documento se sinaliza que dentre “(...) os fatores que dificultam o desenvolvimento econômico estão a infraestrutura física deficitária e a carência de capacidades humanas para inovação” (OCDE, 2010, p. 25). O referido argumento é reforçado no entendimento que “(...) talvez o principal obstáculo ao livre fluxo das práticas inovadoras das empresas” (OCDE, 2010, p. 25) é uma fragilidade na preparação para a “economia do conhecimento” (OCDE, 2010, p. 45). Entra aqui a questão da educação da força de trabalho como uma das pedras angulares para a consolidação do modelo de desenvolvimento projetado para Santa Catarina.

No relatório se coloca que houve um perceptível aumento quantitativo da oferta educativa do Estado, não teria acontecido o mesmo com a sua qualidade medida através das provas de avaliação nacionais e internacionais. Desta forma no documento se recomendam uma série de “medidas estratégicas”, tendo em vista uma maior flexibilidade e eficiência na gestão e administração institucional da educação; de forma a permitir à expansão da capacidade do sistema educacional no Estado para “todos os cidadãos catarinenses” (OCDE, 2010) e uma melhoria na qualidade educativa nos diferentes níveis de ensino. Para isto acontecer,

continua o documento, é essencial que tanto a secretaria como o Conselho Estadual de Educação mudem o seu foco de ação, passando do “(...) investimento em insumos (tais como verbas, salários dos professores, livros didáticos, computadores, prédios) e processos (como municipalização, currículo, horários) a buscar formas eficazes de melhorar a aprendizagem” (OCDE, 2010, p. 19). Ou seja, conforme o entendimento estabelecido no texto do documento, o problema da qualidade educativa do Estado encontra seu maior obstáculo na própria gestão do sistema. Sendo assim, a solução também passa a ser uma questão gerencial por parte do estado e da OCDE, tal como será visto no decorrer deste ponto.

3.1.2 Dados formais, fontes e referências do documento

Através deste item busca-se compreender quem foram os principais responsáveis da elaboração do documento e quais suas atribuições e competências. Isto como forma de melhor visualizar o movimento de “peças” que transpassam ao próprio documento e acabam conformando um “emaranhado” que serve de “base referencial” tanto a nível macro como micro. Com este intuito, as informações contidas no relatório foram sintetizadas através de quadros. No quadro 12 se colocam dados tais como instituições envolvidas, data de publicação e fontes e referências utilizadas no documento.

No quadro 13, buscou-se estabelecer qual a relação dos sujeitos que durante a elaboração do documento ocuparam diferentes cargos em organismos e entidades.

Pretendendo-se portanto visualizar qual o principal eixo ideológico que atravessa o texto, assim como facilitar a visualização de quem participou na elaboração do texto do documento, qual a sua vinculação institucional e cargo.

Dos quadros 12 e 13 pode-se denotar a conformação de uma série de relações estabelecidas a nível dos próprios organismos multilaterais, desde estes com as universidades e pesquisadores, assim como daqueles sujeitos “nacionais” que participaram na elaboração do documento. Onde “(...)”, os revisores ficaram surpresos com a postura voltada para o futuro demonstrada pelos seus anfitriões catarinenses, que estavam ansiosos para se beneficiarem com o melhor da prática internacional. (OCDE, 2010, p. 355).

Quadro 12 - Dados formais do documento Avaliações de Políticas Nacionais de Educação. Estado de Santa Catarina, Brasil (OCDE, 2010)

Instituição Elaboradora	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE) ²⁵
Local e data de publicação	Paris - França, 2010.
Governo Estadual	Luiz Henrique Da Silveira (PMDB, 2007/2011)
Organismos e entidades envolvidas	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE). Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina.
Fontes Utilizadas	Relatório preliminar oferecido pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina Visitas “in loco”

Fonte: Autora, 2016 com base no documento Avaliações de Políticas Nacionais de Educação. Estado de Santa Catarina, Brasil (OCDE, 2010).

Fato perceptível não só desde a presença (quais os envolvidos na construção do documento e suas funções), como também desde as ausências. Se trata de um documento encomendado de carácter “técnico” cujas referências tomadas para avaliar a educação em Santa Catarina provêm majoritariamente de organismos multilaterais, Universidades e pesquisadores estrangeiros por enquanto os participantes locais do relatório ocupavam cargos executivos. Entretanto, aqueles sujeitos diretamente afetados pelas suas recomendações, ou seja aqueles a quem são dirigidas as políticas que possam sair do relatório, somente foram visitados e consultados individualmente in locus, num sentido que parece ser mais de constatação de dados que de efetiva participação.

²⁵ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos, foi fundada em 1961 e conta com 33 países membros: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, ungría, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, República Eslovaca, Suécia, Suíça e Turquia. No seu site (<http://www.oecd.org/centrodemexico/laocde/>) declara ter como missão a promoção de políticas que melhorem o bem-estar econômico e social das pessoas no mundo, já no texto do documento (OCDE, 2010) declara que os países membros são democráticos e trabalham juntos para enfrentar os desafios da globalização desde o ponto de vista econômico, social e ambiental, buscando oferecer um marco referencial para identificar problemas em comum e visualizar as melhores saídas nacionais e internacionais.

Quadro 13. Relação dos participantes na elaboração do documento e suas vinculações recentes

Vínculo institucional	Nome	Formação/ atividade	Cargo/Função 2010	Cargo/Função Recentes
<i>Assistência Geral e Coordenação</i>				
Secretariado OCDE	Célia Braga-Schich		Não se achou informação	
Secretariado OCDE	Deborah Fernandez		Não se achou informação	
Secretaria Educação Santa Catarina	Antônio Elizio Pazeto	Graduação em Letras (1975) e Pedagogia (1977) pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Palmas - PR; Especialização em Administração Escolar pela Universidade Regional de Blumenau (1984); Mestrado em Educação (Administração de Sistemas Educacionais) pela Fundação Getúlio Vargas (1988); Doutorado em Educação (Administração e Planejamento) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995).	Coordenador da I e a II Conferência Internacional de Especialistas em Educação, promovida pela OCDE-CERI, SC 2009 e 2010. Coordenador de Avaliação do Sistema Estadual de Educação. de 2007 a 2010 exerceu o cargo de Diretor de Educação Básica e Profissional da SED-SC.	Consultor do MEC-INEP (Basis) como Avaliador Institucional e Avaliador de Cursos, desde 2008. Professor concursado, desde 2001, lotado no Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC. Atualmente é professor aposentado.
Secretaria Educação Santa Catarina	Isaac Ferreira	Graduado em Letras pela UFSC (1979). Especialização em Metodologia do Ensino - UFSC (1987). Mestre em Linguística - UFSC (2000) e Doutor em Linguística Aplicada - UFSC (2007).	Professor lotado na SED-SC, atua na Educação Básica, especificamente no Ensino Fundamental de 09 anos (EF9) e na área da formação docente; assessor pedagógico na Diretoria de Ensino Fundamental da SME/Florianópolis	Membro do Grupo de Trabalho de Ensino Fundamental do Brasil. Desenvolve pesquisa na área do Texto e do Ensino com vistas ao acesso às habilidades de leitura e de escrita: foco no EF de nove anos.
Secretaria Educação Santa Catarina	Fábio Alexandrini	Possui graduação em Bacharelado Em Ciências da Computação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (1995). Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000). Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005) e Doutorado em Informatik - Modalidade Doutorado Sanduíche - Universität Kaiserslautern Alemanha (2002).	Professor titular do Instituto Federal Catarinense Campus Rio do Sul e do Centro Universitário Para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, coordenador da area de Relações Internacionais.	Vinculado ao Projeto TranReg I, Prefeitura Virtual; a Internet a Serviço da Comunidade e TransReg II - Organizações Virtuais para a cooperação Brasil-Alemanha entre as regiões de Münster e Alto Vale do Itajaí, fundamentalmente na troca de experiências e melhores práticas da gestão pública municipal e privada. Avaliador de Cursos de Graduação INEP e Elaborador Questões ENADE 2011.
Secretaria Educação Santa Catarina	Wilson Shuelter	Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina (1971), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (1975) e doutorado em Educação - Concordia I. University (1997)		Consultor e diretor - Wicfast Consult. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Tradução Português/Inglês. Elabora projetos educacionais e presta assessoria e serviços acadêmicos.

Continuação do quadro 13

Vínculo institucional	Nome	Formação/ atividade	Cargo/Função 2010	Cargo/Função Recentes
<i>Equipe de Analistas</i>				
Relator	John Coolahan	Professor Emérito em Educação na Universidade Nacional de Irlanda Participou na Reforma Educativa de Irlanda na década de 1990 como Secretário Geral e Relator Nacional da Convenção em Educação em 1993.		
Scretariado OCDE	Ian Whitman	Chefe equipe avaliação, Coordenador Programa de Cooperação com Economias Não-Membros. Diretoria Educação OCDE		
Ex-coordenadora da Educação Superior da Irlanda.	Mary Canning	Ex-especialista em Educação do BM.		
Especialista em Educação em Políticas de formação de formação junto à Fundação Européia de Formação.	Eduarda Castelo Branco	Não se achou informação		
Consultora Independente em Educação e Especialista em Avaliação.	Johanna Crighton	Não se achou informação		
Diretor Executivo Consrtium for North American Higher Education Collavoration	Francisco Marmolejo	Vice-Presidente para os Programas do Hemisfério Ocidental da Universidade do Arizona, Estados Unidos de América		

Evidencia-se assim quais interesses se pretendem defender através da consolidação de propostas de educação destinadas principalmente à rede estadual de educação. Trata-se de um documento que defendendo os interesses da burguesia e desconhecendo os dos trabalhadores apresenta um discurso em que reforça o sentido de identidade e responsabilidade comum pelo desenvolvimento do estado e oculta assim o antagonismo de classe. Ou seja, no documento se pretende consolidar uma educação destinada à classe trabalhadora de modo que se mantenha o movimento de produção e reprodução do capital. Transparece assim uma intencionalidade na encomenda e elaboração do documento de buscar um “ajuste” do sistema educativo catarinense aos padrões de formação da força de trabalho internacionalmente estabelecidos.

3.1.3 Elementos estruturantes do documento

No documento Santa Catarina é caracterizada como um Estado com grande potencialidade para se “beneficiar” do investimento externo, mas que apresentaria alguns obstáculos para a vinda de capital estrangeiro. A formação da força de trabalho catarinense, colocada no texto sob o conceito de formação de capital humano, é apresentada como um dos elementos chave para atrair o capital e sobre os quais o estado pode agir. Destaca-se o dado de SC se encontrar por cima da média nacional nas provas de avaliação educativas nacionais e internacionais, mas, ainda assim não atinge os padrões mínimos dos países pertencentes à OCDE, sendo isto um detrimento para as empresas se instalarem no território catarinense. Desta forma o documento se estrutura através de uma série de pontos nos quais o estado poderia intervir gerencialmente e que teriam como resultado uma melhoria na “qualidade” educativa do estado. Apresenta-se assim um raciocínio linear do tipo causa-efeito, onde o problema da competitividade e falta de investimento de capital estrangeiro seria solucionado através da qualificação da força de trabalho do Estado.

O documento se estrutura de forma a apresentar uma série de pontos nos quais o estado poderia intervir gerencialmente e que sem maiores investimentos orçamentários teriam como resultado uma melhoria na qualidade educativa. Neste sentido, no documento se desenvolvem os seguintes temas.

i) Financiamento da educação. No documento, se considera que o volume de gastos na educação é alto em relação ao Produto Interno Bruto Regional, mas, os resultados de avaliação na qualidade educativa não condizem com o nível de investimento produzido. Este dado indicaria a

presença de um serviço ineficiente em educação. Desta forma se propõe como resolução ao problema a implementação de ações que flexibilizando a política orçamentária permitam estabelecer contrapartidas e cobranças nas escolas aumentando assim a eficiência educativa, uma melhor utilização de recursos e de concretização de prioridades nas políticas públicas.

ii) Governança e gestão da qualidade, neste ponto se recomenda a criação de mecanismos regulatórios centralizados na Secretaria da Educação de Santa Catarina como forma de permitir a supervisão e coordenação de políticas educacionais que garantam a qualidade educativa desejada.

iii) Acesso e equidade. Neste ponto se dá o mérito ao Estado por fazer honra aos compromissos internacionais e se sinaliza a necessidade de aprofundamento nas políticas 'inclusivas' através de uma atuação conjunta entre os diferentes organismos, de professores formados e de maior orçamento na área.

iv) Currículo e livros didáticos, destaca-se aqui a existência de uma contraposição entre os tempos propostos no currículo e o disponível para o ensino, assim como também na forma de ensino em que as matérias são vistas de forma isolada, tradicional e sem relações interdisciplinares. Como solução se propõe a redução das matérias obrigatórias, colocando outras disciplinas como optativas, assim como também há, conforme o texto do documento, necessidade de uma nova abordagem pedagógica em sala de aula.

v) Avaliação dos estudantes, colocado como um dos temas de maior preocupação por parte das autoridades governamentais de SC e colocado como objetivo uma melhoria no desempenho dos testes nacionais e internacionais do estado até o ano 2022.

vi) No que diz à educação profissional e tecnológica, coloca a necessidade de SC ir no caminho de integrar o ensino técnico profissional ao ensino acadêmico geral, pois assim se reduziria a divisão dos ensinos regular e profissional, contribuindo para a permeabilidade do aprendizado no Ensino Médio e a Educação Superior.

vii) No que refere à carreira docente e formação de professores, coloca-se que a alta taxa de absentismo dos professores, a falta de controle do trabalho docente e o contrato a término dos mesmos são fatores que afetam a qualidade do ensino. Como forma de sanar este problema recomenda-se a avaliação e a implementação de uma política salarial com incentivos proporcionais ao desempenho dos professores.

viii) Os itens Educação Superior e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação são, conforme o documento, desafios para o estado atingir os

objetivos econômicos e sociais propostos. Recomendando-se elevar a taxa de frequência e graduação no ensino superior, aprimorar a qualidade e eficiência do mesmo e a criação de uma estrutura política e de governança para se concretizar avanços reais na Pesquisa Desenvolvimento e Inovação.

Visto o documento como um todo orgânico, os capítulos 2, 5 e 6 são aqueles nos quais o presente estudo aborda mais detalhadamente, pois entende-se que destes surgem os elementos necessários para compreensão do problema formulado.

O Capítulo 2, versa sobre o financiamento da educação pública de SC. No mesmo se faz uma caracterização do sistema educacional brasileiro que ao atuar sob o princípio de regime de colaboração estabelece não só a divisão de competências entre a União, estado e municípios, como também de responsabilidades quanto ao financiamento da educação pública. Constitui-se então num ponto de intervenção direta do estado sobre os sistema educativo de SC. No desenvolver do capítulo se considera que a meta nacional de aumento das despesas gerais em educação para 6% do PIB no ano 2012 é um valor alto em comparação com a média dos países da OCDE que é de 5% do PIB, ou dos países de renda mediana do Sudeste Asiático (3,5% do PIB). Assim como também se frisa que na receita orçamentária de SC a parcela destinada à educação é alta (OCDE, 2010). Destacando-se que o gasto em educação não teria servido de solução aos problemas educacionais no estado. Desta forma, o problema não estaria nos recursos dispendidos em educação, tratasse, conforme o documento, de um problema de ineficiência “na prestação do serviço”, por isto

Santa Catarina precisa ser capaz de mobilizar os seus recursos e estruturas de suporte a fim de remodelar a formação do capital humano para a sua economia do conhecimento. Mais planejamento estratégico também é de grande ajuda; porém, o cerne da questão são as prioridades, a distribuição, a eficiência e as expectativas públicas das despesas com educação (OCDE, 2010, p. 45).

Neste sentido são apresentadas como recomendações: A busca de uma continuidade das políticas educativas que tomem como prática as avaliações sistemáticas e permanentes a fim de melhorar a sua eficiência. O incentivo, implementação e divulgação de experiências educativas inovadoras “bem-sucedidas”. Estabelecer “pressões” para a prestação de contas das escolas, buscando assim um aprimoramento nos resultados do nível escolar e o atingimento dos objetivos de aprendizagem. Às

recomendações anteriores se somam alguns “desafios adicionais”, que podem ser sintetizados na tríade formação de “capital humano”, desenvolvimento socioeconômico do estado e educação pública.

No documento se coloca que “O maior produtor de capital humano é o sistema de educação pública, que funciona como um canal que transfere os recursos do setor privado para os consumidores da educação, que, por sua vez, serão os futuros produtores do Estado.” (OCDE, 2010, p. 61) Desta forma, conforme o raciocínio apresentado se vê reforçado o entendimento que o aumento do capital humano afeta o desenvolvimento socioeconômico de SC, mantendo-lhe em níveis de competitividade tanto a nível nacional como mundial.

Neste sentido, Santa Catarina teria na educação uma chave para o seu desenvolvimento e para isto a definição de estratégias e medidas que afetem o seu sistema educativo de modo a fazer convergir (fundamentalmente perante a educação pública enquanto principal formadora de “capital humano” e o Ensino Médio por ser o ponto de inflexão na formação do mesmo) um modelo educativo com o projeto de desenvolvimento do estado é estratégico.

Como forma de afiançar a formação do “capital humano” necessário para o desenvolvimento sócio-econômico projetado para SC o estabelecimento e seguimento de uma série de controles se fazem necessários, sendo o suporte financeiro uma forma de garantir que isto aconteça. No entendimento apresentado no relatório, o gasto orçamentário em educação há de se produzir sob medidas racionalizadas de gestão.

O Capítulo 5: Currículo e Livros Didáticos da Educação Infantil e dos Ensinos Fundamental e Médio, faz uma abordagem do Currículo Federal e do Catarinense (representado pela Proposta Curricular de Santa Catarina²⁶) para os estes níveis educativos. No texto se realiza uma breve apresentação da estruturação da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), assim como de competências e atribuições de cada entidade. Destaca-se neste ponto do texto a função central que os estados adquirem enquanto ao controle da qualidade educativa, pois se é o Ministério da Educação quem têm o papel central na formulação de leis educacionais, no monitoramento dos padrões educativos e na compra dos livros didáticos para os estudantes das escolas públicas do Brasil,

²⁶ No documento considera-se a Proposta Curricular de Santa Catarina como um todo nas suas diferentes versões (1991, 1998, 2004), pois cada nova publicação não revogava à anterior pois seu sentido era de “complementar” as versões anteriores.

“(...) com um total de mais de 50 milhões de alunos no seu sistema educacional, as suas funções não poderiam ir muito além, razão pela qual a verdadeira missão de garantir qualidade compete aos Governos Estaduais e Municipais” (OCDE, 2010, p. 114). Isto faz pensar sobre a relevância que relatórios e intervenções realizadas a níveis estaduais e/ou municipais adquirem dentro do sistema de ensino público brasileiro na hora de efetivar políticas educativas.

Sobre o Ensino Médio, competência e responsabilidade direta do Estado, no texto se coloca que objetivo do mesmo é de “proporcionar aos alunos o conhecimento e as habilidades necessárias para que possam prosseguir os estudos de nível superior ou entrar no mercado de trabalho” (OCDE, 2010, p. 116). Configura-se então o Ensino Médio na atual conjuntura num “divisor das águas” enquanto a formação dos indivíduos que por este passam e/ou ficam, pois define-se aqui quem irá ocupar quais posições no mercado de trabalho conforme seja “bem sucedido” ou não em dito nível.

Num Estado marcado por um modelo de desenvolvimento que toma como base econômica a exploração agrícola e que “aposta” na entrada de capitais multinacionais a fim de ampliar seu parque tecnológico e industrial em regiões com maior “vocalização”, as recomendações do relatório fazem todo sentido. No mesmo se coloca a importância de definir lineamentos curriculares específicos a nível territorial, ou seja, se busca conciliar os currículos escolares com o modelo de desenvolvimento econômico.

Neste sentido, o documento faz referência à Matriz Curricular do Ensino Médio. Matriz em que são priorizadas a formação científica, os conceitos introdutórios à tecnologia e cidadania (OCDE, 2010). O currículo do Ensino Médio a nível nacional se encontra delineado por dois eixos normativos: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996) que determina quais as áreas de conhecimento e as matérias obrigatórias tanto do currículo do ensino fundamental como médio do Brasil. E os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que cobrem o 75% do conteúdo total, ficando o 25% restante por conta das escolas. Nos PCN's são estabelecidos os objetivos e delineamentos gerais, mas destacasse no documento da OCDE que a sua implementação não é diretamente controlada, senão através de provas como o SAEB e a Prova Brasil, cujo resultado incide no repasse de verbas para as escolas. Conforme o relatório, os indicadores atingidos em Santa Catarina indicam que “os padrões estabelecidos” não estão sendo atingidos, colocando-se como causa principal deste problema questões de forma e conteúdo. Haveria segundo o texto do documento uma grande quantidade de

matérias obrigatórias que ao se concentrar em pouco tempo de aula acabaria “entulhando” a grade curricular e se transformando num obstáculo para a aprendizagem dos estudantes.

Em nível do Estado, o relatório abrange a Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC) destacando que através da mesma se busca guiar e dar unidade e coesão às práticas educativas nas escolas com a história e cultura locais. Destaca o relatório o avanço da versão da PCSC do ano 2004 em que foram definidos procedimentos pedagógicos e metodológicos, fato que significaria um progresso para o Estado, pois desta forma se permite quebrar com a rigidez e monotonia estabelecida, flexibilizando e “*aggiornando*” a proposta educativa para o estado conforme as necessidades atuais.

Sobre os Projetos Político Pedagógicos, no texto do documento são considerados como o elemento a partir do qual “as escolas públicas devem definir a sua prática educacional” (OCDE, 2010, p.). Destaca-se no documento a possibilidade do Estado “auxiliar na elaboração do projeto” através da liberação de verbas para a organização e treinamentos dos profissionais envolvidos na elaboração dos PPPs nas suas escolas. Desta forma, os PPPs são vistos como um grande potencial para se implementar as recomendações estabelecidas no relatório. Se os PPPs permitem realizar “ajustes”, inclusive na carga horária efetiva, estes atuam como elementos facilitadores para a implementação de determinados conteúdos disciplinares, assim como da sua organização e peso na grade curricular.

Enquanto recomendações para a questão do currículo, são colocados pontos a considerar pela SED: i) A rigidez do currículo que estabelece a obrigatoriedade de todas as matérias para seus estudantes (exceto religião). Dita rigidez estaria deixando de lado “as habilidades, o grau de maturidade e os interesses dos alunos” (OCDE, 2010, p. 126). ii) Monotonia do currículo, em que cada ano são ensinadas sequencialmente as mesmas disciplinas e com a mesma carga horária, desconhecendo os interesses e necessidades próprios do desenvolvimento das crianças e jovens. iii) Divergências entre os conteúdos definidos e o tempo real disponível; aponta-se no documento que o sistema de três turnos limita o processo de ensino-aprendizagem, (...) levando a um ensino feito às pressas e a um aprendizado superficial (OCDE, 2010, p. 127). iv) Falta de coordenação entre as disciplinas e de uma visão geral dos objetivos de cada nível de ensino. As recomendações apresentadas no capítulo podem ser consideradas sob dois grandes agrupamentos: Um primeiro que faz referência à necessidade flexibilidade do currículo com redução da carga horária, do número de matérias obrigatórias e do conteúdo dos programas,

entendendo-se sobre este último: “(...) quanto menor, melhor!” (OCDE, 2010, p.128).

Um segundo delineamento que aborda os métodos de ensino, em que, dado o pouco tempo que os professores efetivamente dispõem para ministrar aulas, não haveria tempo para os debates e atividades que garantam a assimilação dos conceitos como o desenvolvimento das “habilidades de raciocínio de alto nível”. Habilidades que, segundo o relatório, permite aos jovens se integrarem à sociedade moderna e que são avaliadas através dos estudos comparativos internacionais, como o PISA (OCDE, 2010, p.129).

O capítulo 6 compreende um estudo sobre os sistemas nacionais de avaliação aplicados no Brasil, assim como do desempenho do Brasil e de Santa Catarina. Este ponto entende-se como relevante, pois nele se evidenciam não só quais são as competências e habilidades requeridas para que os jovens estudantes “(...) vivam e trabalhem no século XXI” (OCDE, 2010, p. 145). Assim como também se entende que através destas provas se produzem três recortes que tomados no seu conjunto trazem elementos que ajudam a pensar o problema de pesquisa da presente dissertação: i) No nível educativo, provas que são destinadas a avaliar a Educação Básica. ii) No nível etário, dado fundamentalmente através do PISA que é realizado a jovens de 15 anos os quais deveriam estar na sua maioria cursando o Ensino Médio. iii) De fração de classe, através das provas que se destinam a avaliar o sistema público de educação que conforme o documento é a maior provedora de capital humano (OCDE, 2010).

O entendimento anteriormente colocado é demonstrado no próprio documento.

O cumprimento de objetivos de aprendizagem depende de muitos fatores, alguns dos quais escapam ao controle do sistema educativo – por exemplo: histórico familiar, renda, localização geográfica, etc. Mas certos fatores estão diretamente relacionados com a aprendizagem, como a qualidade da escola e do ensino, a abordagem curricular, a disponibilidade de material e o tempo efetivo de trabalho dos professores e alunos. (OCDE, 2010, p. 145)

Conforme o documento, a implementação de um sistema de avaliação da “qualidade educativa” permitiria ativar uma série de controles que agem de modo a concretizar o cumprimento dos objetivos educativos planejados.

No relatório se apresentam indicadores e provas utilizados para a avaliação da qualidade educativa no Brasil. Dentro destas, aqueles que avaliam a Educação Básica como um todo e/ou compreendem a especificidade do Ensino Médio são: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), desenvolvido pelo INEP no ano 2007, dirigido para avaliar “(...) os fluxos de progresso no ensino fundamental (...)” (OCDE, 2010, p.150). As fontes que alimentam este indicador são obtidos através do Censo Escolar²⁷ e as médias do SAEB e Prova Brasil²⁸, provas utilizadas como “medida” da qualidade educativa no Brasil. A Provinha Brasil²⁹, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos³⁰, os Vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Sendo o ENEM um ponto de destaque ao ser uma via de acesso ao ensino universitário para os estudantes das escolas públicas e privadas. Conforme o documento, nas suas últimas edições o exame se viu positivamente influenciado pelo Programa Internacional de Avaliação de

²⁷ O Censo Escolar oferece uma série de dados obtidos da participação das escolas públicas e privadas de todo o Brasil. O mesmo age como instrumento de coleta de informações permitindo assim obter uma visão global da educação básica brasileira pois compreende todas as etapas e modalidades da mesma. Isto permite: a formulação, execução e controle de políticas públicas na área de educação, incluindo assim a transferência de recursos para escolas públicas em rubros como alimentação, transporte escolar, distribuição de livros, implantação de bibliotecas, e de programas como Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Assim como também aceder a dados referentes ao rendimento (aprovação e reprovação) e movimento (abandono, transferência, falecimento) escolar dos alunos do ensino fundamental e médio, utilizados como uma das fontes de dados que conformam o cálculo do IDEB. Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>, acesso no 10/05/2016.

²⁸ O SAEB avalia aos alunos da antiga quarta e oitavas séries do EF (hoje quinto e nono ano) e aos do terceiro ano do Ensino Médio. A Prova Brasil somente é aplicada as escolas da rede pública de ensino, no seu nível fundamental (quinto e nono ano). Sendo que as escolas públicas participam tanto da Prova Brasil como da amostra SAEB. Por enquanto as escolas privadas somente participam do SAEB.

²⁹ Trata-se de um teste diagnóstico da capacidade de leitura, a prova normalmente é aplicada normalmente no terceiro ano do EF e tem como objetivo principal oferecer um diagnóstico aos professores, coordenadores e gestores de avaliarem o desempenho de no nível de alfabetização dos estudantes.

³⁰ O exame busca avaliar as habilidades e competências básicas de jovens e adultos que não tiveram a sua escolaridade regular na idade apropriada.

Alunos³¹ (PISA), onde ao não se tratar de um exame especificamente baseado em um conteúdo curricular, mas que requer de uma capacidade de raciocínio apurada, de aplicação de conceitos, resolução de problemas e análise crítica; adquire uma dimensão a mais sobre os tradicionais Vestibulares.

O PISA, desenvolvido pela própria OCDE é entendido no documento como um dos indicadores da “qualidade” educacional do sistema de ensino mais relevantes. Compreende-se no relatório que através do PISA se pretende “medir qual o grau de conhecimentos e competências dos jovens na faixa etária de 15 anos (próximos a concluir a educação básica obrigatória). Sendo os conhecimentos medidos, aqueles considerados essenciais para a participação na sociedade moderna, (OCDE, 2010); ou seja, para o mundo do trabalho. Neste sentido, não só se busca avaliar as competências e habilidades dos jovens para as áreas consideradas estratégicas para o mundo atual (leitura, matemática e ciências), mas busca avaliar “(...) não apenas se os alunos conseguem reproduzir o que aprenderam, como também se são capazes de extrapolar a partir do que assimilaram e aplicar os seus conhecimentos a novas situações, tanto no contexto escolar como extraescolar” (OCDE, 2010, p.156).

Ou seja, ao PISA se constituir numa avaliação padronizada da educação e utilizado a escala mundial, se constitui num instrumento que permite “medir” as capacidades e competências do capital humano disponível num determinado país/estado/região. Seus dados possibilitam realizar um mapeamento de escala global onde se evidencia qual grau de qualificação da força de trabalho disponível num ou outro local. Isto no mundo moderno ou de economia globalizada significa ter o acesso a uma informação que colabora na definição do movimento do capital para uma determinada região, local conforme o grau de qualificação da força de trabalho requerida. Se conforma então num elemento que contribui na divisão internacional do trabalho. Entretanto, com o avanço da denominada (terceira revolução industrial), em que a base produtiva cada vez mais assume uma matriz baseada na tecnologia e ciência, as capacidades e competências requeridas adquirem novas dimensões, tanto para o trabalho simples como complexo.

Conforme Suhr (2014), as definições dadas para o trabalho simples e complexo mudam conforme o conteúdo do trabalho se adequa ao avanço das forças produtivas; as capacidades que num momento formaram parte

³¹ O Brasil não é país membro da OCDE mas vem participando do PISA desde o ano 2000 (primeira pesquisa).

do trabalho complexo, hoje com o avanço da ciência e tecnologia formam parte das habilidades requeridas para o trabalho simples. O trabalho complexo ou qualificado também se adapta ao desenvolvimento das forças produtivas, mas, se caracteriza por ser especializado ou depender de uma formação que geralmente se encontra por cima (enquanto conhecimentos e tempo de formação) da média de formação da massa de trabalhadores. Sendo assim, não é de se estranhar a preocupação existente nos governos nacionais e estaduais pelo aumento deste indicador, pois o mesmo contribui a elevar “o local” num determinado nível de “competitividade” para atrair capital.

Segundo o documento, no ano 2006 (o mais próximo enquanto publicação de resultados a data do relatório) o PISA foi aplicado a mais de 400 mil estudantes de 57 países, representando quase o 90% da economia mundial. O Brasil demonstrou dados que acenderam alarmes; ficando na 54º posição em ciências e na 49º em leitura. No texto do relatório é colocado que isto estaria demonstrado uma elevado porcentagem de jovens (72,5%) com um desempenho inferior ao Nível 1³²; em matemática, e um 61% dos brasileiros na faixa de 15 anos que não atingem o Nível 2. Conforme estes dados a maioria do capital humano brasileiro não demonstra possuir “(...) as competências científicas que permitem uma participação ativa em situações da vida relacionadas com ciências e tecnologia (OCDE, 2010, p. 158), áreas que conforme o relatório são fundamentais para o desenvolvimento econômico do Brasil. Santa Catarina se encontra numa melhor situação com respeito a outros Estados do país (se tivesse participado separadamente ocuparia o 44º ou 45º lugar em relação aos 57 países participantes), mas ainda assim não alcança o nível mínimo apresentado pelos países membros da OCDE. Desta forma, conforme o documento, na relação custo-benefício se produzem uma série de distorções que devem ser sanadas. A de maior destaque diz sobre os dados de repetência e evasão escolar, no 2006 “(...) apenas 69.8% dos jovens nascidos entre 1º de maio de 1990 e 30 de abril de 1991 podiam, em princípio, participar do PISA” (OCDE, 2010, p.148), significando não só um impedimento para a efetiva aplicação da avaliação, senão também presumir que o 30,2% restante nem sequer desenvolveu as competências e capacidades dos seus pares escolarizados.

A equipe de avaliação da OCDE e as autoridades catarinenses partilham a preocupação de que os participantes do sistema educacional adquiram o conhecimento, a postura e as habilidades que os

³² Para maiores informações ver apêndice

tornará flexíveis, adaptáveis e capazes de refletir e aprender sozinhos. A esperança é que consigam desenvolver habilidades e competências transferíveis para atingir o seu potencial como cidadãos e contribuir ativamente para o desenvolvimento da sua sociedade nesta empolgante era de mudanças (OCDE, 2010, p. 355).

Busca-se através da denominada educação de qualidade educar ao sujeito do século XXI. Trata-se de um sujeito flexível, adaptável e que cumpra seu rol de bom cidadão contribuindo para o desenvolvimento econômico do estado. Isto significa desenvolver nos jovens da rede pública estadual de SC as habilidades e competências necessárias para que contribuam com o mundo atual. Pretende-se que estes se adequem às necessidades do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e de organização do capital de forma consentida.

3.1.4 Elementos de destaque

O relatório da OCDE, 2010, fundado na teoria do capital humano apresenta uma clara visão da educação, e especialmente da pública como um ponto chave para o desenvolvimento sócio-econômico: A educação pública é a maior fornecedora de força de trabalho do Estado. Dentro do mesmo entendimento o Ensino Médio adquire grande relevância através de dois aspectos fundamentais: Por se constituir no último nível da Educação Básica obrigatória, o que significa que é a fase final da formação minimamente requerida para a aquisição e desenvolvimento das “capacidades e competências” necessárias para se “inserir” na sociedade do século XXI. Processo este em que se produz a internalização (Mézsáros, 2008) necessária para a produção e reprodução do capital. O segundo aspecto fundamental é do EM ser objetivamente o espaço onde o Estado de SC possui maior autonomia para implementar um projeto educativo que se dirija ao encontro do seu projeto de desenvolvimento. Assume-se assim um posicionamento em que se compreende que através da formação e qualificação do capital humano conforme os padrões requeridos pelo capital, se assumem condições que alavancariam o Estado na corrida pelo investimento do capital internacional.

No que diz às capacidades e habilidades necessárias para a formação do capital humano acorde “as exigências do mundo atual”, são apresentadas sob o entendimento de qualidade educativa. Trata-se da capacidade de flexibilidade e adaptação às mudanças de padrão produtivo

(representado através dos conceitos de inovação e uso da tecnologia), onde é necessário o desenvolvimento de habilidades de raciocínio “de alto nível” (entendidas como domínio da leitura, matemática e ciências) de forma que sujeito formado seja capaz de se incluir ativamente numa época de “empolgantes mudanças” (OCDE, 2010, p. 355). Para isto é necessário desenvolver também determinados comportamentos nos sujeitos, sendo estes comportados no conceito de cidadania.

3.2 ESCOLA A, JOINVILLE

A forma que é realizada a apresentação da análise do PPP da escola A é a mesma adotada para a análise dos PPPs das três escolas de estudo. O texto consta de três momentos: no primeiro, se realiza a localização e contextualização da escola, logo se passa a abordagem do documento e finalmente se apresentam os elementos de destaque segundo o interesse do estudo de dissertação.

3.2.1 Localização e contextualização da escola

A escola denominada como A, da qual se segue o estudo do seu Projeto Político Pedagógico, pertence a rede pública estadual de Santa Catarina e funciona tanto no ensino fundamental como médio. A mesma se encontra localizada no município de Joinville, na microrregião de igual nome e na mesorregião Norte. Trata-se de um território cuja base produtiva está historicamente fundada no setor industrial³³, realizando um forte aporte no PIB estadual neste setor da economia (29,41%). Isto é possível ser apreciado através da tabela 1. Sinaliza-se que a OCDE (2010), considera dita microrregião como desenvolvida, pois concentra mais do 50% da produção estadual.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no ano 2010 foi de 0,809, considerado como muito alto (0,800 e 1). Na tabela 5

³³ Para mais informação sobre o desenvolvimento histórico da composição socioeconômica de Santa Catarina é possível consultar dentre outros autores a GOULARTI FILHO, Alcides. Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina. São Paulo: UNICAMP, 2002. 401 f. Tese (Doutor em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002 e MATTEI, Lauro. Economia Catarinense: crescimento com desigualdades regionais. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Desenvolvimento%20e%20meio%20ambiente/ECONOMIA%20CATARINENSE%20CRESCIMENTO%20COM%20DESGUALDADES%20REGIONAIS.pdf.

se apresenta a evolução do IDHM do município entre os anos 2000 e 2010 e seus componentes.

Tabela 5 – IDHM e seus componentes - Joinville - 2000 e 2010

IDHM E SEUS COMPONENTES	2000	2010
IDHM Educação	0,560	0,749
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	53,51	70,87
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	58,98	81,65
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	75,58	91,60
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	57,92	74,72
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	36,77	59,99
IDHM Longevidade	0,869	0,889
Esperança de vida ao nascer (em anos)	77,14	78,34
IDHM Renda	0,739	0,795
Renda per capita (em R\$)	796,17 (5,3 SMN)	1,126,74 (2,21 SMN)

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/joinville_sc
http://www.guiatrabalhistas.com.br/guia/salario_minimo.html

O IDHM de Joinville passou de 0,711 no ano 2000 para 0,809 no 2010, sendo a educação o índice que mais evolui nesse período.

O bairro em que a escola se encontra fica a mais de 5 km do centro e conta com uma população de 14.389 habitantes. A grande maioria dos estudantes da escola mora no mesmo bairro da escola, mas também recebe alunos de bairros próximos. No diagnóstico do documento escolar se estabelece que os estudantes e suas famílias na sua ampla maioria (90%) possuem moradia própria e acesso ao saneamento básico, porém, poucos possuem plano de saúde e odontológico. Enquanto ao vínculo empregatício, se indica que compreende os mais diferentes ramos, mas a renda familiar está compreendida na faixa de 1 a 4 SMN, sendo a sua

distribuição: 25% das famílias dos estudantes recebem até 1 SMN, 40% 2 SMN, e 35% entre 3 e 4 SMN. Enquanto ao nível de escolaridade das famílias, 30% possui Ensino Fundamental, 36% Ensino Médio, 5% graduação ou pós-graduação e 24% cursaram algum nível de ensino³⁴. Sobre o acesso à informação, no PPP se faz referência a que maioria da população assiste televisão (com a observação de ser especialmente as novelas) e ouve rádio. Porém, poucos acedem a imprensa escrita, e nada se diz sobre o acesso e uso da internet. Sobre o lazer, é colocado a falta de opções em que, conforme o documento, a comunidade fica limitada a jogos e campeonatos de futebol num campo anexo da Associação dos Moradores, sorveteria, restaurante e bares. Os grupos comunitários existentes são a Associação de Moradores, Grupo da Terceira Idade, Alcoólicos Anônimos, Igrejas de diversas ideologias e Conselho da Saúde.

3.2.2 O Projeto Político Pedagógico da escola

O PPP da escola A (2011-2014), é apresentado com o título: “Projeto Político Pedagógico. Educar pela valorização e respeito;”. Seu corpus textual está estruturado em prefácio, apresentação e as dimensões filosófica, pedagógica, política, administrativa, física e financeira. Dentro destes pontos o prefácio, as dimensões filosófica, pedagógica e política foram os pontos que que mais elementos ofereceram para pensar na pergunta chave do estudo.

No prefácio do documento é colocado que o PPP tem como finalidade a formação de cidadãos que fazem exercício da cidadania. Por sua vez o currículo é concebido dentro do documento com o objetivo de

(...) Garantir um ensino de qualidade aos educandos, tornando-os cidadãos íntegros, respeitando a diversidade cultural e o conceito de inclusão, criando condições para a reflexão, a criatividade e a interação social, e com condições de ingressar em ensinos acadêmicos (...) a escola ensina e transmite conhecimentos aos alunos viver com respeito ao próximo e dignidade para consigo e para com a sociedade. (PPP escola A, 2011-2014, p. 11)

O documento se assenta em dois eixos, um que visa a formação para a cidadania, o respeito, a diversidade, a inclusão e interação social, ou seja para a convivência social e outro que procura desenvolver no

³⁴ Dados extraídos do PPP da escola A, onde não se faz referência ao 5% restante.

estudante condições “objetivas” que lhe permitam dar continuidade nos seus estudos acadêmicos.

Conforme o PPP (2011-2014), a escola começou a funcionar na segunda metade da década de 1980 com 210 estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental. Na data de elaboração do documento, mais de vinte anos após da sua inauguração, a escola funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno e conta com 2.080 estudantes; dos quais 890 assistem ao Ensino Fundamental e 1.090 ao Ensino Médio. O quadro técnico-pedagógico está composto por 48 professores efetivos, 17 professores Admitidos em Caráter Temporário (ACTs), 04 assistentes técnicos pedagógicos, 2 assistentes de educação e 1 orientadora.

Em relação à sua estrutura, no documento se estabelece que a escola compreende uma área murada de 8.408,55 m². Desta área, 2.124,79 m² correspondem ao prédio construído, o qual consta de: 1 secretaria, 2 salas de informática, 1 auditório, 1 gabinete da direção, 1 sala de professores, 1 banheiro, feminino e masculino para professores, 19 salas de aula, 1 biblioteca, 1 sala para depósito de materiais de expediente), 1 sala de Orientação Educacional, 1 sala para Atividades Práticas Supervisionada (ATPs), 1 sala de Educação Física, 1 cozinha, 1 depósito de merenda, 2 banheiros femininos, 02 banheiros masculinos, 3 mictórios, 1 galpão coberto, 1 quadra polivalente e pavimentada, 1 campo de futebol, 2 quadras de voleibol (de areia), 1 área de circulação, 1 galpão de tênis de mesa, 1 sala de agente de serviços gerais; 1 lavanderia. Entretanto, não se faz referência à existência de laboratórios de ciências (química, física, biologia) ou de outras disciplinas, pelo qual se supõe que carece dos mesmos. A escola conta com equipamentos como aparelhos de som, DVDs, retroprojetores, um episcópio e computadores.

Dos dados acima colocados se compreende a dimensão que a escola têm enquanto estrutura física, população que atende e quadro de funcionários, assim como também o fato de que o quadro de professores esteja composto na sua maioria por professores efetivos (73,8%), permite supor que o PPP da escola A, se assumido pelos integrantes da escola têm possibilidades de se efetivar no período previsto (2011-2014).

Ao se procurar quais os elementos que se pretendem desenvolver através do PPP o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)³⁵ aparece como um ponto relevante. Isto se traduz através da

³⁵ O IDEB é um indicador estatístico, com escala de 0 a 10, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e age como fio condutor de uma política pública que se coloca enquanto meta atingir parâmetros de qualidade da educação equiparáveis aos países da Organização

realização de uma relação temporal do IDEB da escola nos seus diferentes níveis educativos para os anos 2007 e 2009 e qual a meta da escola para 2011 (ano de realização do PPP). Nos dados fornecidos pelo PPP se observa uma involução nas médias do IDEB no Ensino Fundamental e uma paridade nas do Ensino Médio, fato que representa uma clara preocupação no documento que coloca como meta para o 2011 um aumento da média de ambos níveis.

Para melhor compreender a preocupação enquanto a evolução do IDEB refletida no documento, na tabela 6 se apresenta um comparativo dos IDEB obtidos no Brasil, SC e a rede estadual de SC nos anos 2007, 2009 e 2011 para os anos iniciais e finais do EF e o EM.

É possível apreciar nesta tabela que a escola A apresenta médias do IDEB acima do Brasil em todos os níveis educativos, em relação ao Estado e a rede estadual de ensino se encontra abaixo da média nos anos iniciais e finais do EF (somente superou a média da rede estadual nos anos finais do EF do ano 2007). Estes dados não passam despercebidos no PPP da escola, onde se manifesta uma clara intencionalidade de superação da sua média em todos os níveis para o ano 2011 de forma que se aproxime ao IDEB tanto da rede como do Estado de SC.

A preocupação mencionada, junto com as normativas legais que regem a escola, podem ser uma linha de corte para compreender a organização pedagógica que o documento propõe. No PPP da escola, as atividades de aprendizagem são compreendidas no sentido de romper “(...) com a linearidade e a fragmentação do conhecimento, e privilegiar a abordagem interdisciplinar, para garantir, as relações possíveis entre as diferentes áreas do saber e, as respectivas disciplinas, que fundamentam

para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A proposta é evoluir de uma média nacional nos anos iniciais do Ensino Fundamental de 3,8, registrada no ano 2005, para 6,0 em 2022 (Ano comemorativo do bicentenário da Independência do Brasil). Não obstante o IDEB é calculado para todo o Ensino Básico, apresentando cada nível educativo seus próprios objetivos. As metas são diferenciadas para cada escola e devem ser apresentadas de forma bianual, buscando-se que cada uma melhore seu índice e possa assim contribuir em conjunto para atingir a meta em 2022. O IDEB é calculado com base em dois elementos considerados como básicos para “medir” a qualidade da educação: A média de desempenho dos estudantes em matemática e português obtida através de avaliações do INEP, Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o resultado da Prova Brasileira no fluxo escolar (taxa de aprovação), calculada a partir dos dados obtidos no Censo Escolar. Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>. Acesso no 14/01/2016.

e constituem a matriz curricular de referência.” (PPP ESCOLA A, 2011-2014, p. 11).

Tabela 6 – IDEB escola A, rede estadual SC - SC e Brasil - 2007, 2009 e 2011

	IDEB anos iniciais - EF			IDEB anos finais - EF			IDEB EM		
	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2007	2009	2011
Escola A ³⁶	4,5	4,4	4,7*	4,2	4,1	4,5*	4,5	4,5	4,7*
Rede Estadual SC	4,7	5,0	5,7	4,1	4,2	4,7	3,8	3,7	4,0
Santa Catarina (público e privado)	4,9	5,2	5,8	4,3	4,5	4,9	4,0	4,1	4,3
Brasil	4,2	4,6	5,0	3,8	4,0	4,1	3,5	3,6	3,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MEC/INEP e do PPP da escola A(2015)

Um outro desdobramento da meta que o documento se propõe cumprir para o 2011 na organização da escola faz referência a um dos elementos do cálculo do IDEB que é a taxa de aprovação. Para influir neste ponto, a escola oferece recuperação paralela para os estudantes em todas as disciplinas. Segundo o documento, são os professores de cada disciplina quem atendem individualmente aos estudantes com dificuldades nas suas horas atividades³⁷. Dado que indica uma clara sobrecarga no trabalho docente, pois se o horário destinado para realizar atividades extraclasse é utilizado para reforço, o professor se verá forçado a realizar as atividades como planejamento, avaliação e estudos fora do

³⁶ Os dados com * correspondem as metas estabelecidas no PPP da escola A como meta. Entretanto para o Brasil as projeções foram de uma média 4,6 para os anos iniciais do EF, 3,9 para os anos finais e 3,7 para o EM, já para SC a projeção foi de 5,2 para os anos iniciais do EF, 4,7 para os anos finais e de 3,7 para o EM (3º ano) conforme dados do MEC/INEP.

³⁷ A Lei 11.738/2008 determina que a jornada de trabalho dos professores deve limitar-se a 2/3 da carga horária para atividades de interação com os estudantes, sendo portanto o terço do horário restante destinado para atividades consideradas extraclasse, como estudos, planejamentos e avaliação.

seu horário contratual. Considera-se que está “solução” colocada no documento termina por repercutir na qualidade do processo ensino-aprendizagem estabelecido entre o docente e o estudante. Uma outra forma em que a escola realiza reforço escolar é através do projeto “Escola Aberta” em que mediante a participação de voluntários acadêmicos da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)³⁸ e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), os estudantes podem rever conteúdos de matemática e física.

Sobre os projetos que a escola desenvolve, no documento são colocados sete: i) Escola Aberta, com início no ano 2006, trata-se de um projeto aberto aos alunos e comunidade onde se realizam atividades como capoeira, dança, reforço escolar e atividades esportivas. ii) Coral da Escola, também com começo no ano 2006, conta com a participação de 70 estudantes de todos os níveis escolares. iii) Projeto Viva Sem Drogas, voltado especialmente para crianças dos anos finais do Ensino Fundamental, o projeto visa à prevenção do uso indevido de álcool e drogas, promover a saúde e a valorização da vida através da construção de “valores”, para isto conta com a coordenação dos agentes de saúde do bairro. iv) Projeto Meio Ambiente, onde se busca perante a realização de hortas medicinais e de alimentos que o estudante reconheça a importância da alimentação saudável, e os benefícios das ervas medicinais, valorizando assim a interação sócio-ambiental. v) Voluntários em Ação, é um projeto realizado por estudantes de Ensino Médio da disciplina Sociologia, o mesmo tem o objetivo de “(...) despertar nos alunos dos terceiros anos a importância do voluntariado como meio de amenizar os sofrimentos de nossos semelhantes e integrar mais a escola com a comunidade (...)” (PPP escola A, 2011-2014, p. 32). vi) Teatro de Literatura, com coordenação da professora de Literatura, os estudantes realizam a leitura e sinopse das obras literárias do Romantismo, para logo escrever um texto narrado que é posteriormente é representado em equipe. vii) Reciclagem, projeto trabalhado de forma interdisciplinar. A escola também participa de outros projetos externos tais como: Olimpíadas de Matemática; Olimpíada da Língua Portuguesa; Feira da Matemática e Feira do Trânsito.

No PPP se destaca que todos estão “voltados ao atendimento social” (PPP escola A, 2011-2014, p.13), ficando todos estes

³⁸ Entidade de direito privado com autonomia didático-científico, administrativa, financeira e disciplinar que atua nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão. É mantida pela Fundação Educacional da Região de Joinville – e integra o Sistema ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais.

compreendidos no eixo de formação para aspectos comportamentais tais como educação para a cidadania, o respeito, a diversidade, a inclusão e interação social. Através do desenvolvimento de valores como a solidariedade (entendida sob a forma de voluntariado), proteção do meio ambiente perante a produção de alimentos saudáveis e ervas medicinais na escola e de reciclagem dentre outros, se produz uma formação de valores em que se passa a ideia que o esforço pessoal permite mudar as condições dos sujeitos “menos favorecidos” da sociedade e assim cobrir o vácuo que estado deixa. Porém não se explicita de que forma isto é trabalhado. Ou seja se para além da ajuda voluntária se problematiza quais são as condições que geram situações em que alguns são menos favorecidos que outros e quais são as possibilidades de mudança; este limite está dado pela própria configuração dada à dissertação de mestrado, pois para compreender isto se faz necessário a utilização de outras ferramentas metodológicas que permitam ir para além do recorte feito para o campo empírico.

Em relação à dimensão filosófica, no documento são abraçadas diferentes concepções de mundo, ser humano e educação relativas a variadas correntes do pensamento, tais como o Materialismo Histórico, a ecopedagogia³⁹ e o positivismo de Durkheim. Não obstante, o problema de abraçar correntes teóricas diferentes é dado por subsanado ao se compreender que “(...) há um conceito de homem em cada comportamento (...) No entanto, podemos compreender que as diversas concepções variam a partir das mudanças ocorridas nas formas do existir humano”. (PPP, escola A, 2011-2014, p.15). Desta forma o PPP é entendido como um documento no qual se amalgamam diferentes representações e concepções, onde o ser humano é compreendido como um “sujeito de relações” (PPP escola A, 2011, p. 15).

No documento colocasse que a visão de mundo compartilhada é a anunciada pelo Materialismo Histórico, não obstante, ao se ler o documento como um todo é possível compreender que há uma outra visão presente. Entende-se que o mundo está definido no conjunto de relações

³⁹ Se encontra baseada nos “valores” de sustentabilidade promovidos na Carta da Terra, ditos valores tomam como ponto principal a conservação do Meio Ambiente através da criação de uma “consciência ecológica” e o desenvolvimento de uma cidadania planetária. Baseada em autores como Paulo Freire, Fritjof Capra, Leonardo Boff, Sebastião Salgado, Boaventura de Sousa Santos e Milton Santos promove o aprendizado através da cotidianidade em que o aspecto emocional é trabalhado através da transversalidade, interdisciplinariedade, interculturalidade de forma a reeducar ao ser humano para a convivência, o cuidado, o entendimento.

sociais entre os seres humanos que conforme suas experiências e conhecimentos “(...) constroem a sua identidade social por meio de valores patrimoniais tangíveis e intangíveis, que expressam na construção de símbolos os elementos de estabilidade social. (PPP ESCOLA A, 2011-2014, p. 18 e 19). Dita concepção de mundo se aproxima a Blauth⁴⁰. A ecopedagogia também adquire força na concepção de mundo e fundamentalmente enquanto à projeção de sociedade, que é a de “(...) uma sociedade capaz de, ao mesmo tempo em que se divorcia da ingenuidade, tornar-se crítica através de constantes exercícios voltados a união das visões de sustentabilidade social, política e cultural.” (PPP ESCOLA A, 2011-2014, p. 16).

O entendimento de educação estabelecido no documento, toma como base teórica a Durkheim, entendendo que a principal função do processo educativo é o da formação de indivíduos para a reprodução social. “A sociedade só pode viver se dentre seus membros existe uma suficiente homogeneidade. A educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando desde cedo na alma da criança às semelhanças essenciais que a vida coletiva supõe.” (PPP ESCOLA A, 2011-2014, p.16). Desta forma, no PPP se define como função social da escola “Proporcionar ao educando condições para uma apropriação constante do conhecimento voltada para a sua interação com o mundo, e a sociedade, com prática efetiva na construção da cidadania adaptada às exigências do mundo globalizado” (PPP ESCOLA A, 2011-2014, p.16).

Os objetivos gerais e específicos estabelecidos no documento para a escola assumem os elementos acima elencados. O objetivo geral visa

Cumprir de forma competente sua função social, no exercício da cidadania, enquanto direito social, através da apropriação e produção de conhecimento na busca de uma sociedade isenta de discriminação de forma libertadora, crítica, reflexiva e dinâmica, onde todos sejam sujeitos de sua própria história, tendo a finalidade interpessoal básica, de pensamentos e valor social, político, cultural e humanístico para a formação do ser. (PPP, escola A, 2011-2014, p. 17)

⁴⁰ No PPP se cita a Guilherme Blauth. De Olho na Vida: Encontros com a ecopedagogia. Paulo Lopes: Instituto Harmonia da Terra, 2008. Blauth compreende que o mundo é uma invenção humana na qual cada indivíduo cria o seu e onde desta forma a sociedade também é criada pela junção de seus indivíduos.

E os específicos propõem a utilização de diferentes linguagens e fontes de informação, trabalhar com a higiene e cuidados do corpo, compreender que cada sujeito é um “agente transformador” da sociedade e conceber a cidadania como “(...) participação social e política, o exercício dos direitos e deveres, as diferentes situações sociais (através da crítica), as características gerais do nosso país.” (PPP ESCOLA A, 2011-2014, p.16).

Na dimensão pedagógica do PPP são colocados os objetivos da educação básica: “Garantir um ensino de qualidade aos educandos, contribuindo para o exercício da cidadania, respeitando a diversidade cultural e reconhecendo o conceito de inclusão, criando condições para a reflexão, a criatividade e a interação social, qualificando para o ingresso no ensino superior.” (PPP, escola A, 2011-2014, p. 20). Já o objetivo correspondente ao Ensino Médio, se busca: “Consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental; aprimorar o senso cidadão, humano e ético do educando desenvolvendo a autonomia intelectual e de pensamento crítico (...)” (PPP ESCOLA A, 2011-2014, p.26). Logo, dito objetivo é ampliado ao se aderir ao Art. 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB 9394/96 declarando que é finalidade da escola buscar que os estudantes se apropriem dos fundamentos científicos/tecnológicos dos processos produtivos através da relação teoria e prática de cada disciplina.

Sobre a conformação da grade curricular para o Ensino Médio, se segue a Matriz Curricular que estabelece em 200 o número mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, representando para os estudantes uma carga anual de 800 horas por cada ano. A distribuição da carga horária semanal destinada para cada disciplina curricular está estruturada a partir do seu englobamento em quatro áreas do conhecimento. A área *Linguagem códigos e suas tecnologias* abrange as disciplinas Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes e Educação Física; a área *Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias* compreende Química, Física, Biologia e Matemática e a área de *Ciências Humanas e suas tecnologias* encerra Geografia, História, Filosofia e Sociologia. No que diz à distribuição da carga horária semanal para os três anos do Ensino Médio (2400 no total), há maior concentração na área das Ciências da Natureza e Matemática (864 horas) e dentro desta, Matemática é a disciplina que maior carga horária apresenta (288 horas, e 192 para cada uma das restantes disciplinas da área). A área de Linguagem e códigos fecha um total de 832 horas, sendo sua distribuição em ordem decrescente: Língua Portuguesa e Literatura 288 horas, Língua Estrangeira Moderna com 192 horas, Educação Física com 192 horas e

Artes com 160 horas. Finalmente a área de Ciências Humanas apresenta uma carga horária de 704 horas onde Geografia e História tem 192 horas semanais cada e Filosofia e Sociologia 160 cada uma. Se consideradas as disciplinas isoladas, são Matemática e Português aquelas que maior carga horária apresentam no Ensino Médio com 288 horas semanais cada uma para os três anos. No próprio texto do PPP fica exposto o entendimento de porque há necessidade de fazer foco nestas disciplinas.

Viver, conviver e inserir-se na sociedade contemporânea, centrada, cada vez mais na escrita, faz-se necessário ir além da apropriação do código escrito. Torna-se imperioso exercer práticas sociais de leitura e escrita que emergem como exigência, dos diferentes segmentos da sociedade. Nesse sentido, toma corpo e espaço, na escola, a proposta de educar letrando, tendo como pano de fundo a abordagem interdisciplinar considerando que, em uma sociedade letrada, a cultura é marcada pela diversidade de linguagens. (PPP escola A, 2011-2014, p. 34)

Sobre a relevância que a disciplina de matemática têm para a formação de acordo com os objetivos propostos no PPP, nos conceitos e conteúdos desenvolvidos no corpo do documento fica evidenciada uma relação entre o aprendizado de conhecimentos matemáticos e a formação de um “(...) cidadão crítico, capaz de resolver problemas e enfrentar desafios, usando a sua criatividade, iniciativa e autoconfiança. Um cidadão que saiba interagir na sociedade em que vive, aprendendo a trabalhar em conjunto na busca de soluções. (PPP escola A, 2011-2014, p.29).

Por sua vez tem que considerar que uma das metas propostas pela escola é atingir um IDEB de 4,7 Para o ano 2011, sendo o resultado da Prova Brasil e a taxa de aprovação os dois eixos que determinam a média. Desta forma não é de estranhar a preocupação da escola por estas disciplinas assim como sua estruturação para realizar acompanhamento e projetos para os estudantes com dificuldades no rendimento escolar. No documento se busca alinhar os objetivos propostos com a organização e estruturação pedagógica. As dimensões filosóficas e pedagógica mantém um continuum coerente entre o que o PPP da escola defende como visão de ser humano, sociedade e educação e a forma em que se realiza a organização pedagógica.

Na dimensão política são abordadas questões operativas da escola tais como normas de organização e convivência, competências do corpo discente, docente e demais funcionários, origem e distribuição do material

escolar e livros didáticos utilizados, planejamento, coordenação e controle da merenda escolar, organização da higiene e limpeza da escola e uso dos materiais, duração das aulas e horários das disciplinas, calendário escolar, número de alunos por série (no Ensino Médio, a escola possui: quatorze turmas de 1º ano; quinze turmas de 2º ano; doze turmas do 3º ano), número de turmas por série, frequência, faltas, matrículas, transferências, composição da documentação escolar, expedição de documentos escolares, relação dos recursos humanos, avaliação institucional dentre outros.

Dois elementos se destacam da dimensão política para a pesquisa: O item Capacitação e valorização dos recursos humanos, em que se atribui ao professor além da tarefa de educar, a de ser “o profissional que contribui para que a sociedade progrida constantemente em todas as áreas.” (PPP escola A, 2011-2014, p. 67). Neste sentido, durante o recesso a Escola oferece cursos de formação continuada com emissão de certificado para seus participantes. Dito elemento coloca ao professor “na responsabilidade moral” de assumir o projeto formativo da escola, pois ao se tratar daquele que contribui para que a sociedade progrida, a sua negação de participar de atividades como utilizar as horas atividades para dar aula de reforço escolar e de realizar cursos de formação continuada significaria se negar a cumprir a sua tarefa profissional. O segundo item é o de articulação da escola com outras instituições. No documento se faz uma listagem das mesmas: EMBRACO⁴¹, através da obtenção do prêmio EMBRACO de ecologia no ano 2008 se estabelece uma parceria que significa um projeto de arborização, ajardinamento e horta na escola. UNIVILLE, com apresentações do Coro da universidade na escola. Escola de Dança Bolschoi, que oferece bolsas de estudo para os estudantes da escola, em que a escolha dos bolsistas se realiza através da disciplina de Educação Física. Faculdade Cenecista de Joinville⁴², desde

⁴¹ A Empresa Brasileira de Compressores, de capital aberto, foi fundada na década de 1970 na cidade Joinville, hoje pertence ao grupo Whirlpool. A empresa produz compressores, componentes elétricos de ferro e sistemas de refrigeração para uso industrial e doméstico, também produz eletrônicos utilizados para a otimização dos eletrodomésticos. A empresa possui políticas de Investimento Social em todos os países em que opera (Brasil, Eslováquia, China, Estados Unidos, México, Itália), estes programas têm como foco as áreas de educação e saúde através de trabalhos para crianças e adolescentes. Fonte: <http://www.embraco.com/Default.aspx?tabid=292>, acesso no 12/01/2016.

⁴² A Faculdade Cenecista de Joinville começa suas atividades no ano 2000, porém surge do Colégio Elias Moreira e da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). O Colégio Elias Moreira começou suas atividades em

o ano 2008 realiza na escola o projeto Gerando Cidadão dentro do projeto Escola Aberta em que os estagiários da Faculdade realizam atividades na escola.

Enquanto as fontes de financiamento e recursos da escola, no PPP se coloca que estes são obtidos através de Programa “Dinheiro Direto na Escola”, o valor vai de acordo com o Censo Escolar de cada ano e com base no número de matrículas. Não se faz menção a outros tipos de fontes tais como verbas provenientes do Estado. Sobre a dimensão administrativa, se abordam os tópicos: modalidade de ensino, regime de funcionamento, número de aulas por período, duração das aulas e horários das disciplinas, calendário escolar, número de alunos por série e número de turmas por série, frequência, faltas, matrículas, transferência, composição da documentação escolar e expedição de documentos, relação dos recursos humanos. Logo se descreve qual o perfil e competência da direção, especialistas, supervisor, orientador escolar, do assistente técnico pedagógico, do assistente de educação, da bibliotecária e demais funcionários.

3.2.3 Elementos de destaque no documento

O PPP da escola A está sedimentado sobre dos pilares: Um de carácter mais formal, focado na estruturação e adequação do documento às normativas vigentes e regentes da escola, e um aspecto ligado as questões “formativas” dos seus estudantes e que consta tanto dos objetivos surgidos da visão de homem, sociedade e educação assumida no documento, como da forma em que se produz a organização e estruturação curricular a fim de efetivar lhes. Não obstante, um ponto presente em toda a estruturação do documento é a preocupação em aumentar a média do IDEB da escola.

1962 com o objetivo de atender crianças e adolescentes da cidade de Joinville cujos recursos não lhes permitiam assistir as escolas particulares, destaca-se que as atividades começaram no turno noturno. A aula inaugural da escola foi ministrada por Kyrana Lacerda, esposa do Governador Jorge Lacerda e então presidente da CNEC em Santa Catarina. A faculdade declara que sua missão promover a formação integral com compromisso social, sua visão é ser reconhecida até 2019 como de referência e inovadora em soluções educacionais e seus valores são a excelência, ética, valorização do ser humano, competência, compromisso e honestidade. Fonte: PPP escola A, 2011-2014 e no site da Faculdade Cenecista de Joinville. Disponível em: <http://faculdadejoinville.cneq.br/institucional/historia/>, acesso no 12/01/2016.

Os elementos estruturantes do PPP que se destacam no estudo, estão relacionados à formação para a internalização (MÉZSÁROS,2008) dos valores necessários para viver no mundo atual. Isto quer dizer a formação de cidadãos que desenvolvam e reproduzam valores como solidariedade, tolerância, respeito e inclusão dos diferentes, e práticas “sustentáveis” desde o ponto de vista social, político e cultural. Mas também abrange uma formação de caráter mais “operacional”, buscando que os estudantes se apropriem dos fundamentos científicos/tecnológicos dos processos produtivos, o que fica demonstrado na priorização existente na grade curricular de uma formação na área de matemática, ciências e língua portuguesa. Desde a concepção presente no documento, uma educação que dê conta destes dois aspectos estaria cumprindo assim a sua função social de integrar os sujeitos à sociedade moderna. Ou seja, a educação é considerada no PPP como uma ferramenta útil e necessária para a formação dos sujeitos de acordo às necessidades atuais do mundo do trabalho.

Sobre a pergunta chave colocada como guia para a análise do documento, o feixe principal das relações existentes entre os elementos formativos do PPP da escola A e o modelo de desenvolvimento oficializado para SC se produzem através da macrodiretriz 2 do PCD 2015, o qual visa promover a equidade e a inclusão social entre as pessoas e regiões do Estado. Referida macrodiretriz, compreendida pela dimensão social, tem como uma de suas áreas de atuação a educação e cultura, sendo aqui onde melhor se transparecem os pontos de convergência. O cenário normativo proposto na área educação e cultura no PCD 2015 visa “(...) a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica” (SANTA CATARINA, 2006, p. 69). Com respeito ao EM, última etapa da Educação Básica, se identificam no PCD 2015, que no Estado há problemas enquanto a porcentagem da população que acede e culmina esta fase. Como forma de resolver o problema se tomam duas metas principais: a universalização do EM até o 2015 e a elevação do nível de escolaridade da população catarinense no tempo e formas, ou seja em correspondência idade-série/ano. Conforme o mesmo documento, desta forma se estaria contribuindo para elevar os indicadores internacionais que são utilizados como medida do desenvolvimento e fomentar a mobilidade e inclusão social.

Para que as metas estabelecidas no cenário normativo sejam atingidas, no PCD 2015 se coloca a necessidade de um comprometimento do estado com o acesso dos indivíduos ao conhecimento e com a

valorização da sua inserção na comunidade; a garantia do acesso e permanência dos estudantes no EM; a realização de programas especiais que visem solucionar as distorções idade-série existentes; a busca por uma formação integral de qualidade a fim de melhorar as oportunidades de mobilidade social e de aumentar o nível de educação da população e a ampliação da infraestrutura para realização de atividades culturais através de investimentos em parcerias com a iniciativa privada e governos. Elementos estes que se encontram contemplados dentro do PPP da escola A através do acompanhamento dos estudantes com dificuldades, seja pelos próprios professores ou através de parcerias com instituições de ensino como a UDESC e a Faculdade Cenecista de Joinville, de bolsas de estudos com o ballet Bolshói, ou de programas de hortas e ajardinamento da escola em parceria com a EMBRACO.

No que diz à presença das parcerias público-privada no PPP da escola A, outorga maiores elementos de vinculação entre o documento escolar, no qual se apresentam os delineamentos político pedagógicos que escola assume, e o projeto de desenvolvimento econômico oficializado. Também representa um claro reflexo do atual movimento do capital em que o processo de mercadorização e de alargamento de mercados chega até o seio da escola pública.

3.3 ESCOLA B, FLORIANOPOLIS

3.3.1 Localização e contextualização da escola

A escola B pertence a rede pública estadual de Santa Catarina e atua nos segmentos de Ensino Fundamental, Médio e Médio Inovador, Escola de Aplicação e Curso de Magistério, que conforme o documento: “(...) proporcionam uma prestação eficiente a comunidade escolar (...)” PPP escola B (2010-2013⁴³, p. 10). Os turnos de funcionamento são

⁴³ No documento publicado no site da escola, se coloca textualmente na sua capa: 1) Edição atualizada em 09.09.2010. 2) Edição atualizada em 17.10.2013, porém se apresenta um único corpus textual sem distinções ou sinalizações entre o que é próprio do 1) e o que do 2), a não ser que a atualização do 2013 para o 2010 sejam indicativos de inclusão ressaltados em letra vermelha referente a adicionar normativas. Não obstante, no PPP coloca a necessidade do mesmo ser revisto anualmente, “(...) projetando o mesmo para mais 05(cinco) anos, sendo que a primeira Revisão deverá ocorrer no início do ano de 2009.” PPP escola B (2010-2013, p. 74). Desta forma se considera que o PPP que dá origem ao vigente data do ano 2008, quando fora projetado até o ano 2013. Dado que na capa do documento se colocam como datas os anos 2010 e 2013 foi definido colocar nas

matutino e vespertino para o EF e matutino, vespertino e noturno para o EM. A escola está localizada no município de Florianópolis, território pertencente à microrregião do mesmo nome e mesorregião da Grande Florianópolis. O território se distingue por sua base produtiva estar assentada no setor de comércio e serviços, representando dito setor 76,3% de aporte no PIB da mesorregião. O IDHM (total) do município no 2010 foi de 0,847, sendo considerado como muito alto (0,800 e 1), na tabela 7 se apresenta a evolução do IDHM de Florianópolis entre os anos 2000 e 2010 e seus componentes.

Tabela 7 – IDHM e seus componentes - Florianópolis - 2000 - 2010

IDHM E SEUS COMPONENTES	2000	2010
IDHM Educação	0,660	0,800
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	67,52	80,03
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	76,71	93,06
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	74,90	93,09
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	59,97	70,60
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	49,45	63,42
IDHM Longevidade	0,823	0,873
Esperança de vida ao nascer (em anos)	74,35	77,35
IDHM Renda	0,828	0,870
Renda per capita (em R\$)	1.383,78 (9,16 SMN)	1.798,12 (3,52 SMN)

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/florianopolis_sc
http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.html

citações PPP escola B 2010-2013, que enquanto recorte temporal contempla o efetuado para o atual estudo.

Destaca-se o dado que Florianópolis é o município com maior IDHM de Santa Catarina e o terceiro do país, sendo o componente educação o que maior incremento percentual teve entre os anos 2000 e 2010. Conforme dados do PNUD, de 1991 e 2010, o município teve uma taxa de crescimento de 24,38% do seu IDHM, desta percentagem o indicador que mais cresceu em termos absolutos foi Educação.

A escola B está localizada no Centro de Florianópolis, ponto de referência histórica e turística tanto da própria cidade como do Estado. O bairro está marcado pela forte presença de comércios e restaurantes e geograficamente resulta numa zona que faz divisa entre áreas nobres da cidade como a Beiramar e áreas pobres, localizadas principalmente no Maciço do Morro da Cruz.

Conforme os dados fornecidos pelo PPP, a escola teve o seu prédio atual inaugurado em 1964 e o seu histórico se remonta à finais do século XIX com a criação da Escola Normal Catarinense. Com o passar dos anos diferentes transformações foram realizadas tanto no seu espírito formativo inicial como em no seu local de funcionamento: Foram incorporados os diferentes níveis de ensino à escola, assim como houve mudanças na sua localização física, até o ano 1964. A localização da escola no centro da cidade, o fato de ser uma referência histórica enquanto instituição educativa e os turnos de funcionamento são elementos que contribuem para que a composição dos estudantes seja bastante eclético. Dos dados fornecidos no documento pode se definir que os estudantes moram em diferentes bairros da cidade assim como há também alunos provenientes de outros municípios como São José, Biguaçu, Palhoça, Paulo Lopes e Governador Celso Ramos. Sobre a renda média dos estudantes e suas famílias, a maioria recebe mais de 4 SMN, o que os localiza na faixa médio do IDHM. Enquanto ao nível de escolaridade dos pais, mais de 35% dos pais cursaram e/ou concluíram EM, e mais de 25% têm ensino superior (incompleto, completo e pós-graduação).

3.3.2 O Projeto Político Pedagógico da escola

O documento analisado é desenvolvido com o título Projeto Político Pedagógico, foi publicado no ano 2010, realizando-se uma edição atualizada no ano 2013. O seu corpus textual compõe-se de um breve prefácio e treze capítulos. Sendo tomados como foco principal para o atual estudo o prefácio, apresentação e os capítulos que abordam a dimensão filosófica, pedagógica e projetos desenvolvidos na escola.

No prefácio do documento se estabelecem dois grandes campos, que interligados, servem de catalisador para o desenvolvimento do PPP.

Um destes é o da inserção da escola e suas atividades na dimensão denominada como cidadania social no contexto da atualidade mundial, nacional, regional e local. No texto não tem sido especificado o significado do conceito cidadania social, não obstante, o mesmo tem sua origem na obra de Thomas H. Marshall “Cidadania, classe social e status”, onde o autor compreende que cidadania social é o status concedido aos integrantes de uma comunidade que gozam de pleno direito. Ou seja, trata-se do conjunto de direitos e deveres que se traduzem, conforme o autor, em três fases históricas de formação da cidadania: Cidadania civil, surgida no início da modernidade e vinculada fundamentalmente aos direitos econômicos. Política, desenvolvida nas sociedades burguesas do Séc. XIX e vinculada ao direito sufragista e a organização política. Social, surgida após segunda metade do Séc. XX associada à proteção social e ao Estado de Bem-estar. Marshall entende que há uma tensão constante entre a cidadania social que busca a integração e igualdade e o capitalismo que desenvolve a desigualdade, a estratificação social e os consumidores sem direito. Segundo esta concepção, para que um indivíduo participe plenamente na vida pública necessita superar um determinado nível de bem-estar material e social, pois estas dimensões afetam as capacidades de deliberação política e a coesão social. O segundo pilar é o de constituir a escola num referencial de qualidade educativa no sistema nacional brasileiro. Isto pode ser confirmado no capítulo I, onde se apresentam dados que vão ao encontro desta intencionalidade. Não obstante, chama a atenção a indicação no documento da necessidade de superação, por parte da escola, da sua condição repassadora de conhecimentos; ficando o questionamento de a que se faz referência com isto e como a escola se organiza para que referida superação seja efetivada. Nas dimensões filosófica e pedagógica se levantam alguns elementos neste sentido, mas, num caráter mais formal que concreto.

No capítulo I (apresentação) se expõem os objetivos e o diagnóstico da escola. Neste último consta a evolução do IDEB escolar e suas projeções para diferentes anos, um gráfico sobre o índice de aprovação de seus estudantes no vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina, assim como o histórico e dados da escola B que incluem uma descrição da estrutura física e do pessoal que nela trabalha.

Dos objetivos formulados no documento, o geral visa a: “Produzir condições materiais e objetivas de apropriação e produção de novos conhecimentos, a partir do conhecimento produzido e acumulado, cientificamente, pela humanidade.” PPP escola B (2010 – 2013, p. 6). No

sentido de atingir o objetivo geral se definem no documento seis objetivos específicos, estes são:

- Garantir acesso ao conhecimento científico produzido e acumulado pela humanidade;
- Garantir condições de permanência aos alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio;
- Produzir condições materiais de acesso à leitura dos títulos pertinentes a formação do homem social;
- Produzir condições materiais à formulação de conceitos que frutifiquem em intelecções e discernimento sobre os valores humanos e humanitários;
- Produzir condições materiais à formação cidadã na perspectiva da politização e socialização dos conhecimentos apropriados;
- Estimular e produzir condições de leitura e releitura dos diversos matizes políticos, sociais, artísticos, econômicos, filosóficos e educacionais.

PPP escola B (2010 – 2013, p. 6)

Observa-se nos objetivos os dois alicerces do documento: a inserção da escola na cidadania social e a procura pela elevação da qualidade educativa da escola, porém os objetivos específicos se inclinam ao primeiro.

Enquanto aos resultados obtidos pela escola nas avaliações, no documento se apresenta uma tabela com os dados do IDEB observado e projetado para o EF e um gráfico de aprovação dos estudantes da escola no vestibular da UFSC.

Os indicadores do IDEB do EF, mostrados na tabela 8, apresentam uma evolução positiva nos anos 2007, 2009 e 2011, os anos iniciais apresentam dados acima da média da rede estadual, do estado e do Brasil, no entanto nos anos finais se encontram abaixo da rede, do estado e só consegue ficar acima do IDEB médio do Brasil no ano 2011. Enquanto a aprovação no vestibular da UFSC, o gráfico apresentado no PPP demonstra que entre os anos 2007 a 2011 há uma tendência ao aumento, mas com um comportamento heterogêneo (assensos e descensos) que na sua totalidade não superam 25% de aprovados.

Tabela 8 – IDEB escola B, rede estadual SC, SC e Brasil anos 2007, 2009 e 2011

	IDEB anos iniciais - EF			IDEB anos finais - EF			IDEB EM		
	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2007	2009	2011
Escola A	5,0	5,2	6,1	3,7	4,1	4,8	5,0	5,2	6,1
Rede Estadual SC	4,7	5,0	5,7	4,1	4,2	4,7	4,7	5,0	5,7
Santa Catarina (público e privado)	4,9	5,2	5,8	4,3	4,5	4,9	4,9	5,2	5,8
Brasil	4,2	4,6	5,0	3,8	4,0	4,1	4,2	4,6	5,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MEC/INEP e do PPP da escola A(2015)

Em relação a estrutura da escola, possui uma área de 52.000 m², com 22.000 m² construída com 144 salas de aula, laboratórios de Química, Física, Português, História, Geografia, Artes, Matemática, Biologia, Língua estrangeira, Filosofia-Sociologia e Ensino Religioso e informática. Também conta com dois auditórios, duas salas de professores, um complexo esportivo com 2.500 m² de área construída, quadras poliesportivas ao ar livre, pista de atletismo e vestiários, sala para dança, dois refeitórios, uma biblioteca central, sanitários em todas suas alas, salas das coordenações, guaritas nas duas entradas da escola, três pátios, estacionamentos. Conforme o documento a escola conta com wireless em todos os ambientes da escola. Sobre o pessoal que trabalha na escola: aproximadamente quatrocentos e vinte professores formam parte do quadro profissional, quase cem funcionários administrativos e pessoal terceirizado encarregado da segurança e triagem dos visitantes.

O capítulo referente à dimensão filosófica determina qual a visão de educação, mundo, homem e sociedade defendidas no documento, para isto se toma como parâmetro a Proposta Curricular de Santa Catarina. No texto do PPP se define o papel da escola:

A escola pública deve ser um espaço coletivo de apropriação - produção - reflexão - reelaboração de conhecimento que busca produzir as condições objetivas e determinantes (que favoreça no educando seu desenvolvimento cognitivo-

linguístico, motor e afetivo), para que todos os envolvidos no processo possam construir sua identidade social na perspectiva do pleno exercício da cidadania. PPP escola B (2010-2013, p. 12).

Desta forma fica claro que a intencionalidade exposta para a escola no documento está focada na formação para a cidadania, no entendimento desta como social. Sendo assim, no PPP se coloca a necessidade de veicular a “estreita vinculação entre o ato produtivo, o ato político e o ato educativo (...)” PPP escola B (2010-2013, p. 12).

No documento é explicitado o entendimento que uma educação de qualidade é aquela que exerce um importante rol para a superação pessoal e social através de transformações que permitam erguer uma sociedade justa e igualitária. Neste mesmo sentido são determinadas as concepções de mundo, homem, e sociedade. A compreensão de mundo indicada no PPP é deste ser um espaço para a solidariedade desenvolvida dentro de uma perspectiva de “justiça social globalizada” (PPP ESCOLA B, 2010-2013) onde todos os seres humanos tenham direito à “dignidade social” (PPP ESCOLA B, 2010-2013). Entendendo-se no documento que dita dignidade abrange o acesso a direitos como trabalho, moradia, lazer, transporte, educação, saúde, cultura e alimentação. A concepção de ser humano referendada no texto do documento é a deste ser “um ser social e histórico determinante e determinado pelo processo permanente de interações sócio-ambientais, que busca superar as desigualdades sociais, com objetivo de atender suas necessidades humanas”. PPP escola B (2010-2013, p. 13). Compreensão que se soma à de sociedade, que é entendida como aquela que há de ser capaz de se concretizar na liberdade, o respeito às diversidades e a democracia e com base na dignidade humana, na valorização da vida e na justiça.

Assim, a dimensão filosófica se corresponde tanto as duas articulações referidas no prefácio, como aos objetivos desenvolvidos no documento, onde o eixo central gira entorno do conceito da escola ser fator chave para o desenvolvimento da cidadania social e a construção de um mundo onde se superem as desigualdades sociais perante a concretização de valores como a solidariedade, liberdade, respeito à diversidade, democracia, justiça.

O capítulo destinado ao processo educacional, ou dimensão pedagógica, se estabelecem as metas para cada nível de ensino da escola; sendo para o EM o fortalecimento dos conhecimentos estudados nos níveis anteriores e o desenvolvimento de autonomia intelectual no estudante perante a apropriação do conhecimento produzido. Conforme o PPP, isto torna o estudante apto para a pesquisa, para a elaboração de

novos conceitos e produtor da história, criando-se assim as condições para que o mesmo transforme “as realidades”. PPP escola B (2010-2013).

Logo se estabelece que a proposta pedagógica segue as Diretrizes Curriculares Nacionais e para o desenvolvimento da proposta se toma como base:

- Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- Princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- Princípios estéticos da sensibilidade, da criticidade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

PPP escola B (2010-2013, p. 15).

Conforme o documento, os princípios por si mesmos não são suficientes, pois o envolvimento dos professores e de todo o coletivo escolar são elementos fundamentais na discussão e formulação da gestão. Considera-se que a administração escolar tem que ultrapassar os velhos formatos e assim criar um novo desenho de matriz curricular, de currículo integrado e de práticas pedagógicas construtivas. Tudo isto, dentro de uma “convivência harmoniosa” construída perante “contratos de convivência” e da ação pedagógica na sala de aula. No que diz aos conhecimentos organizados mediante a Matriz Curricular, no PPP se define que devem ir além do “rol de conteúdos” numa perspectiva de currículo não-linear, que atue de forma contextualizada, crítica e flexível abrangendo a demanda escolar através de projetos que busquem a permanência e êxito do “sujeito-aluno”. Para isto se consideram atividades como pesquisas em campo e projetos que se bem realizados fora do horário regular formam parte do currículo.

A Matriz Curricular apresentada no PPP para o Ensino Médio coloca como 200 o número mínimo de dias de efetivo trabalho escolar. A carga horária semanal para cada disciplina curricular se organiza a partir de áreas de conhecimento: Linguagem códigos e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. A distribuição da carga horária semanal para os três anos do Ensino Médio apresenta uma maior concentração na área das Ciências da Natureza e Matemática (1.248 horas), sendo que Matemática, Física e Química dispõem de 320 horas cada uma e biologia 288. A área de linguagem e códigos ocupa 896 horas da grade, ficando sua distribuição em: Língua Portuguesa, Literatura e Redação 384 horas,

Língua Estrangeira Moderna e Educação Física 192 horas cada e Artes 128 horas. A área de Ciências Humanas possui 736 horas semanais repartidas em Geografia com 224 horas, História com 192 e finalmente Filosofia e Sociologia com 160 horas cada. A carga horária total para os estudantes de Ensino Médio do turno diurno da escola B está estipulada em 2.880 horas. Já para o turno noturno se estipulam 2.400 horas semanais divididas em: 960 para a área de Ciências da Natureza e Matemática, ficando Matemática com uma concentração horária superior as outras disciplinas da área. 800 horas para a área de Linguagens, com preponderância para Língua Portuguesa. 576 horas para a área de Humanas, ficando História e Geografia com mais horas semanais. Com respeito aos conteúdos específicos das disciplinas, segundo o PPP estão pautados pela Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC).

A dimensão política, nomeada no capítulo IV do PPP como Organização Escolar estabelece quais as condições que regulam o funcionamento escolar. Nesta perspectiva Weberiana e Durkhemiana se instituem as atribuições e escalas hierárquicas que cada setor da escola devem assumir de modo que operem de forma funcional; divide-se a escola administrativamente nas coordenadorias: Geral, de Ensino, Administrativa e Financeira.

No que diz respeito ao financiamento de recursos da escola, no PPP se coloca que estes são obtidos através de: Transferência de recursos do Governo Federal à Secretaria de Educação do Estado, Programa Dinheiro Direto na Escola, doações de pessoas físicas ou jurídicas, rendas de aplicação de bens e valores patrimoniais, redistribuição dos serviços remunerados, e diferentes fontes como matrícula dos alunos de Centro de Línguas Estrangeiras e outras.

Os projetos desenvolvidos na escola são oito: i) Centro de Línguas Estrangeiras, ofertado tanto para os estudantes da escola como para a comunidade em geral. Se bem dito centro funciona com direção própria se encontra subordinado à Coordenação de Ensino da escola e é considerado no documento como

(...) De fundamental importância em tempos de mundialização da comunicação, intercâmbios, parcerias e convênios entre países, grupos e etnias. Nos tempos atuais, a necessidade de se falar mais de um idioma é condição “sinequa non” para a garantia de um processo de formação profissional com certo nível de qualidade social. PPP escola B (2010-2013, p. 57).

Fica claro aqui a prioridade formativa existente no ensino de outras línguas no seu aspecto prático-operacional. Ou seja, o projeto de ensino de línguas tende a se constituir numa ferramenta necessária para a profissionalização e possibilidade de acesso e/ou melhoria no emprego, relegando o sentido outorgado na Proposta Curricular de Santa Catarina, que fundada nas concepções de Vygotsky e Bakhtin compreende a aprendizagem da

(...) Linguagem como constituidora da própria consciência e organizadora do pensamento, inferimos que o sujeito se constitui nas e pelas relações sociais, a partir de situações significativas. Dessa forma, quanto mais o sujeito aluno interagir com outros grupos (outros alunos, professores, outras línguas e culturas), maiores serão as possibilidades de aprendizagem/desenvolvimento. Santa Catarina (1998 c, p. 3).

Seguindo o entendimento prático-operacional, no documento se considera a aprendizagem de mais de uma língua como uma necessidade para a efetiva incorporação no mundo atual. Há aqui um elemento de consideração para a pergunta chave do estudo, pois considerando que o turismo forma parte do setor da economia que mais aporta no PIB do território em que a escola se encontra, o conhecimento de línguas efetivamente se constituiu num “sine qua non” enquanto a formação do capital humano da região. Desta forma no projeto se articulam as duas dimensões destacadas no prefácio do PPP: desenvolvimento da cidadania social e transformar a escola em referência de qualidade educativa a nível nacional. ii) Plantão Pedagógico, oferecido para os estudantes da escola do EF e EM durante as horas vagas por ausência de professor. Conforme o documento, o projeto cumpre com a função de suprir/complementar temáticas próprias dos temas transversais estabelecidos na Proposta Curricular de Santa Catarina.

iii) Programa de Atendimento em Dificuldade de Aprendizagem. Dito programa tem o objetivo de proporcionar apoio pedagógico às crianças com dificuldades de aprendizagem, assim como buscar alternativas metodológicas para o processo ensino-aprendizagem de crianças com necessidades especiais.

iv) Projeto de Leitura (Pro-leitura), baseado na orientação dada pela Secretaria Estadual de Educação SED/MEC sobre realizar programas para aprimorar o ensino e abrir nos estudantes novas possibilidades de cultura e consciência. No documento se parte da compreensão que o projeto não é somente uma ferramenta para aprendizagem, senão

principalmente fornece uma “pátria cultural básica” determinante para a integração e exercício da cidadania. PPP escola B (2010-2013). Assim no texto se compreende que a “escolarização é condição de desenvolvimento pessoal e social” (PPP ESCOLA B, 2010-2013), sendo no entanto, o analfabetismo um obstáculo para o “desenvolvimento da nação”. Desta forma, segundo o PPP, o analfabeto ou semi-alfabetizado vê suas oportunidades restritas num mundo em que o desenvolvimento tecnológico é cada vez mais acelerado, o domínio da leitura e da escrita “é capaz de retirar o indivíduo de sua condição marginal e de fazê-lo reconhecer sujeito do processo histórico” (PPP ESCOLA B, 2010-2013). Neste projeto se visualizam também ambas as dimensões do documento; ao se compreender que linguagem, sociedade e cidadania são três órbitas sobre as quais a condição de letrado/analfabeto têm incidência, se propõe o desenvolvimento da cidadania social como forma de desenvolver uma “pátria cultural” necessária para o pleno exercício da cidadania, retirando “o indivíduo da sua condição de marginal” e colocando-o numa condição de “sujeito da história”.

v) Projeto Estudo de dança, no PPP se estabelece que o mesmo tem a finalidade de desenvolver a dança enquanto arte educativa. Participam do mesmo trezentos estudantes, repartidos nas modalidades de dança de salão, clássica, jazz e alongamento.

vi) Grupo de dança Alma Negra, que segundo o PPP visa contemplar a inclusão e respeito da diversidade fomentando assim a cidadania.

vii) Coral, projeto integrado por estudantes da 3a. Série do EF até a 3a. do EM. O mesmo busca outorgar maior visibilidade à escola, isto tanto no âmbito local como estadual. vii) Teatro. Este projeto é desenvolvido dentro do currículo do Ensino Médio Inovador de forma optativa para o estudante.

viii) O projeto Esporte Escolar oferece Atletismo, Basquetebol, Futsal, Handebol, Vôlei, Judô, Ginástica artística e rítmica, Xadrez, Tênis de Mesa e Dança. O mesmo atende tanto a estudantes da escola (em contraturno) como à comunidade em geral.

Compreende-se que os projetos anteriormente referidos fazem eco na sua maioria ao desenvolvimento da denominada cidadania social; conceito que engloba questões como diversidade, inclusão, convivência social harmônica e cidadania. Desta forma os projetos ficam alinhados com a visão de homem, sociedade e educação definida no PPP, onde se busca superar as desigualdades sociais através de interações sócio-ambientais e concretização do respeito às diversidades. Dentro do conceito de cidadania social ficam estabelecidos parâmetros formativos

que se refletem em aspectos comportamentais, sendo assim, através destes parâmetros se reproduzem aqueles valores necessários para o capital. Não só se faz necessária a formação técnica da força de trabalho, senão a técnico-político de modo a que os jovens trabalhadores assumam pacificamente o seu rol na divisão social do trabalho. Sendo assim, sob a ideia da formação do cidadão do século XXI para a cidadania social se está atendendo aos interesses da burguesia que é o da formação da força de trabalho de acordo com o atual momento do capital desde o ponto de vista técnico e tecnico-político (NEVES & PRONKO 2008).

3.3.3 Elementos de destaque no documento

O Observa-se que o PPP da escola B está estruturado em torno a dois aspectos considerados fundamentais no próprio documento; proporcionar uma formação para a cidadania social e se transformar em referência educativa em nível nacional. Sobre o primeiro aspecto, o documento busca uma formação que afiance a relação democracia – cidadania, estabelecendo o fomento por valores como respeito à diversidade, solidariedade, liberdade, ou seja para a convivência harmônica e em paz. O que quer dizer que sobre este aspecto se busca a formação dos jovens que assistem à escola B em aspectos comportamentais que Através do PPP da escola se busca promover a inclusão social e formação dos cidadãos catarinenses para o mundo do século XXI. Desta forma o PPP assume como preceitos a melhoria da “qualidade” do ensino perante a formação para o trabalho e para o exercício da cidadania, ficando em sintonia com os elementos elencados na dimensão educação do PCD 2015.

3.4 ESCOLA C, PASSOS MAIA

O Projeto Político Pedagógico da escola chamada C é um documento que em linhas gerais proporciona poucos recursos para o estudo. Na sua composição se fica referenciando mais às disposições normativas que o regem que ao desenvolvimento de um projeto educativo em sim. Não obstante isto também seja um dado sobre o Projeto Político Pedagógico da escola que, ao se cingir aos parâmetros legais sem maiores definições se alinha dentro de uma visão de Homem, Mundo e Educação.

3.4.1 Localização e contextualização da escola

Passos Maia pertence à microrregião de Xanxerê e mesorregião Oeste Catarinense. Seu território comporta o maior aporte estadual do setor agropecuário, representando 40,31% do total do aporte do setor no ano 2012. O município teve a sua emancipação política no 12 de dezembro de 1991 (antes desta data pertencia ao município de Ponte Serrada), a sua conformação econômica, político e social encontra seu legado no processo de implementação do ciclo da madeira, no latifúndio, na exploração da monocultura do pinus, no coronelismo e nos conflitos sociais derivados desta situação. Isto fica exposto no próprio nome do município que se deve ao Coronel Passos Maia, ex-prefeito de Chapecó, quem também fora delegado de polícia em Xanxerê e em Joaçaba.

O IDHM do município, no 2010 foi de 0,659 sendo considerado como médio (0,600 e 0,699), na tabela 9 se apresenta a evolução do IDHM de Passos Maia entre os anos 2000 e 2010 e seus componentes.

Tabela 9 – IDHM e seus componentes - Florianópolis - 2000 - 2010

IDHM E SEUS COMPONENTES	2000	2010
IDHM Educação	0,355	0,547
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	18,09	36,34
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	71,64	90,95
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	62,21	88,37
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	40,72	47,28
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	24,13	41,78
IDHM Longevidade	0,756	0,808
Esperança de vida ao nascer (em anos)	70,36	73,46
IDHM Renda	0,597	0,648
Renda per capita (em R\$)	329,22	450,78

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/passos-maia_sc

Passos Maia, quando visto em relação ao total dos municípios brasileiros (5.565) ocupa a posição número 2924. Já, enquanto a evolução do indicador do município entre os anos 2000 e 2010, a dimensão cujo índice mais cresceu foi a Educação, com um incremento de 0,192.

A escola C pertencente à rede pública estadual de Santa Catarina, atua no Ensino Fundamental e Médio nos turnos matutino, vespertino e noturno. Além da escola localizada na sede do município de Passos Maia, há funcionando uma extensão do EM no interior do mesmo. Destaca-se o fato que é a única escola que oferece EM no município. Quanto aos estudantes que a ela assistem, no diagnóstico do documento se estabelece que na sua maioria são “(...) operários de classe média baixa, agricultores tradicionais e assentados (...)” PPP escola C (2012, p. 4-5). Ainda conforme o documento, na escola da sede do município, os alunos das séries iniciais do EF moram na sua maioria no perímetro urbano. Porém, nas séries finais do EF, assim como no EM há tanto estudantes do perímetro urbano como da zona rural, sendo que estes últimos se deslocam utilizando o transporte escolar. No turno noturno assistem principalmente alunos moradores da zona urbana trabalhadores das fábricas (madeireiras) e estabelecimentos comerciais da região. No ano 2012 houve 534 matrículas; 169 foram realizadas no EM <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>.

Nota-se que no diagnóstico do PPP, não se apresentaram maiores informações sobre a situação sócio-econômica dos estudantes da escola, não obstante através de outras fontes como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE) e o próprio IBGE, é possível conhecer que no ano 2010 o município tinha uma incidência de 7,7% da sua população com uma renda familiar percapita de até R\$ 70,00 mensais, o 20,4% com renda de até ½ SMN e o 43,4% com renda de até ¼ SMN. Denotando-se assim a condição de pobreza na qual a maioria da população do município se encontra. Por sua vez, conforme o Censo Demográfico realizado no 2010 se observou uma redução de 7,10% da população com respeito ao do ano 2000.

3.4.2 O Projeto Político Pedagógico da escola

O PPP da escola C, com data de elaboração no ano 2012, se divide em: identificação da unidade escolar, justificativa, filosofia da escola, diagnóstico, diretrizes e metas, proposta curricular, calendário escolar, e nas dimensões administrativa, financeira e física. Destes pontos, os que

mais aportes forneceram para o estudo são justificativa, filosofia da escola, diagnóstico, diretrizes e metas e proposta curricular.

Segundo o PPP da escola C os parâmetros que serviram de guia para a elaboração da dimensão filosófica foram a Proposta Curricular de Santa Catarina e as orientações e diretrizes curriculares nacionais. Assim no documento se define como “filosofia de ação”:

- Desenvolver um trabalho globalizado, direcionado a ação escolar para um fim comum, tendo como ponto central a qualidade e quantidade do processo ensino-aprendizagem e a valorização do profissional da Educação, voltado à formação do aluno historicamente situado sujeito de processo de transformação social, no qual ele está inserido.
- Promover a valorização do ser humano, como sujeito do processo para os crescimentos sociais, intelectuais e históricos na sua formação.
- Revocar maior participação dos pais, alunos e professores, bem como toda a comunidade, para maior interação dos mesmos e que possam interferir ativa e positivamente em modificações na escola e na comunidade.
- Instigar e desafiar o aluno a pensar, desenvolver e criar pensamento crítico, baseado no conhecimento científico, erudito e universal, juntamente com conhecimento do mundo em que vive.
- Desenvolver a interdisciplinaridade levando ao exercício de sua cidadania.
- Conscientizar o aluno a ter boa conduta para com os professores e colegas e demais funcionários da unidade escolar resgatando valores (respeito, responsabilidade, assiduidade, hierarquias).
- Reforçar o compromisso dos pais com a educação de seus filhos.

PPP escola C (2012, p. 4).

A visão de homem, mundo e educação não se encontra claramente definida no documento, alguns elementos surgem, os que, somados as diretrizes e metas formuladas no PPP permitem compreender qual o entendimento de cada um destes, assim como quais as articulações realizadas no documento a fim de dar conta do expressado.

As diretrizes e metas assumidas no projeto da escola buscam tanto a formação técnica como conformação técnico-política (NEVES e PRONKO, 2008). Os indicadores escolares são também tema de

ocupação no documento; a redução dos índices de evasão escolar e os de distorção idade/série constituem uma de suas metas. O IDEB não é considerado no texto, não obstante seus elementos estão presentes na forma da preocupação da escola por reduzir a diferença idade/série, repetição e evasão escolar. Vinculado ao anteriormente exposto, se constituem diretrizes tais como realizar o trabalho pedagógico através da utilização de estratégias e atividades diferenciadas, tanto para os estudos curriculares como para atividades de reforço nos estudantes com dificuldades de aprendizagem. Realização de encontros de professores para avaliação e possível readequação dos planejamentos para o ano letivo e de horas curriculares destinadas a atividades artísticas, culturais e realização de trabalhos interdisciplinares. Neste sentido, uma diretriz da ação estabelecida no PPP da escola C é o estímulo “as competências do aluno” através da motivação positiva. Entendendo-se que isto funciona como elemento de valorização do estudante. O aspecto formativo em valores fica também exposto nas suas diretrizes:

Conscientizar o corpo discente, docente e demais funcionários da escola da importância do embelezamento e ornamentação ao redor da escola e coletivamente trabalhar e resgatar valores, hábitos de higiene, zelo pelo patrimônio e aspectos físicos da escola (...) Cultivar no aluno hábitos e costumes da região, para motivar e manter vivas as tradições (PCD 2015). (Resgatar o patriotismo através de ações como cantar o hino nacional pelo menos uma vez por semana) PPP escola C (2012, p. 5)

Na dimensão pedagógica, ao igual que no PPP da escola B se estabelecem como conteúdos curriculares aqueles indicados na Proposta Curricular de Santa Catarina. Assume-se como meta no documento “Impulsionar as práticas pedagógicas na multidimensionalidade e dinamicidade. Explicitar as bases que norteiam as práticas pedagógicas. Definir a qualidade do ensino” (PPP ESCOLA C, 2012, p. 6). No texto existem indicativos enquanto a forma em que os objetivos pedagógicos pretendem ser concretizados; propondo-se através do PPP que as atividades escolares compreendam situações para além das aulas convencionais como demonstrações, palestras, conferências, exposições, estágios supervisionados, trabalhos no horário escolar e extra horário e pesquisa, dentre outras. Parecendo aqui que o documento vira as costas ao diagnóstico realizado, onde se define que muito dos estudantes trabalham nas fábricas próximas ou em atividades agrícolas junto com suas famílias, podendo se constituir numa contradição para a

concretização de seus objetivos, pois como esses estudantes que trabalham no contraturno ou que têm que se deslocar por horas das suas casas até a escola podem participar e aproveitar efetivamente as atividades propostas para além das aulas?

Os projetos pedagógicos e temas transversais considerados no documento para o trabalho na escola são.

1. Garantia de cumprimento do estatuto da criança e do adolescente;
2. Educação e Prevenção na escola (destacamos o programa saúde na escola M.Saúde) com ênfase no tema, obesidade na infância, sexualidade, uso indevido de drogas, saúde bucal entre outros;
3. Programa de combate ao Bullying, com trabalho interdisciplinar e parcerias do poder público;
4. História e Cultura afro-brasileira, trabalho contínuo e com comemoração anual;
5. Educação para o Trânsito, em parceria com a polícia militar;
6. Promoção da acessibilidade, através de adequação do prédio e material didático-pedagógico e inclusão;
7. Educação ambiental, com comemoração da semana do meio ambiente;
8. Promoção da alimentação saudável, através de conscientização diária e palestras, acompanhamento nutricional do cardápio;
9. Promoção da cultura da paz e combate à violência na escola.

PPP escola C (2012, p.9).

Destaca-se o fato que todos os pontos elencados podem ser englobados no entendimento de formação para a cidadania no mundo atual. Trata-se de um mundo onde as diferenças são abordadas no sentido de alcançar a coesão social, tomando como estandarte a cultura da paz os conflitos sociais são amenizados e soterrados em pró de um mundo humano. Ou seja, denota-se aqui o aspecto formativo técnico-político (NEVES e PRONKO, 2008) e o entendimento que o capitalismo pode ser “humanizado” (MOTTA, 2009). Assim aspectos comportamentais são colocados como elementos fundantes para a formação dos jovens, procurando-se propagar aqueles valores necessários para a manutenção do movimento do capital.

Sobre a dimensão financeira, no texto se informa que os recursos da escola provêm do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)⁴⁴, repassados anualmente, assim como de contribuições da APP e renda de promoções.

Na dimensão física são descritos alguns problemas aos quais a escola se enfrenta. A escola dispõe de refeitório, secretaria, sala de direção, sala de assistente técnico pedagógico, sala de professores, sala de vídeo, sala para material de educação física, sanitários para professores e alunos, almoxarifado, assim como rampa de acesso ao prédio e rampa móvel para as salas de aula. Possui um laboratório de Ciências que está desativado e é utilizado como sala de aula. Uma biblioteca com um amplo acervo, porém pouco utilizada pois não possui um profissional para atendê-la. Uma sala de tecnologia, que conforme o documento não têm o número suficiente de computadores funcionando para a demanda existente. Um ginásio de esportes que “necessita troca de cobertura e piso, pois está colocando em risco a segurança física dos alunos na prática das atividades físicas.” (PPP ESCOLA C, 2012, p. 14). Há, segundo o PPP necessidade de um Auditório, mais salas de aulas, de iluminação externa e de uma cerca na parte frontal do prédio, o que dificulta a permanência dos alunos no pátio de recreação.

3.4.3 Elementos de destaque no documento

Definem-se no documento da escola C alguns aspectos a considerar para o problema da pesquisa. Enquanto a visão de mundo, homem e educação, se observa o entendimento de um mundo em transformação e no qual o ser humano é partícipe; têm que se avaliar qual é a participação, como está se dá e com qual sentido.

A educação é entendida no documento como um instrumento que age na relação homem-mundo e pelo tanto aponta a formação de valores

⁴⁴O programa presta assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. Visa contribuir para elevar os índices de desempenho da educação básica através da melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o fortalecimento autogestão escolar. Os recursos são transferidos de acordo com o número de alunos estabelecidos no Censo Escolar do ano anterior ao do repasse. Fonte: <http://www.fn.de.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao>. Acesso no 10/03/2016.

cidadãos e de participação democrática. Neste sentido, a participação dos sujeitos no mundo atual fica circunscrita ao âmbito da democracia e cidadania, conceitos que seriam desenvolvidos através do fomento e prática de valores tais como a tolerância, inclusão e convivência harmônica, o respeito às hierarquias, a responsabilidade, assiduidade, o amor à pátria.

Através do PPP da escola se busca promover a inclusão social e a formação dos cidadãos catarinenses para o mundo do século XXI. Neste sentido o documento assume como preceitos formativos a melhoria da “qualidade” do ensino perante a formação para o trabalho e para o exercício da cidadania, ficando em sintonia com os elementos elencados na dimensão educação do PCD 2015.

Desta forma os dois aspectos formativos sinalizados por Neves e Pronko (2008) e identificados nos demais documentos analisados constituem elementos fundantes da formação do cidadão catarinense do século XXI. Busca-se assim uma formação em aspectos comportamentais de modo a favorecer o consentimento do trabalhador a ser explorado e em aspectos mais operacionais de modo que a força de trabalho esteja capacitada num patamar mínimo comum que lhe permita se “adaptar” as forças produtivas. Ou seja, se produz uma formação para as necessidades do capital.

3.5 PRINCIPAIS CATEGORIAS DE ANÁLISES SURGIDAS DOS DOCUMENTOS

Para responder à pergunta chave do problema é necessário ir para além do que se apresenta numa primeira leitura do campo empírico. Isto quer dizer, buscar ultrapassar aquilo que está explicitado nos textos dos documentos; chegando, através da sua análise, ao que há por trás dos mesmos. Desta forma, tendo em vista as perguntas chave e guia⁴⁵ foi realizado: Identificação e realização de um quadro síntese com os principais elementos surgidos das análises dos documentos. Abordagem das categorias de análise.

⁴⁵ A pergunta chave diz: Qual o papel oficialmente atribuído ao EM da rede pública estadual de SC no modelo de desenvolvimento atual? E as perguntas guia: Como as escolas públicas de EM da rede estadual de SC estabelecem relações entre o modelo de desenvolvimento oficializado para SC e o projeto educativo evidenciado perante seus PPPs? Existem relações entre o desenvolvimento do setor da economia característico de cada território em que as escolas se encontram e o projeto de formação defendido no seus PPPs? Quais? Como?

3.5.1 Análises dos principais elementos surgidos nos documentos

Enquanto a pergunta guia: Existem relações entre o desenvolvimento do setor da economia característico de cada território em que as escolas se encontram e o projeto de formação defendido no seus PPPs? Quais? Como? Foram observados alguns elementos de aproximação. O documento da OCDE, 2010 traz recomendações enquanto a que os currículos devem se adaptar às exigências de desenvolvimento econômico dos territórios. No PPP da escola A, se sinaliza a realização de parcerias com indústrias e empresas locais, porém sem se especificar de que se tratam as referidas parcerias nem como as mesmas são desenvolvidas (sendo isto uma limitante do tipo e do tempo da pesquisa desenvolvida). Na escola B se apresenta uma preocupação pela formação em aspectos tais como domínio de línguas e das novas tecnologias enquanto aspectos essenciais para a inclusão do sujeito no século XXI, podendo ser relacionado com a demanda que o setor de serviços e mais precisamente o turismo e a implantação de incubadoras de empresas de base tecnológica na região da Grande Florianópolis trazem. Na escola C se buscam estimular atividades que valorizem o patrimônio cultural e histórico da comunidade local no intuito de reforçar a “identidade cultural” da população local. Porém, considera-se que não há elementos o suficientemente concisos como para realizar uma afirmação sobre a existência de relações diretas entre a base produtiva específica do território e os projetos de formação presentes nos PPPs das escola.

Ainda que, na singularidade não existem elementos suficientes para afirmar a existência de relações entre o desenvolvimento do setor da economia característico de cada território em que as escolas se encontram e o projeto de formação defendido no seus PPPs, observaram-se aspectos que perpassam todos os documentos analisados e que fazem relações universais entre o modelo de desenvolvimento econômico projetado para SC e a intencionalidade de formação dos jovens do EM das escolas estudadas. Estes elementos colocados fundamentalmente sob os conceitos de “valores”, “habilidades e competências” estruturam uma visão de ser humano, mundo e educação que se vincula ao processo de produção e reprodução do capital na conjuntura atual. No quadro 14 são colocados em forma sintética os principais conceitos presentes nos documentos em sua vinculação com as visões de ser humano, mundo e educação, assim quais os conceitos chave aos quais os documentos fazem referência.

Quadro 14 - Principais elementos de convergência nos documentos analisados⁴⁶

	PPP ESCOLAS ESCOLA "A"	ESCOLA "B"	ESCOLA "C"	PCD 2015	OCDE
Visão Ser Humano	<ul style="list-style-type: none"> * Cidadão * Sujeito às relações e experiências 	<ul style="list-style-type: none"> * Cidadão * Determinado pelo processo de interações sócio-ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> * Cidadão. * Participe das relações sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> * Cidadão. * Participe das relações sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> * Peça chave para o desenvolvimento econômico e social.
Visão Mundo	<ul style="list-style-type: none"> * Globalizado * Plural. * Projetado como a união de visões de sustentabilidade social, política e cultural, convivência harmônica. 	<ul style="list-style-type: none"> * Globalizado. * Plural. * Projetado como espaço de solidariedade dentro da justiça social globalizada (acesso a direitos) 	<ul style="list-style-type: none"> * Em transformação. * Projetado como mais humano e agindo dentro da convivência social harmônica. 	<ul style="list-style-type: none"> * Globalizado. * Plural. * Competitivo 	<ul style="list-style-type: none"> * Globalizado * Competitivo
Visão Educação	<ul style="list-style-type: none"> * Meio para a reprodução dos valores e conhecimentos necessários para o exercício da cidadania e para a formação para o trabalho no mundo globalizado. 			<ul style="list-style-type: none"> Ferramenta para a inclusão e mobilidade social. Válvula de escape para os indicadores que tomam o desemprego como um de suas variáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Ferramenta para a qualificação do capital humano necessário para o mundo do séc. XXI.
Conceitos chave nos documentos.	<ul style="list-style-type: none"> Educação para a Paz: Diversidade, Inclusão, Preservação do meio ambiente Cidadania, Democracia Formação para o mundo do trabalho Qualidade da educação 	<ul style="list-style-type: none"> Educação para a Paz: Diversidade, Inclusão, Preservação do meio ambiente Cidadania, Democracia Formação para o mundo do trabalho Qualidade da educação 	<ul style="list-style-type: none"> Educação para a Paz: Diversidade, Inclusão, Preservação do meio ambiente Cidadania, Democracia Formação para o mundo do trabalho Qualidade da educação 	<ul style="list-style-type: none"> Educação para a Paz: Diversidade, Inclusão, Preservação do meio ambiente Cidadania, Democracia Formação para o mundo do trabalho Qualidade da educação 	<ul style="list-style-type: none"> Cidadania Democracia Competências Habilidades Formação para o mundo do trabalho Qualidade da educação

Fonte: Elaboração própria, 2016.

⁴⁶ As visões de Educação dos diferentes PPPs foram sintetizadas numa só, por se compreender que na sua concepção podem ser entendidas desta forma. Já nas visões de Homem e Mundo, considerou-se apropriado deixar as concepções existentes nos documentos das escolas para reconhecer as nuances conceituais.

Os documentos analisados, em maior ou menor grau, de forma intencional ou ingênua coincidem na sua visão de mundo, ser humano e educação. Considerando que a sociedade atual se encontra numa dinâmica de constantes mudanças e cujo ritmo está determinado pelo processo de globalização, ou seja, pelo processo de mundialização do capital produzido na sua fase imperialista. Este entendimento parte de condições estruturais e conjunturais, não se trata mais de um mundo polarizado nos blocos socialista e capitalista, mas que esta divisão teria sido superada em pro de um mundo dinâmico e plural, no qual todos os setores (minorias/majorias) têm sua possibilidade de inclusão. Mas, por sua vez trata-se de um mundo marcado pelas mudanças ocorridas nos padrões de produção da existência⁴⁷ e que são decorrentes do movimento de acumulação, concentração e centralização do capital, tal como Marx (2012) estudou. Desta forma, trata-se também de um mundo marcado pela concorrência, cabendo aos sujeitos individuais e coletivos desenvolverem suas capacidades e competências a fim de se sobrepor a seus pares na corrida pela busca do “sucesso” econômico e social. Assim, para que a inclusão seja realizada com maior ou menor “sucesso”, corresponde a cada sociedade/governo/individuo produzir as condições para potencializar as habilidades e competências requeridas pela atual fase do capital.

Coloca-se, desta forma, sob os ombros dos cidadãos a responsabilidade pelo sucesso/fracasso do desenvolvimento econômico e social seja de forma individual como nacional, tal como Motta (2008) têm apontado. Sendo assim, o ser humano, concebido enquanto cidadão, assume a responsabilidade individual e social de (re)produzir as condições para o sucesso/fracasso no desenvolvimento pessoal, da sua comunidade e da nação.

É neste processo de responsabilização dos diferentes atores sociais que a educação concebida enquanto ferramenta capaz de potencializar as competências e habilidades que permitem a mobilidade social e o pleno desenvolvimento individual/social cobra especial interesse. Neste

⁴⁷ Trata-se da mudança do modelo de acumulação rígido ou fordista-taylorista para o flexível ou Toyotista. O primeiro modelo, pautado num consumo de mercado uniformizado, está caracterizado pela produção em série sobre linhas de montagem e apresenta como resultado a uniformização dos produtos e do trabalho. Por sua vez, o modelo de produção flexível, pautada num produto “de mercado” que se encontra em constante mudança, apresenta uma planta produção estruturada em células de produção e com um tipo gestão flexível, onde a produção passa a ser de escopo, tendo a capacidade de se adaptar as exigências e mudanças do mercado.

entendimento o acesso e conclusão de determinados níveis de educação institucional o que permitiria potencializar o capital humano capaz de mobilizar a economia e bem estar social. Desta forma conceitos como democracia, cidadania, diversidade, inclusão, preservação do meio ambiente, desenvolvimento dos conhecimentos necessários para o mundo do trabalho são conceitos que se desenvolvidos dentro dos processos formativos dos estudantes de EM da rede pública estadual garantiriam uma educação de qualidade.

Se o anteriormente colocado descreve o entendimento desprendido desde os documentos, se faz necessário compreender o que referidos conceitos trazem enquanto às possíveis relações entre desenvolvimento e educação. Isto quer dizer compreender de que estes conceitos estão “prezados” com a finalidade de visualizar um projeto de formação para a força de trabalho de SC em congruência com o modelo de desenvolvimento planejado.

Observa-se nos documentos estudados uma série de conceitos que respondem a dupla formação sinalizada por Neves e Pronko (2008). Estes conceitos fazem eco em dois eixos formativos: Um eixo que visa a formação em questões mais concretas do mundo do trabalho representadas primordialmente em aqueles conhecimentos priorizados nos currículos escolares (matemática, ciências e língua). O outro eixo objetiva a formação em aspectos comportamentais e fica compreendido em conceitos como cidadania, democracia, diversidade, inclusão. Busca-se através do segundo eixo reforçar aspectos que induzem ao sujeito a aceitar o mundo atual como algo posto e natural.

Sobre estes dois eixos formativos e suas categorias comum nos documentos analisados que no capítulo seguinte serão desenvolvidas e demonstrada a relação entre a atual fase imperialista do capital e seu projeto educativo.

4 MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SC E O PROJETO EDUCATIVO PRESENTE NOS DOCUMENTOS NO CONTEXTO DO CAPITAL IMPERIALISMO

O presente capítulo se divide nos seguintes itens: Sínteses conceitual do capital imperialismo a partir de autores como Lênin (2010), Amin (1976) e Fontes (2010). Análise da situação brasileira e catarinense dentro do contexto do capital imperialismo, tomando como referência autores como Amin (1976), Caio Prado Junior (1986), Furtado (2009) e Fontes (2010). Estudo das dimensões formativas necessárias para o capital imperialismo através de autores como Mézsáros (2008), Manacorda (2008 b), Rummert et al (2010), Kuenzer (2000), Motta (2009) e Freitas (2014). Finalmente é apresentado um aprofundamento conceitual das principais categorias presentes nos documentos estudados nos capítulos anteriores, vinculando-se estas categorias a um projeto educativo para a classe trabalhadora de SC de modo que os sujeitos sejam formados de acordo às necessidades do atual estágio do capital e de acordo com o lugar que SC e Brasil ocupam dentro da divisão internacional do trabalho.

4.1 CONCEITUALIZAÇÃO TEÓRICA DO CAPITAL IMPERIALISMO

Lênin (2010), na sua obra *Imperialismo fase superior do capitalismo* escrita no ano 1916 faz um estudo da evolução do capitalismo da sua fase concorrencial à imperialista. O autor continuando os estudos de Marx sobre as leis de concentração do capital demonstra que o publicitado capitalismo concorrencial de liberdade de troca e de mercado chega no seu fim por volta dos finais do século XIX e começos do XX abrindo assim passo para uma nova fase, ao capital imperialismo considerado pelo autor como “parasitário, pútrido e moribundo” (LÊNIN, 2010).

Através de estudos, dados e estatísticas da época, Lênin analisa os países mais desenvolvidos como Grã Bretanha, Alemanha e os Estados Unidos de América evidenciando como a crescente concentração e centralização de capital que gerou grandes monopólios que passaram a dominar setores inteiros da produção. No capital imperialismo os capitalistas já não são mais competidores anônimos dentro do mercado, eles passam a transformar as leis da livre concorrência. Sob as novas condições os grandes monopólios são quem têm as condições de

concorrer, eliminando as possibilidades para que os pequenos capitalistas o possam fazer.

Segundo Lênin (2010), o estado também sofre modificações nesta nova etapa do capital, deixando de ser instrumento de toda a burguesia a ser controlado por seus setores monopolistas. Desta forma o estado passa a agir segundo os interesses dos capitalistas.

Conforme o autor, o capital imperialismo apresenta cinco características principais:

- Elevado desenvolvimento da produção concentrada nos monopólios. Poucas empresas passam a controlar os diferentes setores da economia. Neste contexto, o caos e anarquia próprios da produção capitalista são incrementados por estes monopólios, fato que lhes permite incrementar a concentração e acumulação de capital.
- Surgimento do capital financeiro através da fusão entre os bancos e o capital industrial. Os bancos deixam de ser pequenos prestamistas e começam a controlar enormes volumes de capital transformando a sua atividade imprescindível para a produção. A concentração e conformação de monopólios bancários e sua fusão com o capital industrial transformou os bancos de intermediários a monopolistas onipotentes do mercado financeiro.
- A exportação de capital adquire uma grande importância na exportação de mercadorias facilitando a penetração e exploração das grandes potências nos países menos desenvolvidos. Na busca pela mais-valia, o capital alarga os mercados para países e territórios cuja força de trabalho tem menor valor. A exportação de capital se impõe à de mercadorias, determinado o que Lênin (2010) chama de parasitismo do país que vive da exploração do trabalho de outros países.
- Formação de associações de capitais internacionais que partilham territórios entre eles. O mundo tem sido repartido territorialmente de forma completa, isto obriga a qualquer potência a submeter aos outros países e/ou potências para se manter na liderança na busca e obtenção de matérias primas ou ampliação de mercados. Assim os grandes monopólios se repartem primeiramente o seu mercado nacional e logo se expandem internacionalmente mediante as fusões de capitais.
- O sistema político predominante é o imperialista em que as potências dominantes submetem ao resto dos países de uma ou outra forma. Há uma hierarquização entre as diferentes potências determinada a sua força (política e militar) e o capital que possuem.

Segundo Lênin (2010), os monopólios estabeleceram seu domínio sobre a economia e política dos maiores países capitalistas onde os ramos

vitais de produção estão monopolizados. O domínio econômico se completa no seu poder político; os monopólios assumem o controle do estado e o utilizam conforme seus próprios interesses. Ao capital imperialismo incrementar os processos de centralização e acumulação do capital, se leva até os limites a contradição capital/trabalho. Entretanto, o aprofundamento nas contradições da sociedade na fase imperialista não significa o estancamento do capitalismo, o desenvolvimento do capital imperialismo se produz de forma desigual e com interrupções onde há uma mudança na correlação de forças econômicas e militares dos estados imperialistas.

Amin (1976), seguindo o pensamento de Lênin, compreende que o capital imperialismo surge quando as possibilidades do desenvolvimento capitalista se esgotam no final da primeira revolução industrial acontecida na Europa e América do Norte. Junto com o esgotamento de possibilidades trazido pela primeira revolução industrial se produz a constituição dos monopólios, os quais tornam possível a exportação de capital e expansão de mercados a outros territórios. Impõe-se assim uma nova extensão geográfica do capital, onde a periferia passa se constituir à sombra dos países centrais com um capitalismo mais desenvolvido. Esta expansão, conforme o autor, coloca em contato formações sociais diferentes; as do capitalismo central e as do capitalismo periférico em vias de conformação, determinando uma divisão internacional do trabalho tal que permite a troca desigual, isto é a troca de produtos cujos preços de produção são diferentes.

Segundo Amin (1976), o capital imperialismo pode ser subdividido em dois momentos históricos: De 1880 a 1945, em que o sistema colonial impõe formas clássicas à divisão internacional do trabalho. Neste período o capital central passa a investir na economia de mineração e no setor terciário ligado a referida prática tais como bancos, comércio, construção de estradas de ferro e portos, dívida pública dentre outros, assim como também são os países do centro os que fornecem os produtos manufaturados de consumo. Para o autor este processo produz um empobrecimento sistemático dos países da periferia. O segundo momento começa depois das guerras mundiais e se caracteriza por um aprofundamento na modernização da Europa do Oeste o que abre um novo período de crescimento nos países centrais ao tempo em que o antigo sistema colonial se abala. Assim como também por um alargamento dos mercados e do capital dos países centrais para os da periferia. A política de substituição de importações através da implantação de conjuntos industriais ligeiros caracteriza este período de expansão do capital central à periferia.

Para o autor o segundo momento do capital imperialismo apresenta três características: 1) A conformação de empresas multinacionais gigantes que operam a escala mundial e cujas atividades são repartidas coordenadamente entre os diferentes estabelecimentos. 2) A consagração da revolução tecnológica, o avanço das forças produtivas através das inovações em conhecimentos e novas formas de gerenciamento conferem obsolescência aos modos clássicos de acumulação. 3) A concentração do conhecimento tecnológico nos grandes monopólios cujas matrizes se encontram nos países centrais do capital.

Com respeito a situação dos países da periferia no contexto do capital imperialismo, Amin (1976), compreende que nestes se produz uma especialização na produção industrial clássica e de produtos com nenhum ou escasso valor agregado. Enquanto o centro fica no comando das atividades ultramodernas e com a concentração do conhecimento tecnológico, a periferia aceita as formas de uma nova especialização e divisão internacional do trabalho. Isto, conforme o autor permite um desenvolvimento desigual e excludente, onde os países da periferia realizam o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (AMIN, 1976), agravando ainda mais as condições internas próprias das formações sociais dos países da periferia.

Amin (1976), sustenta que o modelo de transição à economia capitalista periférica é diferente da transição ao capitalismo central. Pois desde o início do processo, os países periféricos viram-se submetidos à agressão comercial externa do modo de produção capitalista nas suas formações sociais pré-capitalistas, levando a que estas arrastem regressões decisivas, que, com o ulterior investimento do capital estrangeiro nestes países não se permite corrigi-las, devido à orientação extrovertida das indústrias criadas na periferia. Se produz, então, uma especialização internacional desigual que se manifesta, conforme o autor, através de três distorções no desenvolvimento da periferia: i) Distorção em direção às atividades exportadoras como fundamento da economia, levando a periferia a isolar-se no papel de fornecedor complementar dos produtos para os quais ela dispõe de uma “vantagem natural” (produtos agrícolas, exóticos e minérios) ii) Distorção enquanto o nível das remunerações do trabalho na periferia se tornar inferior para uma produtividade igual à do centro, ao mesmo tempo em que a troca se torna desigual iii) O modelo de industrialização por substituição de importações, assim como o então embrião de uma nova divisão internacional do trabalho no interior das multinacionais, não modificam as condições essenciais da extroversão senão que as reafirmam, conduzindo a um modelo de desenvolvimento inacabado de produção

capitalista. De acordo com o autor, joga-se por terra a teoria que assimila aos países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos num estágio anterior ao seu desenvolvimento, pois a mesma não consegue compreender os fenômenos conjunturais próprios da periferia que não conhecem verdadeiros fenômenos conjunturais próprios. Destarte, os países subdesenvolvidos contribuem no alargamento de mercados do centro, ao se adaptar e compassar à evolução destes, cumprindo assim um papel de acumulação à escala mundial. Estabelecendo-se, nos países da periferia do capital o que Amin (1976) denomina de desenvolvimento do subdesenvolvimento.

Por outro lado, o tipo de desenvolvimento produzido nos países da periferia não se concretizaria sem a anuência das camadas de poder locais. As burguesias locais compactuam e perpetuam condição⁴⁸ dependente, adaptando o movimento para fora as demandas do movimento autocentrado. Para Amin (1976), isto é possível dado o tipo de formação social⁴⁹ existente nos países da periferia que toleram, com o fim de permitir maior extração de valor e sempre que subsumida ao modo de produção capitalista, a coexistência de diferentes modos de produção e de organização social e política. Desta forma as burguesias locais se mantêm historicamente enquistadas a um poder local subsumido ao controle de interesses estrangeiros.

⁴⁸ Sobre este aspecto, Amin (1976), compreende que as burguesias locais preenchem a função de correia de transmissão, em que latifundiários, koulaks, burguesia comercial compradora, burocracia estatal, etc., fundam um mercado interno que demanda produtos de luxo, se contentando com manter seu nível de vida no luxo derivado do modelo econômico externo e não assumindo o risco de competir com os monopólios via assunção de um projeto de desenvolvimento autocentrado. Fato possível de observar através da industrialização por substituição de importações onde se começa pelo fim, ou seja, pela produção de produtos correspondentes a estágio mais avançados, produzindo uma distorção essencial no processo de alocação dos recursos em favor da produção de ditos produtos e em detrimento da produção de bens de consumo de massa. Assim, as indústrias instaladas acabam acentuando a deferência social no interior do sistema, empobrecendo a grande massa da população e, permitindo em contrapartida uma maior integração da minoria no sistema mundial.

⁴⁹ Entende-se por formação social, aquela categoria que permite compreender a totalidade de uma sociedade no seu processo histórico. Sendo que, através desta categoria é possível explicar as tendências sociais, econômicas, políticas, ideológicas e a luta de classes que englobam a totalidade da vida social, explica-se assim a inter-relação existente entre estrutura e superestrutura de uma sociedade dada.

Conforme Fontes (2010, p. 149, 152, 154) com o conceito de capital imperialismo para designar “[...] a expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. [...] No capital-imperialismo, a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. [...] Capital-imperialismo é devastador, mas envolve na atualidade o conjunto da existência humana. Políticas diversas – militares, econômicas, sociais – voltadas para as relações internacionais, culturais, são conscientemente formuladas para assegurá-lo, seja nas grandes empresas, seja no país preponderante, os Estados Unidos de América, seja ainda em outros coparticipes do capital imperialismo, em seu âmbito interno ou em seu impulso externo. O termo capital imperialismo pretende deixar claro que, tendo se modificado na virada do século XIX para o XX, o capitalismo passou a expandir-se sob a forma de imperialismo e, ao fazê-lo, agregou novas determinações. Seu prolongamento no tempo não significou seu congelamento”. Capital imperialismo conjuga dominação e determinação da produção industrial pelas exportações de mercadorias, de bens, de serviços vinculados ao sistema financeiro internacional.

Fontes (2010), faz seu estudo com foco no movimento do capital imperialismo desde o período entre Guerras até nossos dias. Conforme a autora, neste momento se produz uma vertiginosa expansão capitalista em mãos dos monopólios. Porém, ao não existir uma hegemonia política global dada a existência do bloco socialista e a ameaça latente do armamento atômico se impunham limites para referida expansão determinando a realização de acordos e alianças entre as diferentes potências capitalistas. Neste mesmo processo, a expansão interna do capital passa a se complementar não só através da exportação de capitais ou mercadorias, mas também na produção industrial multinacionalizada. É assim que para a autora se produzem uma série de fenômenos nos países que denomina como secundários: Incremento das expropriações primárias (terra). Consolidação das burguesias locais nos países secundários de forma extremamente ligada aos países tidos como preponderantes. Multiplicação de um capitalismo circunscrita a uma organização hierárquica e desigual entre os diferentes países.

Paralelamente às questões estritamente econômicas, a autora sinaliza que no capital imperialismo se criaram ferramentas que favorecem a atual divisão internacional do trabalho. Conforme Fontes

(2010), foram estabelecidas diferentes entidades internacionais de caráter oficiais e/ou privado. Desta forma ficou montada uma coordenação econômica e mercantil de empreendimentos a escala internacional. Através destas entidades se construíram formas locais de gestão, mas que agem respondendo a uma unidade orgânica com os interesses do capital imperialismo. As referidas agências fornecem os elementos pragmáticos, técnicos, gerenciais, culturais e programáticos que servem de mediação para a atuação e expansão da socialização da produção do capital imperialismo.

Não obstante, o capital imperialismo apresenta múltiplas contradições e tensões internas. Segundo a autora, é no seio destas contradições que surgem novos países capital imperialistas, porém subalternos como é o exemplo do Brasil.

4.2 BRASIL E SANTA CATARINA NO CONTEXTO DO CAPITAL IMPERIALISMO

Durante a conformação socioeconômica brasileira e de Santa Catarina existem continuidades e rupturas, assim como também singularidades e universalidades. Entretanto, a apresentação de ditas rupturas e singularidades correspondem mais a forma que ao conteúdo. Ou seja, aquilo que se apresenta como novo acaba aprofundando ainda mais as tendências históricas que conformam o movimento que se vem produzindo, e aquilo que se mostra como singular termina por afiançar as relações com o universal.

O processo da conformação sócio-econômica do Brasil, processo do qual Santa Catarina não está alheio, é possível de se compreender através dos estudos de Furtado (2009) e Caio Prado Júnior (1986). Ambos os autores mostram como a evolução histórica da economia brasileira conduziu à formação de uma estrutura econômica nacional extrovertida, periférica e dependente do centro do capital. Tomando como base da sua economia a produção de produtos agrícolas para exportação⁵⁰ a formação social do país faz seu alicerce numa sociedade historicamente assentada na oligarquia latifundiária e no coronelismo. Representando assim o momento e a forma em que o Brasil ingressa à cena mundial, que é durante o processo de acumulação mercantilista do capital. Dita formação, marcará a fogo o desenvolvimento do país, que na hora de

⁵⁰ Num começo os principais produtos foram cana de açúcar, algodão, cacau, café, hoje o Brasil eleva sua produção em commodities como soja, milho, carnes dentre outros.

ingressar no processo de industrialização (momento em que o capital imperialismo se estava consolidando à nível mundial) não se consegue romper com estas estruturas.

Através do que se deu a conhecer como “industrialização nacional”, produziu-se um processo de industrialização por substituição de importações, em que se montou um parque industrial autóctone com base na produção de bens de consumo e médios. Importando os bens de capital e o conhecimento científico dos países do centro do capital. Dita opção de desenvolvimento, conforme os autores, arrastra o peso da formação social nacional, onde se faz uma escolha política a favor de uma forma de desenvolvimento. Prado Júnior (1986) denomina ao desenvolvimento da economia brasileira como economia colonial, pois ela é extrovertida. Enquanto que uma economia do tipo nacional, o desenvolvimento há de se produzir contemplando as necessidades internas da população do país.

O ingresso do Brasil no capitalismo foi realizado de forma dependente dos países capitalistas centrais, que se encontravam na fase concorrencial, tal como Prado Júnior (1986) indica. Porém, o processo de industrialização no país aconteceu na fase imperialista do capital, fato que lhe imprimiu suas principais características. Ao Brasil realizar seu processo de industrialização durante a fase Imperialista, consagrou uma dependência duplamente selada com o centro do capital: comercial, caracterizada pela troca desigual perante a exportação de produtos de base (agrícola e minérios) e importação de bens de tecnologia, conhecimento e bens de produção de capital e financeira, determinada pela transferência de valor do país para as matrizes das empresas e bancos multinacionais.

Segundo Fontes (2010), no interior da dinâmica capital imperialista consolidou-se no Brasil um processo de expropriações, industrialização, mercantilização e repressão da classe trabalhadora. Porém, dentro da burguesia brasileira existem tensões inter-burguesas que são translocadas ao interior do estado. Ao longo do tempo se foram produzindo acordos e associações que asseguraram a convivência entre os interesses latifundiários e industriais. Estas articulações, conforme a autora, atuaram no sentido de ligar o conjunto da burguesia brasileira ao capital imperialismo de forma desigual, ligando regiões com desigualdades profundas, unindo o arcaico com o moderno e permitindo a expansão de uma força de trabalho ao modelo de industrialização desprovida de direitos.

Entretanto, tal como Fontes (2010) indica, a incorporação do Brasil ao contexto do capital imperialismo se produz para além da concentração de capitais. No processo de inclusão/adaptação do Brasil ao

capital mundial, se produziu também uma adequação nos comportamentos sociais, culturais e políticos. Assim, para a autora, desenhou-se um novo padrão de comportamento no conjunto das burguesias brasileiras que associam a clássica truculência ao convencimento, este padrão não só se produz e reproduz no interior do país, senão também para o exterior através das empresas brasileiras que se expandem a outros países.

Na análise da organização socioeconômica do Estado de SC surgem elementos interligados ao contexto imperialista. O aprofundamento das tendências que estruturam a produção da vida no estado através da implementação da gestão racional e inovação nas cadeias produtivas locais. A consolidação da produção de produtos de origem agrícola como base econômica do estado respondem à atual divisão internacional do trabalho.

De acordo com os estudos de Oliveira (2014), a economia catarinense apresenta nos dias hoje movimentos díspares nas dinâmicas regionais. Estes movimentos estão marcados por uma forte articulação de interesses político-econômicos ocorrida a nível regional e nacional e que tem seu apogeu no período compreendido entre 1940 e 1980, momento em que se apostou num projeto de desenvolvimento nacional por substituição de importações. No cenário estadual, há uma clara relação entre os empresários dos setores da economia mais representativos e os governantes de turno⁵¹. Assim como destes últimos com os círculos de poder econômicos e políticos nacionais.

Na década de 1990, com a assunção no Brasil de políticas econômicas de cunho neoliberal, a produção industrial catarinense, e também a nacional foram diretamente afetadas. A produção local, frente a abertura de mercados sem regulamentação nem controle estadual, ficou desprotegida perante um aluvião de produtos importados com valores abaixo dos produzidos nos planos nacional e estadual. Essa abertura, junto com a postura do Estado Federal de incentivar privatizações, fusões e aquisições de empresas locais para o capital multinacional provocaram, em âmbito estadual, a internacionalização do capital nos setores mais produtivos (agrícola, agroindústria, plásticos e produção de bens de consumo).

Por outro lado, as indústrias em SC, tanto as que permaneceram com capital local quanto as de capital misto e/ou de capital multinacional, para que pudessem se manter no mercado e em concorrência com as

⁵¹ Conforme Vargas e Theis (2009), a relação ocorria principalmente através da FIESC, que era presidida pelo então governador Celso Ramos (1961-1966).

outras empresas, têm adquirido cada vez mais tecnologia e aplicado racionalidade na gestão com a finalidade de aumentar a produtividade, poupar força de trabalho e assim incrementar os lucros. Elementos que vêm afetando diretamente a estabilidade, a renda e os direitos trabalhistas. Finalmente, a polarização regional da produção permanece; são as mesorregiões especializadas na produção de bens de base e seus derivados e de bens de consumo as que se consolidam como as molas propulsoras da produção catarinense. E precisamente nestes setores é onde o capital multinacional vem se concentrando.

Entretanto, como anteriormente referido, o capitalismo não se rege por questões estritamente econômicas, senão que apresenta uma série de relações sociais e culturais que o sustentam e perpetuam e/ou permitem pensar na sua superação. Para compreender a relação existente entre Santa Catarina, Brasil e o capital imperialismo se faz necessário compreender também a complexa rede de mecanismos que agem tanto no âmbito econômico, político, social e cultural. Dentre estes mecanismos, o aspecto educativo historicamente têm formado parte substancial para o capitalismo onde a burguesia mediante a ação do estado busca desenvolve projetos educativos que formam aqueles sujeitos necessários para a produção e reprodução do capital. Assim, foram se produzindo diferentes formas educativas, mas, que no seu conteúdo busquem a formação dos sujeitos necessários aos diferentes estágios do capital, tal como sinalizam autores como Manacorda (2010, a) e Saviani (2008).

Desta forma, nos seguintes itens do capítulo busca-se expor através do estudo teórico e da evidência empírica a existência de um projeto educativo destinado à formação da classe trabalhadora e especificamente à classe trabalhadora que cursa o ensino médio na rede pública estadual de SC. Mostrando-se a existência de uma intencionalidade educativa que pretende favorecer a internalização (MÉZSÁROS, 2008) dos aspectos necessários ao atual estágio do capital.

4.3 CAPITAL IMPERIALISMO E A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Rummert et al (2011), compreendem que o capital imperialismo têm se estruturado e organizado à escala global seguindo referências culturais que ultrapassam os localismos e nacionalismos. Desta forma, as individualidades, singularidades e diferenças são incluídas dentro da ideia da existência de um lugar para todos neste mundo. Para as autoras, é dentro destas referências culturais de dimensões globais que se vêm

produzindo novas formas de intervenção tanto nas políticas, conteúdos como nos métodos educativos.

A expansão e consolidação do capital imperialismo implica também a construção de uma estrutura internacional que responda a interesses e necessidades político-econômico dominantes. Ao se consolidar um sistema produtivo de dimensões mundiais, se produz paralelamente a construção de uma rede que permita delinear, administrar e articular as políticas públicas, os processos e as regras de modo que favoreçam a funcionalidade e operacionalização do sistema. Segundo as autoras, é desta forma que se produzem ajustes e articulações de índole política, cultural, institucional e comportamental nos diferentes países.

A questão educacional entra assim como aspecto destacado tanto para

(...) fazer frente à superprodução acompanhada de expressiva redução da força de trabalho diretamente empregada, a drástica e sempre buscada redução dos custos do trabalho, bem como para aprofundar e intensificar as estratégias de controle social em situações de agudas formas de expropriação (RUMMERT et al, 2011, p. 5 e 6).

Mas, para além da formação em aspectos comportamentais, a educação da classe trabalhadora também assume aspectos que permitem a operacionalização do sistema produtivo. A atual divisão internacional do trabalho e a busca pelo aumento das taxas de mais valia através da diminuição do valor da força de trabalho são elementos determinantes enquanto quais e quanto conhecimento, assim como a forma em que estes são trabalhados.

No contexto do capital imperialismo têm se aprofundado a especialização produtiva a nível global; alguns países concentram o desenvolvimento e produção de tecnologia e outros se especializam na produção de bens primários ou de escasso valor agregado. Logo, se produz também uma diferenciação nos conhecimentos necessários para os trabalhadores de um ou outro modelo de produção. Ou seja, se bem a expansão do capital imperialismo requer de um padrão comum que permita sua funcionalidade, existem diferenças enquanto ao tipo de formação necessária a cada especificidade de trabalho.

Desta forma, é preciso desenvolver um projeto educativo de modo que prepare as duas classes fundamentais para exercer a sua função dentro do metabolismo do capital; dominar e ser dominado, explorar e ser explorado. No que diz à educação da classe trabalhadora, a formação se centra em aqueles conhecimentos que permitem a operacionalização do

sistema produtivo e naqueles que induzem ao consentimento dos sujeitos para serem dominados e explorados. Esta base educativa padronizada por indicadores e avaliações internacionais é realizada através do estado, que segundo a divisão internacional do trabalho e de acordo a suas formações sociais desenvolve uma educação que se pode considerar como de diferentes graus de aprofundamento em uns ou outros conhecimentos.

Nos países de capitalismo subalterno (FONTES, 2010) como o Brasil, a educação assume um rol destacado enquanto ferramenta para o controle social. Dados os altos índices de pobreza e desemprego que através do avanço dos modos de produção do capital imperialismo têm se incrementado fortemente, a promoção de políticas de redução da pobreza e de geração de consentimento passivo da situação se constituem num dos principais objetivos da educação da massa populacional. Conforme Motta (2009), o capital imperialismo estabelece mecanismos para assegurar a sua expansão através de órgãos de intervenção extra-econômicos e com o consentimento dos governos locais. Desde estes elementos foram se estabelecendo políticas que contribuem na difusão de concepções culturais que agem a fim de fortalecer às dimensões econômicas. Dentre estas, a aceitação da existência de um capitalismo humanizado é fundamental pois age a favor da manutenção do status quo.

No metabolismo do capital imperialismo, os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente relacionados. Para a produção e reprodução do capital, a questão da formação da classe trabalhadora é estratégica para a burguesia, sendo a educação institucionalizada uma de suas principais vias. Segundo Mézsáros (2008), através da escola se produz uma formação que limita a possibilidade da expansão da humanidade pois instrui aos sujeitos para serem funcionais aos processos produtivos assim como para naturalizar e legitimar os interesses da burguesia. Este processo de legitimação dos interesses da classe dominante se produz historicamente através da internalização e da coação. Segundo o autor, estas duas formas de legitimação assumem maior ou menor relevância de acordo aos diferentes estágios do capital, onde se passa da eliminação física da população excedente, à mesma ser tratada de forma totalmente autoritária, até formas mais refinadas e econômicas de controle da população via consentimento.

O processo de internalização dos valores e ideologia burguesa pela classe trabalhadora legitima a posição estabelecida na divisão social do trabalho, assim como favorece que determinadas expectativas e condutas sejam assumidas como adequadas e certas ou não. A escola não é a única instituição encarregada de fomentar o processo de internalização de valores burgueses à classe trabalhadora, mas é uma grande aliada.

No capital imperialismo a educação escolar se torna um elemento chave para o processo de produção e reprodução do capital, pois mediante a mesma se internalizam um conjunto de ideias, conceitos e valores que servem para a expansão e consolidação do mesmo. É possível distinguir este processo mediante o fenômeno de deslocamento das duas linhas de fratura sinalizadas por Manacorda (2010 b)⁵². Para o autor há uma tendência ao aumento do tempo de escolarização através da ampliação do tempo de obrigatoriedade, assim como uma difusão entre os conhecimentos tradicionalmente divididos em manuais e intelectuais. O incremento do tempo de escolarização, segundo Manacorda, se deve ao desenvolvimento objetivo das forças produtivas, a maior disponibilidade de bens materiais e culturais, a ampliação e inclusão das mulheres no mundo do trabalho e a abolição do trabalho infantil. Estes fatores liberam contingentes de força de trabalho, sendo a escola a instituição que assume socialmente o processo de formação dos novos trabalhadores de acordo às necessidades marcadas pelo avanço das forças produtivas, assim como também mantém a massa desempregada contida dentro do âmbito institucional. Já a tendência ao obscurecimento da linha vertical está baseado no desenvolvimento das forças produtivas que tende a aglomerar ciência e trabalho. As novas tecnologias como a cibernética e automação exigem cada vez menos operários e mais técnicos e investigadores de alto nível, requerendo um conhecimento específico e capacidade de integrar mais estruturas e de dominar processos.

Os processos de difusão nos limites de acesso ao conhecimento da classe trabalhadora, não só indica um incremento enquanto a tempo e tipo do conhecimento, senão que também refere a um processo de proletarização, diminuição de direitos trabalhistas e ampliação do exército de reserva (MARX,2012), onde trabalhos antigamente tidos como hierarquicamente superiores e de um valor maior, são sistematicamente diminuídos a condição de trabalho qualificado mas não por isto altamente remunerado. Ficando estes trabalhadores também desprovidos da segurança e garantia laboral.

⁵² Manacorda (2010 b) aponta a existência de dois limites no acesso à educação para a classe trabalhadora. Uma linha horizontal que funciona como tope à quantidade de anos de escolarização, esta linha é determinada por quem deixa precocemente a escola para trabalhar e quem permanece nela para adquirir a ciência, havendo aqui um limite ao acesso. Uma linha vertical marcada por quem vai à escola da teoria, da cultura e os que vão à escola do fazer, limitando o acesso do conhecimento a aspectos relacionados a divisão social do trabalho.

A educação para a classe trabalhadora dentro do capital imperialismo busca internalizar e naturalizar as desigualdades e consequências provocadas pela contradição capital/trabalho, e formar as novas gerações de trabalhadores segundo as necessidades operativas das novas forças produtivas, gerando no processo diminuição do valor da força de trabalho para cada vez mais trabalhadores.

4.4 CATEGORIAS DE ANÁLISE PRESENTES NOS DOCUMENTOS ESTUDADOS

Durante o estudo dos documentos selecionados para a presente dissertação, foram identificadas uma série de categorias de análise representadas no quadro 14 sob a classificação de visão de ser humano, mundo, educação e conceitos chave. A visão do ser humano como cidadão, a existência de um mundo globalizado e a educação enquanto ferramenta para a formação dos sujeitos segundo às necessidades atuais, foram elementos que hegemonicamente se apresentaram em todos os documentos estudados. Os conceitos chave destacados nos diferentes textos e que surgiram como desdobramentos conceituais das visões sinalizadas foram: formação para a paz, cidadania, inclusão, diversidade e para o mundo do trabalho.

Por mais que nos documentos se identificaram diversas categorias de análise, compreende-se que as mesmas podem ser agrupadas em quatro linhas principais: teoria do capital humano, qualidade da educação, formação em aspectos comportamentais e formação em aspectos operacionais do mundo do trabalho. Sendo que as categorias teoria do capital humano e qualidade da educação tendem a agir fundamentalmente no aspecto ideológico. Cria-se na difusão de ambos conceitos um discurso unificador de interesses em que se apresenta a possibilidade da existência de um capitalismo humanizado (MOTTA, 2007), sem classes sociais e por conseguinte sem antagonismos sociais.

A estruturação de um discurso ideológico único obscurece o discernimento dos trabalhadores sobre quais os interesses reais que estão presentes no mesmo. Desta forma se favorece a aceitação, adoção e implementação de projetos elaborados a fim de que os trabalhadores continuem sendo produtores de mais valia, sendo a educação um aspecto relevante para isto. Neste sentido, a formação em aspectos comportamentais e operacionais para o mundo do trabalho constituem um elemento central tanto para a produção como para a reprodução do capital.

4.4.1 Teoria do Capital Humano

O conceito de Capital Humano apresenta nuances na sua definição; diferentes autores têm apresentado suas concepções de forma sincrônica com o processo de expansão do capital e as diferentes conjunturas econômicas e políticas. Schultz (1971 e 1973), uma das principais referências teóricas do conceito, compreende o Capital Humano como um investimento individual e social. Neste sentido, a escolarização das crianças, a capacitação de profissionais, assim como os gastos realizados em saúde e investigação tenderiam a reverter a divisão entre ricos e pobres. No entendimento do autor, a educação dos futuros trabalhadores, assim como a capacitação dos atuais são vistos como um investimento que ao elevar os padrões de qualidade de vida tanto no nível individual como coletivo traz benefícios para toda a sociedade. Assim, o desenvolvimento do Capital Humano de uma população tenderia a tornar a sociedade mais equitativa.

Por sua parte, Becker (1964), define o Capital Humano como o conjunto das capacidades produtivas que um indivíduo adquire através da acumulação de conhecimentos, sejam estes gerais e/ou específicos. O autor entende que quando o indivíduo se dedica aos estudos está produzindo na sua vida “um custo de oportunidade” por permanecer na população economicamente inativa, isto seria um custo temporário pois lhe permitirá ingressar ao mercado de trabalho melhor posicionado para aceder a um emprego mais qualificado e com maior renda. Bustamante (2003), considera que Capital Humano está composto pelos conhecimentos, capacidades e habilidades da força de trabalho adquiridos através de investimentos em fatores como educação, saúde, segurança e cultura e/ou pelas habilidades adquiridas através da experiência.

Não obstante a Teoria do Capital Humano apresenta diferentes abordagens, todos os autores assumem uma visão que pode ser sintetizada no entendimento que o mesmo está composto por: a) Conhecimentos que atuam no nível da qualificação, capacitação e experiência. b) Condições de saúde. Cultura. c) Desenvolvimento de pesquisa e inovação. Estes elementos outorgariam as capacidades e competências necessárias para que os sujeitos se tornem economicamente produtivos e competentes. Desta forma, o desenvolvimento do Capital Humano é visto como um investimento que tanto os indivíduos, empresas e estados devem assumir. O estado através da oferta de uma formação de tipo geral produzida mediante os diferentes níveis de ensino (Fundamental, Médio e Universitário). No modelo educativo fornecido pelo Estado busca efetivar uma qualificação que capacite aos indivíduos para o ingresso no mercado

de trabalho, mas não para a realização de uma tarefa específica. As empresas perante as diferentes capacitações oferecidas para que seus trabalhadores desempenhem eficazmente as tarefas próprias da sua função produtiva. O indivíduo, principal responsável pelo desenvolvimento das capacidades e competências que lhe alavancaram como “claro concorrente” para o mercado de trabalho do século XXI, através do seu esforço pessoal, compromisso e investimento em cursos extra escola.

Ainda que a Teoria do Capital Humano tenha surgido na segunda metade de século XX, a mesma se mantém funcional para a produtividade da força de trabalho e para o controle social (RUMMERT et al, 2009). Na expansão do capital imperialismo, o avanço das forças produtivas e a divisão internacional do trabalho produzem a reorganização da produção à nível mundial, acirrando ainda mais a contradição capital/trabalho. A Teoria do Capital Humano, produto e produtora do desenvolvimento do capital imperialismo, contribui para a participação consentida dos oprimidos nos processos de exploração e por isto adquire uma função destacada no metabolismo do capital. Porém, o consentimento das grandes massas a ser expropriados se obtém através de um processo no qual a realidade é encoberta através de conceitos e entendimentos difusos e com múltiplas interpretações possíveis. Radica-se aqui o caráter ideológico de referida teoria, pois o seu discurso inverte o real movimento, se apresentando como solução aos problemas surgidos da contradição capital/trabalho enquanto contribui para que dita contradição se aprofunde ainda mais.

Nos documentos estudados o conceito de capital humano aparece de forma mais ou menos explícita; mas em todos age como nexos entre os processos educativos e produtivos. No discurso permeado nos textos, a teoria se apresenta como aquela capaz de formar ao cidadão em consonância ao mundo moderno, ou como forma de incluir os sujeitos de maneira competitiva no século XXI. Isto significa educar à nova geração de força de trabalho conforme as necessidades surgidas do projeto de desenvolvimento planejado oficialmente para Santa Catarina. Ou seja, a intencionalidade formativa presente é a da formação dos sujeitos segundo o papel assumido pelo Estado e Brasil na divisão internacional do trabalho no contexto do capital imperialismo. Adota-se o entendimento que através da formação e qualificação da força de trabalho conforme os padrões requeridos pelo capital, se assumem condições que alavancariam o Estado na corrida pelo investimento do capital internacional.

A teoria do capital humano faz alicerce na denominada pedagogia das competências⁵³, permitindo a passagem entre “(...) o espaço-tempo produtivo e o espaço-tempo escolar, tornando-se um eixo pedagógico orientador que se pretende de caráter universal” (RUMMERT et al, 2009, p. 6) se constitui em referência para a definição de políticas educativas e de gestão da força de trabalho. A pedagogia das competências permite uma reconfiguração do papel da escola, através desta se produzem as subjetividades necessárias para a adequação aos efeitos da expansão do capital imperialismo. Ou seja, prepara os sujeitos para a flexibilidade, a instabilidade laboral e da vida, para mobilidade nos horários, locais e tipos de trabalho, para o subemprego, trabalho autônomo e desemprego.

Quando o conceito de capital humano atravessa os espaço-tempo das diferentes dimensões do capital imperialismo, ou seja, quando é assumida desde o interior da escola até os âmbitos de formulação e criação de políticas educativas, se estabelece uma base ideológica comum que favorece o processo de exploração e precarização da classe trabalhadora e de consolidação da divisão internacional do trabalho sob a aparência de estar agindo no sentido oposto. Isto quer dizer, que a teoria do capital humano se apresenta como solução enquanto age como elemento que aprofunda a atual situação.

4.4.2 Qualidade da Educação

A qualidade da educação é outro elemento central nos documentos analisados. Dito conceito se desprende da visão de educação estabelecida nos documentos onde a educação é vista como meio/ferramenta necessário para a formação dos sujeitos segundo às demandas do mundo

⁵³ O termo competência começou a ser utilizado no contexto da primeira Revolução Industrial. É um conceito que toma como base a economia, mas que progressivamente foi se transformando num modelo pedagógico. Na educação a ideia de trabalhar sobre competências foi difundida principalmente na expansão do capital imperialismo à escala mundial. Organismos multilaterais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, dentre outros difundiram e apoiaram este conceito. Na América Latina a Associação Latinoamericana de Integração, Associação Latinoamericana do Livre Comércio, o Mercado Comum do Sul e o Tratado do Livre Comércio foram os principais pontos de apoio para sua propagação e estabelecimento como base para as políticas educativa. Fonte: <<http://pavelulianov.blogspot.com.uy/2011/08/la-educacion-por-competencias.html>> Acesso no 14/12/2014.

atual. Ou seja, dentro desta perspectiva a educação permite a formação da força de trabalho no contexto do capital imperialismo.

Não obstante, o quesito qualidade quando visto desde os diferentes documentos assume uma interpretação funcional própria a cada âmbito em que os documentos foram elaborados. Nos PPPs das escolas estudadas, o termo é abordado como meta a ser atingida através dos resultados obtidos no IDEB ou outros sistemas de avaliação. No PCD 2015 se considera educação de qualidade como aquela que contribua na implementação e consolidação do projeto de desenvolvimento planejado oficialmente. Finalmente no relatório da OCDE a qualidade é compreendida como o resultado da aplicação de uma série de reformas e mudanças no sistema educativo a fim de melhor explorar a força de trabalho disponível. Entretanto, em todos se mantém de uma ou outra forma o sentido de que o nível de qualidade da educação passa pelo êxito/fracasso da escola em formar os sujeitos necessários para o atual estágio do capital.

Nos documentos a palavra qualidade faz uma transposição entre os âmbitos produtivo a educativo, assumindo o sentido outorgado no meio empresarial. Ou seja, a educação passa a ser vista como um processo de produção de força de trabalho, onde através de mecanismos de controle de qualidade se garante como resultado final um trabalhador que opere dentro dos padrões de qualidade estabelecidos.

Freitas (2014), analisa os sentidos multifacetados que o termo qualidade da educação assume. Em uma primeira leitura há consenso sobre a necessidade de melhoria e realização de uma educação de qualidade, o autor demonstra que por trás existem antagonismos próprios da luta de classe. Ao realizar um estudo dos sentidos ocultos dentro do termo qualidade da educação, Freitas (2014) demonstra o caráter ideológico existente, perante o qual se pretende encobrir a luta de classe. Através do processo de incorporação e metamorfose conceitual do termo passam a ocultar os antagonismos e favorecer a internalização (MÉZSÁROS, 2008) dos valores e ideais da burguesia para toda a sociedade.

Segundo Freitas (2014), desde a lógica empresarial o termo qualidade da educação se contrapõe ao significado outorgado pelos movimentos organizados de trabalhadores (sindicatos de professores, movimentos sociais). Ainda segundo o autor, para aqueles setores da sociedade comprometidos com a classe trabalhadora a educação de qualidade é um bem público voltado a uma formação humana ampla e que apresenta qualidade social. Não entanto, desde a perspectiva burguesa se adota uma versão instrumentalizada da educação em que os problemas se

resolvem da mesma forma que nos processos produtivos: Ou seja, através do gerenciamento e competição. Desde a difusão da ideia do capital humano, os interesses dos empresários redobram sua atenção na educação enquanto controle político ideológico, tal como aponta o autor. Isto quer dizer que a questão da educação da classe trabalhadora constitui um aspecto estratégico para a burguesia. A escola se estrutura cada vez mais como instituição responsável para formação da futura força de trabalho, sendo o lugar onde as crianças e jovens passam grande parte do seu tempo e pelo tanto o lugar propício para a formação técnico e técnico política sinalizadas por Neves e Pronko (2008).

Dentro da lógica capitalista, a educação de qualidade deve ser padronizada e gerida seguindo instrumentos que permitam a supervisão do processo. Desta forma, práticas de avaliação de caráter nacional e internacional são desenvolvidas como instrumento de controle do que ocorre na educação; garante-se assim que qualificação da nova força de trabalho siga os mecanismos projetados. Sinaliza-se que os sistemas de avaliação tomam como referência as notas obtidas naquelas disciplinas consideradas como diagnósticas da qualidade da educação, estas são matemática, ciências e língua materna (português no caso do Brasil). Desta forma se produz uma redução na formação da juventude, que foca o ensino naqueles conhecimentos necessários para a produção e reprodução do capital unilateralizando ainda mais a educação, tal como Manacorda (2010 b) sinaliza.

Atingir uma educação de qualidade segundo critérios estabelecidos por organizações como a OCDE, corresponde atingir padrões e indicadores que permitem mensurar, comparar e avaliar a força de trabalho existente nos diferentes países/territórios. Isto, no contexto do capital imperialismo assume relevância pois hoje em dia as empresas multinacionais estão “(...) vagando pelo mundo procurando por força de trabalho barata. Países populosos como China, Rússia, Índia e Brasil estão na mira dos processos de intensificação da exploração da força de trabalho, pois ainda possuem tais bolsões” Freitas (2014, p. 61).

Além da necessidade colocada aos países em desenvolvimento de oferecer força de trabalho barata a fim de serem competitivos na corrida pelas inversões das empresas multinacionais, países com a magnitude populacional do Brasil constituem também um atrativo mercado de consumo. Dados os avanços na produção de mercadorias que concentram cada vez mais conhecimento tecnológico, se produz a necessidade de um incremento de conhecimentos na população de forma que esta desenvolva a capacidade de utilização de referidas mercadorias e pelo tanto se incremente a potencialidade de consumo.

A importância de uma educação da classe trabalhadora conforme os padrões estabelecidos pela expansão do capital imperialismo pode ser compreendida desde a teoria do valor de Marx (2012). O valor da força de trabalho está composto pela somatória do tempo socialmente necessário para sua produção; os meios de subsistência formam parte desta somatória: alimentação, moradia, transporte, vestimenta, saúde, educação são alguns dos bens que conformam o valor da força de trabalho. Constituem-se desta forma razões objetivas que sustentam a necessidade do controle político ideológico da educação pelo estado e pelas classes dominantes. Razões que abrem espaço para as seguintes questões:

i) A divisão social do trabalho, estruturada de forma piramidal, permite a sua diferenciação em trabalho simples e complexo. Isto facilita uma distinção na educação destinada a cada uma destas categorias. Existe na educação escolar uma pirâmide composta por degraus (educação básica, universitária, pós-graduação), em que o tempo socialmente necessário para a formação em cada um destes é diferente. Como o tempo socialmente necessário para a formação da força de trabalho que desempenha funções mais simples é diferente daquele que desempenha funções mais complexas o seu valor também o é.

ii) Dado que o tempo socialmente necessário de formação para o trabalho simples e complexo é diferente, se possibilita a realização de uma “classificação” e “seleção” dos conhecimentos requeridos para o desempenho de um ou outro tipo de trabalho. Se o trabalho se encontra socialmente dividido, as operações destinadas para a transformação são diferentes, sendo necessários diferentes conhecimentos que permitam colocar o processo produtivo em andamento, isto vai desde a sua concepção, construção e montagem, até a sua operacionalização.

iii) Na atual fase do capital se produz uma determinada divisão internacional do trabalho em que alguns países se “especializam” em um tipo específico de produção. Este fato permite a transferência de valor dos países denominados “em desenvolvimento” para os centrais, tal como Amin (1976) apresenta. No Brasil conforme a divisão social do trabalho há uma demanda menor de força de trabalho de tipo “qualificada” e maior de menos qualificada. Isto acontece pois há uma tendência à especialização em exportação de commodities baseados na extração de matéria-prima e a processos de industrialização que não requerem de desenvolvimento de meios de produção, senão simplesmente de montagem e aperfeiçoamento dos mesmos. Assim a oferta da educação tende a se reduzir de modo a formar uma força de trabalho acorde a dita realidade. A educação básica se constitui no patamar de formação da

maior parte da força de trabalho brasileira e de SC, onde o tempo socialmente necessário para sua formação mantém o valor da mesma em condições de “competitividade” com os restantes estados/países/regiões.

iv) Dado o atual nível de desenvolvimento das forças produtivas e a sua expansão a nível mundial através da mudança de padrão de acumulação; a constituição de uma força de trabalho “padrão” a escala mundial é um fator que ajuda a desobstaculizar a transferência de valor de um país para outro. Desta forma, a educação para a classe trabalhadora assume uma base comum de conhecimentos e habilidades a atingir. Ou seja, o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e de gestão dos processos de trabalho requerem de um nível mínimo de conhecimentos e habilidades que permitam uma maior mobilidade do capital para uma região ou outra do mundo. Cria-se a necessidade de padronizar a formação para a classe trabalhadora a escala mundial, se estabelecendo níveis de “qualidade” mínimos. O fenômeno da educação básica como requerimento indispensável de renovação da força de trabalho busca atingir estes conhecimentos e habilidades necessários ao atual estágio do capitalismo.

Destaca-se que o conceito de qualidade, desde o âmbito educativo, faz base na pedagogia das competências. Ribeiro (2010) compreende que dentro das reformas educativas realizadas na década de 1990 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e os Parâmetros

Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 1999) se realizou uma adequação da educação brasileira ao contexto do capital imperialismo. Ainda segundo a autora, as escolas começaram a se adaptar às necessidades surgidas do processo de reestruturação social e produtiva. Assim, tecnologia, inovação, competências e habilidades se conformam em pilares da reforma curricular brasileira. Desta forma, as diretrizes e parâmetros curriculares tomam como o eixo o desenvolvimento daquelas competências necessárias para o mundo do trabalho e social.

Ao pilar formativo da pedagogia das competências se agrega outro conceito complementar para a qualidade da educação entendida desde o ponto de vista da burguesia. Trata-se da difusão do empreendedorismo conforme a ideologia do capital. O empreendedorismo toma como estratégia o ocultamento da divisão de classe, isto se realiza mediante duas falácias: o convencimento do trabalhador de que é tão capitalista quanto o detentor dos meios de produção e que o trabalho sob a forma de emprego tende a desaparecer.

Dos elementos anteriormente elencados surgem aspectos relevantes para o planejamento da educação oferecida à nova força de trabalho de SC. O anunciado mundo do século XXI ao qual os jovens

devem se inserir está vivenciando um momento em que há uma expansão do trabalho sobre uma base eletrônica, caracterizado pelo desenvolvimento de tecnologias como a informática e nano-física em que robôs computadorizados são incorporados ao processo produtivo gerido através do modelo toyotista. Por sua vez há uma sobreprodução de mercadorias que são constantemente inseridas no mercado e que requerem incentivos para o seu consumo. A educação da classe trabalhadora assume um caráter relevante em ambos os sentidos sinalizados, por isto o “controle político e ideológico” Freitas (2012) da escola num momento em que se requer um nível maior de acesso ao conhecimento dos trabalhadores cobra novas forças. Neste sentido, a abordagem de questões educativas no PCD 2015, e a contratação da OCDE para a realização da avaliação da educação catarinense não são fatos meramente casuais nem desconexos, correspondem a um entrelaçado que mostram uma clara intencionalidade de formação para a classe trabalhadora de forma que esta contribua plenamente com o metabolismo do capital.

4.4.3 Aspectos comportamentais e operacionais

Dado o processo de acumulação, concentração e centralização do capital, sua reconfiguração na organização dos modos de produção a partir dos anos 70 (toyotismo) e a expansão para a fronteira do capital sob a nova organização do trabalho, acabou se gerando mais pobreza, desemprego, subempregos e precarização da classe oprimida. Este processo leva ao aumento da tensão social, colocando em risco a manutenção do processo de produção e reprodução do capital. Para Motta (2009), neste ponto intelectuais orgânicos⁵⁴ do capital desenvolveram uma série de mecanismos de intervenção extra-econômicos, fazendo eco nos organismos multilaterais e nas políticas públicas locais dos países em desenvolvimento. Através destes organismos se difunde a ideia que um capitalismo mais humanizado é possível, sendo o desenvolvimento humano um dos seus pontos fundamentais. Na compreensão que o crescimento da economia e a existência de elevadas taxas de desemprego não são incompatíveis; os mecanismos desenhados pelos intelectuais orgânicos do capital, difundidos nos organismos multilaterais na forma das Políticas do Milênio e assumidos pelos países membros (fundamentalmente os subdesenvolvidos) colocam na educação a função de formar também para a sobrevivência, para o desenvolvimento

⁵⁴ A autora toma como base o conceito desenvolvido por Gramsci (1991).

sustentável, para paz e para que o indivíduo assuma a busca individual do seu próprio trabalho, sendo um ser humano competente e empreendedor (COAN, 2011).

A Assembleia Geral da UNESCO aprovou no dia 6 de outubro de 1999 a Declaração e Programa de Ação sobre a Cultura da Paz, a qual os estados membros (dentre estes o Brasil) aderem e assumem como compromisso de pôr em prática. A cultura da Paz é definida pelas Nações Unidas “como o conjunto de valores, atitudes, comportamentos e estilos de vida que rejeitam a violência e previnem os conflitos atacando suas raízes perante o diálogo e a negociação entre os indivíduos, grupos e Estados”⁵⁵ (UNESCO, 2016). Para a UNESCO, a educação adquire uma função destacada no objetivo de estabelecer a cultura da paz. Desta forma, a educação tende a promover a inclusão e equidade social, gerando as bases sobre as quais se constrói a convivência social harmônica necessária para a defesa da democracia e dos direitos humanos. Na declaração, se estabelecem medidas tais como fomentar atividades nacionais e de cooperação internacional a favor do desenvolvimento humano, social e econômico. Fica exposto assim que a intencionalidade existente é a de fomentar a adaptação pacífica dos indivíduos à sociedade atual.

Educar às crianças e jovens em valores, atitudes comportamentos e estilos de vida que lhes permita resolver conflitos de forma pacífica e num espírito de tolerância e não discriminação é o *Lei motiv* da educação para a Paz. Também, dentro do programa desenvolvido pela UNESCO se indica a realização de ações que viabilizem o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza mediante atividades nacionais, internacionais e de cooperação entre nações e o reforço das políticas e programas destinados à redução das desigualdades econômicas e sociais.

Neste contexto, conceitos como democracia, cidadania, respeito à diversidade, inclusão, solidariedade adquirem sentido. Reforçando-se ainda mais o carácter de educação em aspectos comportamentais, onde o sujeito que têm passado pelo processo de escolarização mínimo requerido (educação básica) não só deveria ter assimilado os conhecimentos operacionais necessários para o processo produtivo, senão que também deveria ter incorporado determinadas características comportamentais como próprias. Tal como Mézsáros (2008) indica, através da educação são internalizadas uma série de valores e atitudes que levam o sujeito a se conforme em ocupar o lugar que lhe corresponde na sociedade de classes.

Se produz também nesta internalização dos valores da burguesia pela classe trabalhadora um processo de responsabilização do sujeito

⁵⁵ Tradução livre da autora.

enquanto ser individual e coletivo: como indivíduo é responsável do seu êxito/fracasso na inserção no mercado de trabalho, e coletivamente, enquanto cidadão, pelo desenvolvimento da sua comunidade/nação e dos custos sociais que o processo de acumulação capitalista traz.

Para Kuenzer (2000) as mudanças produzidas no mundo do trabalho acarreiam novas demandas de formação humana, modificando a agenda político-pedagógica. Kuenzer, observa diferentes consensos produzidos durante os eventos que discutem as políticas públicas de educação: i) A consideração do Ensino Médio como a última etapa da Educação Básica, sob o argumento que são necessários no mínimo onze anos de educação para lograr uma participação social, política e produtiva plena e o entendimento da necessidade de superação da formação dual pensar/fazer. Argumentos que conforme a autora têm a sua origem nas novas demandas de força de trabalho provocada pela acumulação flexível, pois esta requer a superação da polarização entre técnicas e humanidades. ii) As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, sob o modelo de acumulação flexível que toma como base produtiva os avanços tecnológicos, indicam uma nova relação entre ciência e trabalho. O conhecimento científico, as capacidades cognitivas superiores, a capacidade de intervenção crítica e criativa perante situações imprevistas, exige soluções acordes ao caráter dinâmico, complexo, interdisciplinar que caracteriza a nova tecnologia hoje⁵⁶. Desta forma, novas mediações entre o ser humano e o conhecimento são necessárias, ficando obsoleta a memorização de conteúdos e/ou práticas que levam a rigidez de condutas e de códigos de ética. Seja para a organização do trabalho, da produção, assim como da vida social.

A formação humana, dentro deste contexto, passa a ser concebida como a mediação de elementos que ocorrem no trabalho e na vida coletiva e que por conseguinte resultam em aspectos objetivos e subjetivos. Corresponde fundamentalmente à escola a realização destas mediações. Assim, o novo projeto educativo requer uma qualificação que outorgue a base de conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais que permitam ao cidadão/produtor/consumidor dominar a técnica e as formas de organização social de forma a criar soluções originais⁵⁷. Conforme

⁵⁶ Segundo alguns autores, também se exigem rápidas respostas e capacidade de adaptação para as demandas do mercado, seja para suprir ou gerar as mesmas, no conceito que a oferta gera a demanda.

⁵⁷ Isto dentro dos limites do Capitalismo, ou seja o Capital requer indivíduos com capacidade para solucionar seus problemas, mas, que se mantenham dentro da

Kuenzer (2000), no projeto educativo da atualidade se visa formar para a cidadania e o trabalho tomando como princípios a autonomia intelectual e o acesso ao conhecimento científico, tecnológico e sócio-histórico de modo a favorecer tais apropriações.

Dado que a formação técnico e técnico política (NEVES e PRONKO, 2008) da classe trabalhadora é estratégica para o processo de produção e reprodução do capital. A questão da qualidade da educação como sinaliza Freitas (2014), assume posturas conforme os interesses de classe em que “(...) os empresários entendem isto como saber ler, escrever, contar e algumas competências mais que estão sendo esperadas na porta de fábrica, medidas em um teste padronizado” (FREITAS, 2014, p. 62). O estado segue este mesmo entendimento porque “(...) um país que paga renda média menor a seus trabalhadores pode produzir bens e serviços mais baratos e permitir maiores lucros aos empresários melhorando a competitividade” Freitas (2014, p. 62).

O domínio elementar da língua portuguesa, de matemática e ciências são os conhecimentos necessários para manter a operacionalidade da produção. Sendo assim, estes conhecimentos passam a tomar conta do currículo escolar, produzindo o que Freitas (2014) denomina como estreitamento curricular em favor destas disciplinas e em detrimento de outras áreas do desenvolvimento humano. Sobre este aspecto, no estudo dos três PPPs das escolas, percebeu-se que a carga horária destinada para referidas disciplinas supera as restantes. Entretanto, tanto para as disciplinas consideradas como prioritárias para a formação dos cidadãos do século XXI (matemática, ciências e português) como para aquelas relegadas se produz um esvaziamento do conteúdo clássico. A precarização da educação da classe trabalhadora é reflexo da formação social brasileira onde aspectos de caráter históricos, econômicos, políticos e sociais tendem ao descaso com a formação dos trabalhadores brasileiros.

ordem necessária para o mesmo. Já não só são os braços, as mãos, o tempo e o sangue da massa de trabalhadores, senão também seu intelecto e subjetividade.

5 CONSIDERAÇÕES

Na atualidade a sociedade organiza a produção da sua existência sob a forma do capital imperialismo (LÊNIN, 2010); produto e produtor do movimento de acumulação, concentração e centralização do capital sinalizado por Marx (2012). O movimento do capital tende a atrair para si as sociedades com diferentes modos de produção da existência, se tornando a forma predominante. Diferentes sociedades vão se incorporando ao capitalismo no decorrer da sua evolução histórica; estabelece-se assim uma divisão internacional do trabalho propiciado pelas formações sociais próprias de cada local e pelo momento histórico em que as diferentes sociedades foram se incorporando ao capitalismo.

O contexto do capital imperialismo traz dois fenômenos que se produzem em escala mundial: A existência de um fluxo constante de capital de uma região a outra pautado pela busca daqueles locais que ofereçam as melhores condições para a obtenção de lucro. A renovação da base produtiva pautada no avanço tecnológico e modos flexíveis de gestão da produção e poupadoras de trabalho vivo. Estes fenômenos produzem o incremento das taxas de desemprego e pobreza e precarização das condições de trabalho como nunca antes, gerando um incremento nas tensões sociais e possíveis ameaças ao status quo.

Nesta realidade se desenvolvem os projetos educativos escolares, sendo o estado o responsável pelo controle da formação dos sujeitos da sociedade e, quase exclusivamente, o realizador dos projetos educativos para a classe trabalhadora através da oferta de educação pública. Dado que a natureza do estado é responder politicamente a classe dominante (a burguesia na atualidade), o mesmo busca adquirir novos meios para a exploração da classe oprimida, assim como regular as contradições entre classes de modo a evitar que estas se autoeliminem. Assume assim o estado uma função técnico-administrativa, dada a divisão social do trabalho, e de dominação política, sendo a última quem “orienta” a primeira. Dada a natureza do estado se favorece a implementação de políticas propícias a expansão do capital imperialismo, na qual a formação de uma força de trabalho tecnicamente operativa e cujo agir e pensar se corresponda a ideologia capitalista resulta favorável para a sua expansão e consolidação.

O Brasil se incorpora ao modo de produção capitalista numa determinada posição na divisão internacional do trabalho, nesta se favorece a transferência de valor aos países imperialistas. Desta forma, continua sua inclinação histórica de produção de bens primários, através dos commodities baseados na extração de matéria-prima, dos processos

de industrialização relacionados (agroindústria) ou que não requerem o desenvolvimento de meios de produção propulsores da economia nacional. Havendo uma tendência à especialização em produtos com escasso ou nenhum valor agregado.

Santa Catarina, enquanto parte integral da realidade nacional dá o seu aval para este modelo através do PCD 2015. No documento os países do Sul da Europa (Espanha, Itália e Portugal) são considerados o modelo a atingir. Neste intuito se colocam como objetivos: aumento da competitividade da economia catarinense, via fortalecimento da produção orientada à exportação e fundamentalmente de produtos oriundos do setor agrícola e seus derivados industriais. Implementação de inovação tecnológica e gerencial nas cadeias produtivas. Busca pelo investimento de capital multinacional no Estado. No modelo de desenvolvimento projetado pelo estado catarinense através do documento, a ideia do desenvolvimento do capital humano torna-se um dos elementos chave. Desta forma, a busca pelo aumento nos indicadores internacionais (IDH, PISA) que servem como medida que define os fluxos do capital a nível mundial, torna-se uma questão estratégica. Este fato fica esclarecido através das áreas de atuação definidas como estratégicas no PCD 2015: infraestrutura, saúde, educação e cultura, tecnologia, segurança, assistência social, trabalho e renda, segurança, iniciativas empreendedoras e política pública. Todas estas áreas incidem nos indicadores e colocam Santa Catarina numa situação de melhor ou pior posição frente a outros estados/países na competência por atrair capital.

Desta forma a educação assume um rol destacado enquanto ferramenta para a formação da força de trabalho necessária ao modelo de produção predominante. Dados os altos índices de pobreza e desemprego que através do avanço da contradição capital/trabalho têm se incrementado fortemente, a promoção de políticas de redução da pobreza e de geração de consentimento passivo da situação se constituem num dos principais objetivos da educação da massa populacional.

Conforme Motta (2009), o capital imperialismo estabelece mecanismos para assegurar a sua expansão através de órgãos de intervenção extra-econômicos e com o consentimento dos governos locais. Desde estes elementos foram se estabelecendo políticas que contribuem na difusão de concepções culturais que agem a fim de fortalecer às dimensões econômicas. Corresponde assim a educação a tarefa de colaborar na internalização (MÉZSAROS, 2008) dos valores e ideologia da burguesia pela classe trabalhadora. Segundo Motta (2009), a raiz do incremento dos níveis de desemprego e precarização das condições de vida da grande massa da população resultou em uma série

de políticas públicas aplicadas nos países em desenvolvimento. Por exemplo, políticas compensatórias à pobreza são efetivadas nestes países no intuito de manter a paz social, ou seja para permitir a continuidade da exploração e expansão capitalista. A educação da nova geração de trabalhadores estrutura-se enquanto questão estratégica para o processo de produção e reprodução do capital, impelindo a que o “controle político e ideológico” (FREITAS, 2014) dos processos educativos, seja cada vez mais forte.

Não obstante o discurso de que a chegada de capital produz melhorias nas condições de vida população, a realidade para a classe trabalhadora no contexto do capital imperialismo é que o mercado de trabalho cada vez se contrai e precariza mais. Desta forma, conforme Frigotto (1984), o que o indivíduo pode esperar da sua escolarização não é mais o acesso garantido ao emprego, mediante a escolarização o sujeito acederia a um status de empregabilidade. Na forma atual do desenvolvimento das forças produtivas sob o modo capitalista, não há emprego para todos: a taxa de lucro se pode manter convivendo com altas taxas de desemprego. Assume assim a escola uma dupla função: i) Amortecer e retardar a entrada de uma massa de trabalhadores cada vez mais qualificada e preparada para o mercado de trabalho (FRIGOTTO, 1984). Esta função se reflete na manutenção do equilíbrio social, pois o “investimento” para a conquista do status de empregabilidade mantém os sujeitos na esperança e conformidade com que a escolarização lhe poderá render um melhor acesso à competência no mercado de trabalho. ii) De formação de sujeitos naqueles conhecimentos que estão de acordo às necessidades da sociedade atual. Ou seja, de qualificação de trabalhadores conforme às necessidades do modelo produtivo (mais ou menos qualificada).

Desta forma, a educação para a classe trabalhadora no contexto do capital imperialismo cumpre também um papel ideológico pois expõe a educação como solução para os problemas sociais; não obstante dita solução acontece de forma individual e sob a imposição do processo de precarização da vida e de perda de direitos trabalhistas. Busca-se assim, internalizar e naturalizar as desigualdades e consequências provocadas pela contradição capital/trabalho, onde as novas gerações de trabalhadores são educados seguindo as necessidades impostas pelo processo produtivo.

A questão da qualificação da força de trabalho existente no estado de Santa Catarina segundo as exigências operativas e comportamentais que o atual estágio do capital requer é um dos fatores chave tanto no PCD 2015, como no documento da OCDE (2010). Dado o modelo de

desenvolvimento estabelecido e projetado, a educação básica dos jovens catarinenses daria conta de formar a grande massa de trabalhadores necessários. Entretanto, o nível de educação do grande contingente de força de trabalho catarinense tem que atingir o padrão mundial estabelecido através das provas e indicadores nacionais e internacionais, ficando este padrão considerado como medida para a qualidade educativa.

Designa-se à educação da classe trabalhadora diferentes tarefas, estando estas compreendidas pelo desenvolvimento das “capacidades e competências” que afetam diretamente a sua capacidade produtiva: ensino dos conhecimentos gerais concretos (nos documentos se destacam a leitura, escrita, matemática e ciências) para o processo produtivo. Criação de hábitos e costumes que permitem uma melhor compreensão/adaptação dos processos de trabalho (regularidade, pontualidade, capacidade de enfrentar imprevistos, de aceitar a disciplina e hierarquias, de trabalhar em equipe e resolver imprevistos). E pela internalização (MÉZSÁROS, 2008) daqueles valores que permitem a manutenção da ordem atual: fortalecimento dos valores considerados como democráticos, e de bom cidadão, educação para o “conformismo” (Motta, 2007), adaptação e responsabilização pela inclusão e solidariedade com aqueles que não conseguem acesso ao mercado de trabalho, individualização e responsabilização pelo êxito ou fracasso no ingresso ou não no mercado.

Mas, num mundo em que o exército de reserva (MARX, 2012) se vê diariamente engrossado, assim como cada vez há mais sujeitos que passam a sobreviver sem possibilidades reais de se “incluir” no mercado de trabalho, é também necessário educar para o “conformismo” Motta (2007), para a inclusão e solidariedade com aqueles que não são competitivos no mercado, para o fortalecimento dos valores democráticos estabelecidos por consenso, ou seja, para a paz e para o empreendedorismo tal como Coan (2011) sinaliza.

A formação em aspectos comportamentais assume grande espaço dentro dos documentos escolares estudados, afetando diretamente o aspecto curricular. O desenvolvimento de comportamentos e valores que permitam a manutenção da ordem atual se apresentam através da conceitos como a educação para a cidadania do século XXI, para a paz e solidariedade se trabalhando sobre aspectos ideológicos úteis para a produção e reprodução do capital.

Entretanto, existe uma base mínima de conhecimentos necessários tanto para o desenvolvimento e operacionalização do sistema produtivo, assim como para o consumo de mercadorias. Esta base serve de padrão qualitativo do nível de disponibilidade de força de trabalho.

Esta base educativa padronizada por indicadores e avaliações internacionais é realizada através do estado, que segundo a divisão internacional do trabalho e de acordo a suas formações sociais desenvolve uma educação que se pode considerar como de diferentes graus de aprofundamento em uns ou outros conhecimentos. Para aqueles países e territórios especializados na produção de commodities e de bens de consumo como o Brasil e Santa Catarina, a força de trabalho requer de uma menor preparação e conhecimentos que aqueles cuja base produtiva se encontra no desenvolvimento de bens de produção, conhecimento científico e inovação tecnológica.

No estudo realizado, evidencia-se que a educação e especialmente o ensino médio (sob responsabilidade da rede estadual) enquanto etapa final da educação básica adquirem um papel fundamental na continuação e aprofundamento do modelo de desenvolvimento de Santa Catarina. Nas diretrizes do PCD 2015 se aborda diretamente o assunto ao propor como meta o aumento do tempo de estudo da população catarinense e especialmente dos jovens, a universalização e melhoria da qualidade do EM no Estado. Por sua vez, no relatório da OCDE, 2010 se coloca a educação pública e especificamente o EM como fatores determinantes para o desenvolvimento sócio-econômico de SC, pois são estes os maiores fornecedores de capital humano para o Estado. Os PPPs analisados refletem de modo geral a preocupação pelo desenvolvimento do capital humano dentro dos parâmetros esperados, isto se observa através da preocupação constante que representam os índices de avaliação como o IDEB, assim como a necessidade de controle nos índices de repetição, evasão e de distorção idade/ano e formação cidadã.

A educação da nova geração de trabalhadores catarinenses vista como o capital humano disponível no Estado, assume diferentes funções: formação dos sujeitos com foco naqueles conhecimentos requeridos no atual estágio do capital; controle do tempo socialmente necessário para a formação da nova força de trabalho de forma a manter o seu valor em níveis de competitividade mundial; amortecimento da entrada de uma grande massa de trabalhadores ao mercado de trabalho. No PCD2015 se toma a universalização do EM para todos os jovens catarinenses como meta a atingir. Isto, mediado por mecanismos de controle de qualidade do processo de escolarização, significaria a garantia de uma formação mínima para o “capital humano” do Estado, assim como o controle do tempo socialmente necessário para sua formação e portanto, do valor da força de trabalho maioritariamente disponível de modo a manter a taxa de lucro atrativa para o capital. Porém, juntamente com a formação do capital humano do Estado, se projeta uma renovação tecnológica e gerencial da

base produtiva, o que gera menor demanda de força de trabalho. Sendo assim, se faz necessário “criar alternativas”; recaindo nos jovens enquanto bom cidadão responsabilizar-se tanto pelo desenvolvimento econômico do Estado como pela criação do seu próprio emprego. A formação para o empreendedorismo e para o conformismo (Motta, 2009), junto com a implementação de planos sociais de contingência da pobreza surgem como vias que fortalecem o equilíbrio social. Pelo tanto, a manutenção de uma grande população de jovens estudando na promessa do desenvolvimento do seu capital humano lhes mantém fora do mercado de trabalho de forma “amigável”, ou seja, sem entrar nos índices de desemprego e com a aceitação pacífica dos sujeitos que este tempo significa um investimento para sua melhor inserção.

Desta forma, as categorias identificadas nos documentos analisados, quando vistas em seu conjunto, estruturam um projeto educativo para a formação da nova força de trabalho de SC. Nestas identifica-se uma intencionalidade educativa que busca formar os cidadãos do século XXI, de modo que estes se adequem e se incorporem de modo competitivo num mundo em constante transformação. Para isto, se pretende concretizar uma educação que atinja a formação técnica e técnico política, tal como Neves e Pronko (2008) sinalizaram, buscando a formação para o trabalho e para questões comportamentais de modo a manter o processo de produção e reprodução do capital.

A partir do estudo dos documentos selecionados é possível definir que o papel oficialmente atribuído ao EM da rede pública estadual de SC é o da formação da força de trabalho necessária para o aprofundamento do modelo de desenvolvimento vigente. Um projeto que procura o investimento de capital multinacional e que toma como carro chefe a produção de bens de base e seus derivados (fundamentalmente commodities e agroindústria), assim como também de bens de consumo requer uma força de trabalho com um nível de conhecimentos gerais básicos, ou seja, pouco qualificada. Desta forma a rede pública estadual enquanto principal formadora da força de trabalho do Estado e principalmente o EM como última etapa da Educação Básica, são o meio pelo qual se busca a formação da nova força de trabalho necessária para referido modelo: adquirir conhecimentos e competências tanto para sua inserção no mundo do trabalho como para assumir uma “resignação pacífica” se ficarem fora deste.

REFERÊNCIAS

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**. Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23 nov. 2014.

_____. **Constituição (1988)**. Emenda Constitucional N° 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 nov. 2009. p. 8. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 23 nov. 2014.

_____. **Lei 12.796, de 4 de abril de 2013**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 abr. 2013. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em: 23 nov. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Meio Oeste Contestado. Versão preliminar**. Xanxerê, 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio033.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. **Lei 9.394 de 1996. Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 23 nov. 2014.

_____. **Lei 11.738 de 2008**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 jul. 2008. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em: 13 jan. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil.** Elaboração Luiz Fernandes Dourado et al. 92 p. Brasília, DF, jun. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2016.

COAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo: Implicações epistemológicas, políticas e práticas.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

ENGELS, Frederick. **A origem da família, a propriedade privada e do Estado.** 3a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para trabalhos com documentos de política educacional.** In: RONALDO, M. L. A.; DORIEDSON, S. R. (Org.) A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. 1ª ed., Campinas, SP: Alínea, 2012, v.1, p. 52-71.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Santa Catarina em dados 2014. Disponível em: <http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/25_set_sc_dados_2014_e_m_baixa_para_site.pdf> Acesso em: 10 abr. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da Escola improdutiva.** São Paulo: Editora Cortez, 1984.

FREITAS, L. C. de. **Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais.** In: Boletim da Educação. Edição Especial. n. 12, dez. 2014. II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária II ENERA. Textos para estudo e debate. 1a ed. São Paulo: MST, 2014, p. 61- 70.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 50 Anos. Edição Comemorativa. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. São Paulo: UNICAMP, 2002. 401 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls00022624>
4. Acesso em: 15 abr. 2015.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1991.

HARNECKER, Marta. **Los conceptos elementales del materialismo histórico**. Siglo veintiuno editores: [S.l.], 1984. Disponível em: <http://www.rebellion.org/docs/87917.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, RJ. 2012. Disponível em: <http://loja.ibge.gov.br/sintese-de-indicadores-sociais-2012-uma-analise-das-condicoes-de-vida-da-populac-o-brasileira.html>. Acesso em: 30 maio 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Resultados finais do Censo Escolar 2012. Brasília, DF. 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 08 mar. 2016.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6a ed. Reimpressão. São Paulo. Paz e Terra, 1995.

KUENZER, Acácia. **O ensino médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito**. Educação & Sociedade, Campinas. N 70, ano 2000, P.15,39. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a03v2170.pdf> Acesso em: 31/01/2015.

LÊNIN, V. I., MARX, ENGELS, **MARXISMO**. Moscou: Editorial Progreso, 1946

LÊNIN, V.I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2010.

_____. **O Estado e a Revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MAIA, Passos. **Santa Catarina em Números.** Sistema Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010. 114 p. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Passos-Maia.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

MARCONI, M. de A. & LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa.** 7a. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, Karl. **O capital.** Crítica da economia política. 30a. ed. . 1.1, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Introdução à contribuição para a crítica da economia política.** 1859. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcritconpoli/introducao.htm>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MANACORDA, M.A. **História da Educação.** Da antiguidade aos nossos dias. 13a. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Marx e a pedagogia moderna.** 2a. ed. São Paulo: Alínea, 2010.

MÉZSÁROS, Itsván. **A educação para além do Capital.** 2a. ed. São Paulo. Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria C. de S. et al (Org.). **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade.** 33 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOTTA, V. C. **Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo.** 2007. 379 f. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007. Disponível em:

<file:///C:/Users/usuario/Downloads/vania-cardoso-motta.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2014.

_____. **Ideologias do Capital Humano e do Capital Social: da integração à inserção e ao conformismo.** Trabalho, Educação, Saúde, v.6 n.3, p. 549-571, nov. 2008/fev. 2009. [S.l.]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v6n3/09.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

NEVES, Lúcia M.W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em: <<http://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/upload/Publicacao/pub13.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

OLIVEIRA, Marcos. **Condições das escolas no meio rural em Santa Catarina: um estudo de caso a partir das escolas com baixo IDEB em regiões selecionadas e da nucleação em Curitibanos.** Relatório final de Pesquisa. UFSC, Centro de Educação, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA. **Derechos Humanos y Cultura da Paz.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/es/quito/education/human-rights-and-culture-of-peace/> Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. Assembleia geral. **Resolução 53/243. Declaración y Programa de Acción sobre una Cultura de Paz.** 06 out. 1999. [S.l.]. 11 p. Disponível em: <http://www3.unesco.org/iycp/kits/sp_res243.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Avaliações de Políticas Nacionais de educação. Estado de Santa Catarina, Brasil.** Série *Reviews of National Policies for Education*. [S.l.]. 2010. Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/school/avaliaoessdepolicasnacionaisdeeducaoestadodesantacatarinabrasil.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 34a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO escola A, (2011-2014), Joinville, 2011.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO escola B, Florianópolis, 2013.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO escola C, Passos Maia, 2012.

RIBEIRO, Mônica da Silva. **Currículo e competências: a reforma do Ensino Médio e as apropriações pelas escolas**. In: Educação Unisinos 14 (1):18-27, janeiro/abril 2010. Disponível em: <https://observatorioensinomedio.files.wordpress.com/2014/02/silva-curr3adculo-e-competencias.pdf> Acesso em: 06/06/2015.

RUMMERT, Sonia et al. **Educação e formação humana no cenário de integração subalterna no capital-imperialismo**. In: 34a Reunião Anual da ANPEd, Natal, RN, de 02 a 05 de outubro de 2011, trabalho encomendado no GT Trabalho e Educação. Disponível em: <http://www.uff.br/ejatrabalhadores/ANPED.pdf> Acesso em: 25/06/2016.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Disciplinas curriculares**. Florianópolis: COGEN, 1998c. Disponível em: http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/documentos/cat_view/89-ensino/156-proposta-curricular/158-1998/232-disciplinas-curriculares. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Secretaria do Planejamento. **Plano Catarinense de Desenvolvimento**. Poder executivo. Florianópolis – SC. 2015. 111 p. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/index.php/visualizar-biblioteca/acoes/plano-catarinense-de-desenvolvimento/402-plano-catarinense-desenvolvimento/file>>. Acesso em 15 maio 2015.

_____. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2005a.

_____. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Documento base de orientação pedagógica/administrativa: educação básica e profissional**. Florianópolis: IOESC, 2005b.

_____. **Decreto N° 4.316 do 17 de maio de 2006. Aprova o Plano Catarinense de Desenvolvimento - PCD e estabelece outras providências.** Diário Oficial [do] Estado de Santa Catarina, Poder executivo. Florianópolis, SC, 17 maio 2006. Disponível em: <<http://server03.pge.sc.gov.br/legislacaoestadual/2006/004316-005-0-2006-001.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Secretaria Estadual da Fazenda. Santa Catarina - **Perfil econômico, financeiro e social.** Boletim Informativo. Florianópolis – SC. 2013. 43 p. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/sites/default/files/bOLETIM%20ANO%202013%20P%20SITE%20-PDF%204.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. 2a. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F; GARCIA, R. C. **Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC. 2015. 17 p. Disponível em: <<http://gepeto.ced.ufsc.br/files/2015/03/Decifrar-textos-para-compreender-a-pol%C3%Adtica-subs%C3%Addios-te%C3%B3rico-metodol%C3%B3gicos-para-an%C3%A1lise-de-documentos.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

SCHULTZ, T.W. **O capital humano: Investimentos em educação e pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. **O valor econômico da educação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SUHR, F. I. R. **Ensino médio de formação geral: Possibilidade de ampliação da inserção laboral da classe que vive do trabalho?** 2014. 174 f. Tese (Doutrado em Educação). Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2014.

VARGAS, Diego; THEIS, Ivo. **Dilemas do planejamento nacional e estadual: a experiência das secretarias de desenvolvimento regional em Santa Catarina. Cadernos de economia.** UNOCHAPECO. Chapecó-SC. v.13. n. 24. jan.-jun., 2009. p. 1-20. Disponível em:

<<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/view/1165/605>> Acesso em: 10 jun. 2015.